

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROGÉRIO PEREIRA DA CUNHA

Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil - São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850).

CURITIBA

2011

ROGÉRIO PEREIRA DA CUNHA

Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil - São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. M. Lima

CURITIBA

2011

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

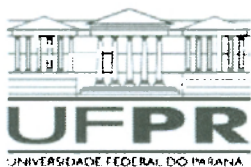
Cunha, Rogério Pereira

Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850) / Rogério Pereira Cunha. – Curitiba, 2011.
188 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. M. Lima
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. São Francisco do Sul (SC) – História – 1832-50. 2. Estado – Elites administrativas – Santa Catarina – 1832-50. 3. Política e governo – Santa Catarina – 1832-50. I. Título.

CDD 981.6409034



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Rogério Pereira da Cunha**, intitulada: **Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – são Francisco do sul, província de Santa Catarina (1832-1850)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e nove de agosto de dois mil e onze.

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima
Presidente da Banca Examinadora

Profa Dra Maria Fernanda Vieira Martins (UFJF)
1º Examinador

Profa Dra Martha Daisson Hameister (UFPR)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico não é uma empreitada simples. Somente com o auxílio de muitas pessoas foi possível chegar ao fim dessa pesquisa iniciada em 2009. Gostaria de começar agradecendo minha querida mãe e seu companheiro que depois de muitos anos me receberam novamente em sua casa e me garantiram toda a tranquilidade possível que alguém precisa para poder trabalhar. Nossos almoços matinais e cafés caprichados já me provocam muitas saudades. Do mesmo modo, não posso deixar de mencionar meus queridos e amados irmãos que, mesmo com nossa distância, são meu porto seguro. Poder contar com a amizade e companheirismo deles é um privilégio e espero que esse trabalho seja um singelo pedido de desculpas pela minha ausência.

Nas minhas pesquisas em Florianópolis contei com a ajuda de muitas pessoas. Começo pelos amigos Bill e Marilene Gunther que me acolheram em sua casa nas semanas que passei pesquisando no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Nesse arquivo, contei com a ajuda da Gil que me permitiu consultar de forma ágil todos os documentos que me interessavam. Não posso deixar de mencionar o carinho com que fui atendido do Museu da Justiça, sobretudo por Maria Cristina Cintra e Giliard. Agradeço a Altair, diretor do Museu, que permitiu minhas pesquisas.

Nos arquivos de Joinville, sou grato a Dom Scherer, Monsenhor Juca e Marlene que me permitiram pesquisar o acervo da Cúria Metropolitana de Joinville. Do mesmo modo, agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico de Joinville.

Gostaria de agradecer também Rafael Faraco Benthien, amigo de tanto tempo que muito estimula o meu trabalho. Do mesmo modo a Patrícia Faraco Benthien que me recebeu em Brasília com todo o carinho durante minhas estadas para participação de eventos. Além disso, gentilmente leu esse trabalho e deu sugestões quanto à redação. Não posso deixar de mencionar Mara e Luiz pela forma como me receberam em suas vidas. Sempre terei muito carinho por todos.

Ao professor Ricardo Costa Oliveira que sempre foi muito gentil e atencioso nas nossas conversas sobre a genealogia francisquense. As professoras Martha Daisson Hameister e Joseli Maria Nunes Mendonça pelas disciplinas que ofertaram na pós e por terem aceitado o convite para participarem da qualificação desse trabalho. Suas

sugestões foram de grande valia. Agradeço também a professora Maria Luiza Andreazza que gentilmente aceitou presidir a sessão de qualificação. Também não posso deixar de mencionar a professora Maria Fernanda Vieira Martins que aceitou o convite para participar da banca de defesa do mestrado.

Por fim, gostaria de agradecer a Carlos A. M. Lima pela orientação dessa pesquisa. Sua leitura crítica e estímulo foram essenciais para a minha formação. Admiro-o como professor, como pesquisador e, sobretudo, como formador de novos pesquisadores.

Para Ana Maria Will e Denise Maria Pereira de Mattos.

A primeira pela luz e a segunda pela esperança

SUMÁRIO

Introdução.....	p. 12
1. Estado, elites e instituições no Brasil da primeira metade do século XIX.....	p. 16
1.1 Projetos políticos.....	p. 21
1.2 Contexto jurídico pós-abdicação.....	p. 24
1.3 As Câmaras Municipais e a centralidade da condução do poder local (1832 a 1835).....	p. 46
2. Os Juízes Municipais.....	p. 57
2.1 Presidentes, Juízes Municipais e instâncias locais: a administração do Termo..	p. 62
2.2 O processo de escolha dos juízes após 1841.....	p. 93
2.3 hierarquias sociais: cidadania e subordinação no jargão das instituições locais	p. 101
3. A província de Santa Catarina e sua parte norte: aspectos populacionais na primeira metade do século XIX.....	p. 109
3.1 Para além da subsistência: alguns apontamentos sobre a produção de farinha de mandioca na província, seus mercados e a integração mercantil entre as diversas praças no Império.....	p. 111
3.2 Uma aproximação do panorama social da vila de São Francisco do Sul nas décadas de 1830 e 1840.....	p. 133
4. Francisco de Oliveira Camacho: a trajetória de uma autoridade local.....	p. 154
4.1 Mando militar e violência: a turbulenta década de 1820.....	p. 154
4.2 Décadas de 1830 e 1840: o retorno de Camacho aos cargos públicos.....	p. 166
Considerações finais.....	p. 176
Fontes.....	p. 178
Referências bibliográficas.....	p. 182

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro I Patentes dos Juízes Municipais de São Francisco do Sul (1833-1850).....**p. 66**

Quadro II Conteúdos dos ofícios enviados pelos Juízes Municipais de São Francisco do Sul para os Presidentes da Província (1833-1850).....**p. 69**

Quadro III Pertencimento dos indicados à Juiz Municipal a rede de compadrio...**p. 98**

Quadro IV Quantidade (em alqueires) de farinha embarcada nos principais portos que negociavam a mercadoria por ano financeiro - 1845-1849.....**p. 116**

Quadro V Principais compradores da Farinha de mandioca brasileira (ano financeiro de 1841-1842).....**p. 118**

Quadro VI Principais destinos das mercadorias exportadas por São Francisco do Sul (1849-1850).....**p. 122**

Quadro VII Razão de sexo e números absolutos da população escrava por município da capitania/província de Santa Catarina e mapa da população livre e escrava em porcentagem.....**p. 125**

Quadro VIII Distribuição entre pretos e pardos na composição da população escrava da capitania de Santa Catarina (1796).....**p. 129**

Quadro IX Distribuição da propriedade das crianças escravas da vila de São Francisco do Sul, a partir dos registros de batismo (1838-1839 e 1844-1850).....**p. 136**

Quadro X Proprietários que mais tiveram crianças e mães escravas nos registros de batismos no município de São Francisco do Sul. (1838-1839 e 1844-1850).....**p. 144**

Quadro XI Padrinhos (homens) em São Francisco do Sul (1838-1839 e 1844-1850).....**p. 145**

Quadro XII Padrinhos que mais compareceram a pia batismal na vila de São Francisco do Sul (1838-1839 e 1844-1850).....**p. 148**

Quadro XIII Distribuição dos padrinhos e madrinhas das crianças escravas.....**p. 151**

Quadro XIV Legislaturas nas quais Camacho foi deputado provincial.....**p. 167**

Tabela I Estrutura ocupacional de São Francisco do Sul (1805).....**p. 140**

LISTA DE DIAGRAMAS

- Diagrama I** Relações de compadrio dos cinco Juízes Municipais.....p. 96
- Diagrama II** Relações de compadrio dos Juízes Municipais e dos compadres de seus compadres.....p. 97
- Diagrama III** Compadrios sem as relações dos cinco Juízes Municipais.....p. 100

ABREVIATURAS

AHJ – Arquivo Histórico de Joinville

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

CPC – Código do Processo Criminal

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal discutir alguns aspectos da formação do Estado no Brasil na primeira metade do século XIX a partir da vila de São Francisco do Sul na Província de Santa Catarina. Para isso, observou-se a organização do judiciário local após a independência com especial atenção ao cargo de Juiz Municipal, sobretudo em questões relacionadas à sua alçada e no modo como os seus ocupantes se subordinavam ao poder provincial. Essa pesquisa consultou diversos conjuntos documentais seriais como registros de batismo, ofícios do Juiz Municipal de São Francisco do Sul para o Presidente de Província, relatórios dos Presidentes de Província, livro de atas da Câmara de São Francisco do Sul, o Código do Processo Criminal e a Reforma do Código do Processo Criminal, assim como várias fontes não seriais como mapas populacionais, registros de passaportes de embarcações, processos do Juízo do Delegado de São Francisco do Sul, correspondências oficiais, artigos do *jornal do commercio* e mapas estatísticos do império. Através da análise dessa documentação foi possível perceber um processo gradativo de perda da autonomia local frente às autoridades situadas na Província. O Juízo Municipal, juntamente com a ação de autoridades locais alinhadas com os interesses da Província, foram forças significativas no processo de centralização política que afetou a organização local.

Palavras-chave: *Juiz Municipal; autoridades locais; centralização.*

ABSTRACT

This research aims to discuss a few aspects of the formation of the State in Brazil in the first half of the 19th century, considering the village of São Francisco do Sul in Santa Catarina as a starting point. In order to achieve that goal, the establishment of the local judicial power after the independence was observed, with special attention to the role of the Municipal Judge, especially in matters related to their jurisdiction and in the way how the Judges were subordinated to the provincial power. This research consulted several sets of serial documents such as baptismal records, documents from the Municipal Judge of São Francisco do Sul to the President of the Province, reports from the Presidents of the Province, minute-books of the Chamber of São Francisco do Sul, the Code of Criminal Procedure and the reform of the Code of Criminal Procedure, as well as several non-serial sources, such as population maps, passport records, processes of the Judgment of the Chief of Police in São Francisco do Sul, official correspondence, articles of the *jornal do commercio* and statistical maps of the empire. Through analysis of this documentation, it was possible to notice a gradual process of loss of the local autonomy in the face of authorities situated in the Province. The Municipal Judgment, along with the action of local authorities aligned with interests of the Province, were significant forces in the process of political centralization that affected the local organization.

Keywords: *Municipal judge; local authorities; centralization.*

INTRODUÇÃO

Dentro do contexto das reformas liberais verificadas no período de 1827 a 1832 houve um movimento que visava ampliar a autonomia local garantindo as elites municipais o controle dos cargos do judiciário local. Esses cargos foram revestidos de maiores prerrogativas garantindo aos potentados o poder de julgar e prender, assim como liberdade diante dos juízes de carreira subordinados diretamente ao Estado.

Esse panorama sofreu modificações intensas a partir do Ato Adicional de 1834, quando se percebe um movimento de recolhimento das autonomias locais concedidas pela lei que criou o cargo de Juiz de Paz em 1827 e o Código do Processo Criminal aprovado em 1832. Desse modo, o Estado passou por um processo de centralização judiciária e administrativa que se intensificou com as reformas conservadoras do período de 1837 a 1841.

O objetivo desse trabalho consiste em analisar as relações estabelecidas nesse contexto entre os setores da elite local com o poder provincial a partir dos cargos do judiciário local. Por meio dessa dinâmica, buscou-se discutir alguns aspectos do processo de formação do Estado e o papel que algumas dessas esferas administrativas tiveram nesse movimento.

Nesse sentido, deu-se especial atenção ao cargo de Juiz Municipal criado no Código do Processo Criminal de 1832. Optou-se por esse juízo por ele dar indícios sobre o modo como elites locais e províncias interagiam naquele momento dado o fato de ele ser de nomeação mista até 1841, mas após esse período, sua nomeação passou a ser de responsabilidade exclusiva do poder central. Além disso, esse juízo era diretamente subordinado aos Presidentes de Província, sendo a principal instância de cumprimento das ordens vindas do executivo provincial.

A centralização política verificada nas décadas de 1830 e 1840 alterou as estruturas de mando local. Não bastava somente ser poderoso na vila, pois era necessário ter capacidade de transpor a âmbito estritamente local para se lançar a condição de elite provincial.

O Juízo Municipal contribuiu para o gradual processo de centralização na medida em que os juízes atuavam dentro da vila de São Francisco do Sul como comissários da Província e tinham o papel de executar as ordens administrativas, policiais e judiciárias emanadas pela presidência. Nesse sentido, percebe-se a posição significativa que esse cargo, e os seus ocupantes, tiveram no processo de centralização política orientada a partir do governo provincial.

Nessa pesquisa foram utilizados conjuntos documentais seriais e não seriais. Entre os seriais, citam-se os relatórios de Presidente de Província de 1833 a 1850. Essa documentação era redigida pelo executivo para ser lida na abertura das sessões das Assembléias Legislativas Provinciais. Contavam com diversas informações administrativas como o andamento das obras públicas, o estado das finanças da Província e informações sobre a criminalidade. Por diversas ocasiões os presidentes deixavam claro suas posições quanto às mudanças que estavam se processando na organização do judiciário local. De um modo geral, com frequência suas opiniões estavam afinadas com o contexto político mais geral, como por exemplo, na defesa que faziam do Júri e do Juízo de Paz até fins da década de 1830 e as críticas que proferiram contra essas mesmas instituições na década seguinte. Trata-se de um material muito rico, pois permite travar contato com os problemas administrativos enfrentados pelas Províncias, assim como permitem ter acesso as opiniões dos ocupantes do executivo provincial quanto à organização do Estado.

Além dos relatórios, também foram utilizados como fontes seriais os ofícios remetidos pelos Juízes Municipais de São Francisco do Sul para os Presidentes de Província no período de 1833 a 1850. Esse material, ainda pouco explorado pela historiografia, permite o acesso aos procedimentos desse cargo, a sua alçada e sua subordinação ao executivo provincial. Em um total de 125 ofícios, foi possível visualizar o papel desses juízes na execução das ordens e como essas ordens interferiam na vida de alguns indivíduos da vila de São Francisco do Sul. Sua atuação na área policial e suas possibilidades de ingerir na Guarda Nacional o tornaram figura com poderes de manter a ordem social e garantir a segurança da vila.

Para ampliar o entendimento da administração local, foram consultadas as atas da Câmara de São Francisco do Sul e Curitiba no período de 1821 a 1836. Nesse Material foi possível captar rotinas administrativas que permitiram dimensionar com

maior precisão a alçada de Juízes de Paz e Juízes Municipais. Além disso, o esvaziamento das câmaras a partir da lei de 1828 pode ser contraposto ao seu curto renascimento verificado no período de 1832 a 1834 pela ação do Código do Processo Criminal. Esse renascimento foi freado pelas escolhas forjadas no Ato Adicional que reduziu significativamente o poder das câmaras, tornando-as dependentes das Assembléias Legislativas Provinciais. O Ato Adicional não esvazia o poder das câmaras somente, mas o de toda a elite local que não conseguiu se projetar no espaço mais amplo da Província.

Outro conjunto documental seriado utilizado foram os registros de batismo. Suas informações permitiram estabelecer algumas redes sociais, a inserção dos indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz Municipal no tecido social, além de informações mais amplas sobre a população que permitiram apreender informações sobre a vida local como escravidão, hierarquias e alianças.

O Código do Processo Criminal de 1832 e a Reforma do Código do Processo Criminal de 1841 também foram utilizados como fontes, pois informam sobre o funcionamento e a alçada do Juízo Municipal. Do mesmo modo, são leis que apontam para os projetos políticos que estavam em pauta na época da sua elaboração permitindo captar aspectos dos anseios federalistas e dos centralizadores.

Por fim, fez-se uso de fontes não seriais como processos realizados contra membros da elite local de São Francisco do Sul, processo do Juízo do Delegado que permitiram qualificar muitos dos membros da vila, pois quando apareciam no rol de testemunha, normalmente vinham com informações sobre onde nasceram e a que atividade se dedicavam. Também foram utilizadas informações sobre a movimentação do porto e das embarcações pertencentes aos comerciantes da vila. Por fim, utilizaram-se mapas populacionais que permitiram dimensionar o tamanho da vila e o seu apelo a escravidão e ao tráfico. Essas informações foram fundamentais por permitiram dimensionar o tamanho da elite local, o tipo de atividade que estavam envolvidos e como se inseriam nos espaços mais amplos do Império.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. No primeiro buscou-se trabalhar com as discussões historiográficas sobre a formação do Estado no Brasil, para na sequência discutir as escolhas jurídicas que foram forjadas naquele contexto. Com base nessas escolhas, abordou-se o conjunto de instituições que eram responsáveis pela

administração da justiça local, entre elas o Juízo de Paz, o Júri, o Promotor e o Juízo Municipal. Na medida em que os anos passavam, alterava-se o modo como os Presidentes percebiam essas instituições locais, seguindo em partes os conflitos já verificados pela historiografia entre centralizadores e federalistas.

Nesse mesmo capítulo, trabalhou-se a centralidade que as Câmaras Municipais adquiriram após a aprovação do Código do Processo Criminal. Cabia a elas organizar as novas instituições e escolher os ocupantes de cargos como o de Promotor, Juiz Municipal e de Órfãos. Desse modo, notou-se que o federalismo do início da década de 1830 era organizado a partir dos municípios. Esse modelo de organização do Estado logo seria substituído por outro mais centralizado pela via provincial.

No segundo capítulo abordou-se especificamente o Juízo Municipal, que é o foco principal dessa pesquisa. Começou-se pelo modo de escolha dos ocupantes e as funções previstas nas legislações que regulavam o cargo. A maior parte dos indivíduos que ocupou o cargo na vila de São Francisco do Sul possuía um histórico de pertencimento as Tropas de Segunda Linha e, ao analisar o conteúdo dos ofícios, foi possível perceber a centralidade que esse cargo foi adquirindo nas execuções das ordens vindas dos Presidentes de Província.

No terceiro capítulo buscou-se dimensionar o perfil da vila de São Francisco do Sul e da sua elite. Para isso, foram analisados documentos que informavam sobre a população local e sobre as atividades produtivas. Foi possível estabelecer a inserção da vila no comércio mais amplo do Império, assim como nominar a participação de alguns dos membros na produção e comercialização de gêneros alimentícios.

Por fim, no quarto capítulo, analisou-se a trajetória de um dos Juízes Municipais, o Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho que ocupou o cargo de 1833 a 1836. Ao observá-lo foi possível identificar aspecto de um circuito provincial que cooptou alguns membros da elite local para servirem de comissários da centralização.

1. Estado, elites e instituições no Brasil da primeira metade do século XIX

A separação política de Portugal demandou ações da elite da América lusa, que tomou a dianteira desse processo. A mais fundamental delas consistiu em estabelecer um Estado no Brasil que obtivesse legitimidade por meio da presença do Príncipe Regente e pela elaboração de uma constituição como “elemento de coesão do novo Império”.¹ Desse modo, a partir da opção pela monarquia constitucional, buscou-se um ordenamento jurídico como peça fundamental para garantir legitimidade ao novo Estado diante de uma sociedade heterogênea. A lei teria, portanto, a finalidade de regular as relações entre senhores, escravos, livres pobres, comerciantes e proprietários agrários.

Assim, a lei, entendida como campo de resolução de conflitos, garantia uma posição privilegiada para os grupos que a formulavam e a executavam dentro da estrutura estatal, inclusive permitindo o desenrolar de um projeto de sociedade pautado na manutenção das hierarquias. Indo além, ao passo que a estrutura jurídica reafirmava a desigualdade, ela também tinha o papel de fortalecer a autoridade central, na medida em que o Estado era o administrador da justiça. Desse modo, as elites que orbitavam na esfera do Estado eram duplamente contempladas: seja pela prerrogativa de elaboração das leis, seja pelo seu papel de agente executor dessas mesmas leis.²

O ordenamento jurídico, portanto, reflete o modelo de sociedade que se buscava e também denuncia as escolhas políticas daquele momento, realizadas a partir dos embates entre os grupos que compunham o Estado e disputavam o seu controle.

A proclamação da independência ocorreu sem grandes convulsões e, conforme os historiadores Thomas Flory e Richard Graham, já em fins da década de 1840 o Brasil era considerado um modelo de estabilidade política dentro do contexto americano.³ O Estado passou por um intenso processo de organização e construção institucional,

¹ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: HUCITEC, 2009. pp. 17-32.

² MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. pp.27-28.

³ Cf: FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Ver também: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

sobretudo no período de 1824 a 1850, que permitiu tal *status* de estabilidade. As elites políticas foram muito atuantes neste processo na medida em que suas escolhas e ações modelaram as instituições. Contudo, por mais que o resultado tenha sido o equilíbrio político verificado na década de 1850, o processo esteve longe de ocorrer sem tensões e conflitos dada a ausência de um segmento que conseguisse arregimentar os demais grupos em torno de si e assumir a liderança na construção do novo Estado. Os interesses regionais nem sempre eram similares, o que causava conflitos e disputas.⁴

As leis que foram produzidas nesse intervalo permitem mapear esse processo de estruturação institucional: a Constituição de 1824; a criação dos juízes de paz em 1827; o Código Criminal em 1830; o Código do Processo Criminal de 1832; o Ato Adicional de 1834; a lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840; e a Reforma do Código do Processo Criminal de 1841 são escolhas jurídicas que apontam para os projetos e conflitos que estavam em cena naquele contexto.

Thomas Flory sugere que o período de 1827 a 1837 foi o auge do liberalismo brasileiro e o momento verdadeiramente revolucionário da independência do Brasil.⁵ Essa percepção se baseia nas escolhas forjadas nesse período, sobretudo na direção de descentralizar o mando político após os traumas do poder moderador. O juizado de paz, o Código Criminal e o Código do Processo Criminal foram tentativas nesse sentido, pois criaram um modelo de administração da justiça que se baseava no fortalecimento da justiça local e na descentralização da escolha dos ocupantes dos cargos pelo formato eletivo.

Enquanto os liberais buscaram descentralizar a justiça e investir de poder os juízes leigos eleitos localmente em detrimento dos magistrados de carreira, os conservadores procuraram, sobretudo com as reformas do Regresso de 1837-1841, o fortalecimento do poder central e a centralização da magistratura. São dois projetos de Estado distintos que afetaram a organização da justiça e a sua administração no nível local.

⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 20-21.

⁵ FLORY, Thomas. *Op. Cit.* p.17

Dessa maneira, as instituições criadas nesse contexto estavam imersas nos debates, materializavam anseios de setores da elite e, de forma evidente, produziram impactos nas diversas vilas do Brasil nas primeiras décadas pós-independência. Sobretudo as vicissitudes jurídicas e políticas demandaram uma reorientação das relações entre Estado e elites locais. Como afirma Maria Fernanda Martins, o gradual processo de centralização do Estado Imperial reorganizou e interferiu nas estruturas de mando no nível local.⁶

Contudo, essas relações entre Estado e elites vêm sendo interpretadas de diferentes maneiras pela historiografia. Carvalho, ao analisar as características da “*elite política imperial*”, define que a construção do Estado foi viabilizada em virtude de uma homogeneidade ideológica e de socialização dos membros dessa elite. A formação em Direito na Universidade de Coimbra educou magistrados alinhados com um modelo de Estado centralizado, tributário do iluminismo português. Ao mesmo tempo, esses magistrados fundiram burocracia e elite política, pois ocupavam postos de trabalho dentro da estrutura estatal e também eram, com frequência, nomeados para cargos no executivo e eleitos para o legislativo. Ou seja, mais do que representantes da sociedade na vida política, eles eram porta vozes do Estado e fizeram a opção pela monarquia constitucional, centralizada e unitária.⁷

Carvalho, portanto, apresenta uma interpretação na qual a construção do Estado é obra de uma elite política composta por bacharéis que não eram representantes de nenhuma classe específica ou região e que possuíam relativa autonomia e o compromisso com a centralização. As decisões e escolhas forjadas por esse grupo eram pulverizadas pelo interior do império por meio de uma cadeia de funcionários do Estado composta por juízes, delegados e presidentes de província. Contudo, a capacidade do Estado - sobretudo da burocracia imperial - de chegar às localidades após as reformas de 1840-1841 é relativizada pelo autor que, amparado nos escritos do Visconde do Uruguai, argumenta que a estrutura era excessivamente centralizada e alocava o grosso dos funcionários no governo central. A presença desses funcionários nas províncias era reduzida e, nas localidades, praticamente inexistente. Por isso, as províncias tinham um

⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Op. Cit.* p.32.

⁷ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Especialmente parte I. pp. 13-246.

papel de destaque como entrepostos políticos entre governo central e local, pois elas eram a forma mais ágil de contato entre centro e localidade.⁸

Carvalho aponta que a partir da circulação espacial e institucional dos funcionários, fossem eles da magistratura ou do executivo, permitiu-se seu acesso a uma carreira no Estado que possibilitava ascensão na elite política. Os cargos de Juiz Municipal e Promotor eram considerados a porta de entrada para a carreira dentro dos quadros do Estado, principalmente se a nomeação fosse para municípios ricos e de população mais densa. Do mesmo modo, o posto de presidente de província, considerado de segundo escalão, poderia ser uma maneira promissora de vencer eleições para a Câmara ou de ser nomeado posteriormente a algum cargo ministerial.⁹

Em síntese, Carvalho entende que o processo de construção do Estado no Brasil foi obra de um grupo de magistrados, ligados à burocracia e aos cargos políticos, orientados por valores ideológicos afinados com a lógica do Estado centralizado. As elites locais, os proprietários de terras e grandes comerciantes possuíam, na sua visão, um papel secundário e não diretamente ligado ao processo. Participavam apenas na medida em que seus interesses, sobretudo dos agroexportadores, eram levados em conta por essa elite política, pois as receitas das atividades dos grandes proprietários sustentavam a estrutura estatal.¹⁰

Por seu turno, Richard Graham, na sua interpretação sobre o processo de formação do Estado no Brasil, entende que a elite proprietária interferiu na condução política e na forma de administração das instituições. Para ele, as elites locais gradativamente se apropriaram das instituições estatais inseridas nos municípios, como o juízo de paz e municipal.¹¹ Em certo sentido, essa abordagem vai ao encontro da sugestão de Carvalho de que havia uma ausência de funcionários atuando no nível local. Devido a essa formatação, torna-se fundamental observar os espaços provinciais, não para buscar estabelecer se o modelo federalista ou o centralizador foi adotado na

⁸ CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.* pp. 152 e 138.

⁹ CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.* pp. 121-123.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.* pp. 263-289.

¹¹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. pp. 15-101.

organização do Estado, mas para perceber a dinâmica das relações entre elites locais e instituições centrais localizadas na Província.

Para Graham, na década de 1830, os proprietários entendiam o Estado como uma instituição ambivalente: se por um lado era um instrumento capaz de manter a ordem, a unidade e a escravidão, por outro poderia ser uma ameaça clara às autoridades locais. Para resolver essa questão, os proprietários, ou seus protegidos, passaram paulatinamente a tomar posse dos diversos cargos e dominar a estrutura estatal. Desse modo, apoderando-se dos cargos do Estado, esses proprietários tiveram a possibilidade de interferir nas escolhas políticas, conseguindo por vezes fazer valer seus projetos de sociedade e política, pautados, sobretudo, pelo clientelismo e pela proteção em troca de obediência. O Estado, sofrendo a influência desse setor, funcionava para reafirmar as hierarquias sociais, manter a ordem e favorecer uma minoria.¹²

A centralização, portanto, para Graham, foi diretamente afetada pelos interesses da elite proprietária ciosa pela manutenção da ordem e da escravidão na medida em que as instituições fossem orientadas para esse fim. O Estado passa a ser um instrumento que reproduz o modelo de autoridade das localidades e um empecilho para o afloramento dos faccionalismos locais, que quase levaram o Brasil à desagregação e ao reformismo social. A manutenção da ordem e do unitarismo levou esses proprietários a acreditarem na centralização e a abandonarem as ambições de autonomia local.¹³

Essas elites locais foram motivadas pelo receio de que a autonomia provincial pudesse desestabilizar a sua autoridade pelo perigo do reformismo social. Essa aliança entre Estado e proprietários permitiu, pela via do clientelismo, que ambas as esferas reforçassem suas autoridades e poderes, mesmo nas vilas mais afastadas. Para os homens de posses tornava-se mais interessante continuar com uma monarquia tradicional, que fosse capaz de manter a ordem, do que instaurar repúblicas fragmentadas que teriam um resultado incerto.¹⁴

¹² GRAHAM, Richard. *Op. Cit.* p. 64-67.

¹³ **Cf:** GRAGAM, Richard. *Op. Cit.*

¹⁴ GRAHAM, Richard. *Op. Cit.* pp. 100-101.

1.1 Projetos políticos

Após a abdicação de D. Pedro I, a elite política necessitava optar pela monarquia ou pela república, pela centralização ou pelo federalismo, pelo unitarismo ou pela fragmentação, pela burocracia ou pelo patrimonialismo. Todo esse processo de escolha se deu pelos limites impostos por uma estrutura ainda em construção e por meio do embate político entre grupos que tinham suas próprias convicções e projetos políticos.

Para Miriam Dolhnikoff havia três projetos após a abdicação. O primeiro deles era o da República federativa, tendo como principal expoente frei Caneca, que após a centralização da constituição de 1824 novamente se volta contra a monarquia. O que mais o interessava, no entanto, não era o modo como Estado seria chefiado, mas sim o modelo político que seria adotado, ou seja, mais do que republicano, frei Caneca era um federalista. Esse era o anseio, contudo, de um grupo sem muita força política e, portanto, incapaz de fazer o seu projeto vencedor.¹⁵

O segundo deles era o do iluminismo português, representado por José Bonifácio, que entendia a federação como sinônimo de república (o que era, para ele, algo abominável) e defendia a centralização pela monarquia constitucional como o melhor caminho para construir a nova nação. Para seu grupo, apenas a elite ilustrada era capaz de conduzir esse projeto e produzir reformas sociais graduais como o fim da escravidão e a incorporação social dos negros e índios.¹⁶ É esse grupo que está no centro da análise de José Murilo de Carvalho.

O terceiro e último projeto, que na interpretação de Dolhnikoff foi o vencedor, era o da monarquia constitucional federativa. A autora defende que da abdicação até os últimos anos do Império, o Estado brasileiro foi regido por um pacto federativo. Por mais que no Ato Adicional não apareça a expressão “*monarquia federativa*”, na prática foi o federalismo que ordenou a organização do Estado. As elites provinciais se fizeram elites políticas e conseguiram controlar as estruturas do Estado. Ou seja, a autonomia provincial sobrepujou a centralização política e as elites provinciais conseguiram ditar as suas escolhas para o Estado. As Assembleias Legislativas Provinciais eram fortes

¹⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007. pp. 55-58.

¹⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. *Op. Cit.* pp. 58-60.

instâncias dotadas de autonomia política, fiscal e policial e que, na opinião de Dolhnikoff, eram capazes de controlar os funcionários lotados nas províncias, fossem eles Presidentes de Província ou juízes.¹⁷

Essa análise, contudo, basicamente ignora as vicissitudes relacionadas ao judiciário. De acordo com sua argumentação, a centralização visível do judiciário, encampada pelas reformas conservadoras de 1840-1841, não produziu centralização política e o federalismo imperou em virtude da posição chave que as Assembleias Legislativas Provinciais adquiriram no processo político. Vale citar que nessa pesquisa, a noção de *monarquia federativa* de Dolhnikoff não é acompanhada. As análises aqui empreendidas vão ser tributárias do raciocínio que observa uma forte centralização regional a partir das estruturas políticas provinciais. Em certo sentido, Dolhnikoff ao desenvolver esse argumento, que é secundário em sua análise, se baseia em Tavares Bastos. Este, por seu turno, defendia que muitas Assembleias Legislativas Provinciais “foram dominadas pela paixão centralizadora” e reduziram “a autonomia do município”¹⁸

Percebe-se, então, dentro da historiografia, que os autores buscam enfatizar um grupo específico como o construtor do Estado, sejam os bacharéis de Carvalho, os proprietários de Graham ou as elites provinciais de Dolhnikoff. Soma-se a essas interpretações a de Fernando Uricoechea, que argumenta na direção da existência de uma “*burocracia patrimonial*” no cerne do processo de formação do Estado no Brasil. Para ele, os representantes do Estado eram conscientes de que não conseguiriam governar sem os serviços dos “*grupos privados*”. Desse modo, estabeleceu-se uma aliança entre Estado e elites locais, na qual essas últimas assumiram postos e prerrogativas do Estado nas localidades e orientaram suas ações a partir do “*patrimonialismo*”, no qual mecanismos estatais e societários confluíam nos ocupantes desses cargos. A carência de funcionários qualificados para estabelecer um “*sistema de*

¹⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *Op. Cit.* pp. 11-154.

¹⁸ BASTOS, A. C. TAVARES. *A Província: estudo sobre a centralização no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional. 1975. p. 103.

dominação burocrático e despatrimonializado” demandou do Estado a adoção de servidores locais amadores.¹⁹

Nas próximas seções e capítulos, buscar-se-á observar parte das dinâmicas dos cargos do judiciário local com o objetivo de aprofundar as discussões do processo de formação do Estado, sobretudo pela via da análise das relações entre as autoridades do judiciário local com os presidentes de província. O objetivo desse trabalho não é eleger uma das interpretações da formação do Estado no Brasil como a mais adequada, mas buscar discutir como o mundo local participou desse processo e como foi reorientado por ele.

Nesse sentido, ao estudar a elite local do Grão-Pará nesse mesmo período a partir da trajetória dos Rodrigues Martins, a historiadora Luciana Marinho Batista demonstra que as estratégias dos membros daquela família eram pautadas na diversificação das suas redes de relações entre potentados locais e a Coroa, garantindo prestígio, influência e tendo acesso a cargos que reforçavam a sua posição dentro da comunidade. Desse modo, as alianças mediante casamentos com grupos mercantis, somadas ao controle de cargos locais e provinciais ligados à elaboração de leis, execução da justiça e encaminhamentos da economia, proporcionaram aos Rodrigues Martins um espaço dentro da elite do Grão-Pará. Essa posição foi adquirida pela capacidade de produzir mecanismos endógenos de reprodução – como as alianças locais via casamento -, assim como pela estratégia de se inserirem nos espaços mais estruturais do Império situados na Província.²⁰

Do mesmo modo, a família Junqueira, da área de Campanha da Princesa, no sul da Província de Minas Gerais, observada pelo historiador Marcos Ferreira de Andrade, apresentava aspectos de diversificação social. Ao mesmo tempo em que estavam inseridos no comércio e na produção de gêneros de abastecimento, também ocupavam os espaços políticos e reforçavam as suas posições mediante alianças matrimoniais com

¹⁹ URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978. pp. 81-123.

²⁰ BATISTA, Luciana Marinho. *Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais “distintas em qualidade e riqueza” no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX)*. In: _____. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs). *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 381-402.

outros grupos importantes ou, quando necessário, diversificavam a estratégia promovendo uniões matrimoniais endógenas.²¹

Desse modo, percebe-se pelos trabalhos de Batista e Andrade que algumas famílias das elites locais que possuíam cabedais acabavam orbitando na esfera provincial/regional. De fato, parece crucial observar as relações entre as elites locais com as instituições políticas situadas na Província, sobretudo presidentes e Assembleias Legislativas Provinciais.

1.2 Contexto jurídico pós-abdicação

*“(...) força é admitir que o código [Penal] era defeituoso em muitos pontos: a experiência tem mostrado que seus autores guiaram-se cegamente pelos códigos de outras nações, que se acham em mui diverso estado de civilização, e pelo respeito que tiveram a certas teorias abstratas, e pouco atenderam às peculiaridades necessidades, circunstâncias, e localidades do Brasil. Muitos crimes estão imperfeitamente definidos, e as penas a eles impostas são tão insignificantes e desproporcionadas, que as suas disposições parecem, em certos casos, mais proteger o criminoso, do que a sociedade em geral”.*²² (JonhArmitage)

Uma das questões observadas, seja em parte da historiografia ou nas fontes que serão utilizadas nessa parte do trabalho, diz respeito a uma crítica sobre o modelo de justiça do Antigo Regime. Este era entendido como corporativo, pois sua aplicação variava de acordo com a qualidade dos réus e das vítimas. Nesse sentido, naquela ordenação hierárquica, os desiguais eram tratados desigualmente, gerando um equilíbrio considerado natural, advindo da natureza e da ordenação do cosmos. Naquela sociedade corporativa havia autoridades disseminadas no interior da sociedade, cada uma na sua

²¹ Cf: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

²² ARMITAGE, Jonh. *História do Brasil*. São Paulo: Martins, 1972. p.194. Thomas Flory também chama a atenção para esse ponto da argumentação de Armitage em: FLORY, Thomas. *El juez de paz y El jurado em El Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 173

corporação. Esse modelo permite observar, no caso dos juízes, a existência de poderes pessoais e a relativa autonomia na condução dos cargos.

Esse modo de aplicação da justiça servia como mecanismo de reafirmação do poder régio na medida em que mais ameaçava do que punia, produzindo um equilíbrio que apresentava o rei, auxiliado pelo seu aparato, como o “*justiceiro*”. Todavia, aparentemente, “*a justiça nada decidia ou tomava decisões ambíguas e polivalentes*”,²³ mas nem por isso deixava de ser acionada. Essa estrutura foi alvo de críticas de setores liberais que buscavam extinguir os resquícios do absolutismo de Antigo Regime representados, sobretudo, por D. Pedro I.

Nos intentos do reformismo liberal, existiram setores que entendiam como necessária uma reforma penal e processual para romper com o atraso e jugo, nomeadamente do livro V das *Ordenações Filipinas* que era conhecido como Código de sangue, uma vez que previa, inclusive, a pena capital. Esse pensamento pairava, sobretudo, na década de 1820 e no início dos anos 1830, quando “*era considerado de maior urgência invalidar o Código português, digno parto da barbaridade e da ignorância dos tempos em que fora organizado*”, conforme escreveu Armitage²⁴. Essa era a demanda de setores que ansiavam por um modelo mais liberal de justiça e que estavam mais atinados nas discussões filosóficas da justiça do que em problemas mais práticos da sua aplicação.²⁵

Contudo, após a independência e as reformas liberais, a excessiva leniência e brandura das penas proferidas pela justiça receberam duras críticas, como pode ser observado na epígrafe que abre essa seção. A crítica à suposta brandura, entretanto, era tributária de uma percepção enganosa, pois mais do que se referirem à aplicação de penas suaves, tratavam da seletividade de aplicar penas leves para alguns e pesadas para outros. Essa seletividade aponta para o caráter hierárquico do Antigo Regime, que buscava uma justiça pautada na equidade, ou seja, a cada um conforme sua posição

²³ Sobre a leniência, justiça corporativa e brandura no Antigo Regime ver: Lara, Silvia Hunold. *Senhores da régia jurisdição: o particular e o público na vila de São Salvador dos Campos de Goitacases na segunda metade do século XVIII*. In___ LARA, Silvio Hunold&MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.pp. 59-99.

²⁴ ARMITAGE, Jonh. *Op. Cit.* p.193.

²⁵ Cf. FLORY, Thomas. *Op. Cit.*

social. Mas, ao mesmo tempo, essa crítica à brandura também faz referência a um fenômeno real: muitos juízes extrapolavam o direito escrito e proferiam sentenças baseados no direito costumeiro e o faziam em nome do rei.²⁶

O recurso à justiça sempre fora entendida como uma das partes constituintes da resolução de conflitos entre pessoas ou grupos que normalmente estavam no mesmo *locus* social.²⁷ Desse modo, demandavam-se posturas mais efetivas por parte do aparelho jurídico. Essa demanda foi pano de fundo para muitas discussões acerca do modelo de justiça que deveria ser adotado, sobretudo na elaboração e execução do Código do Processo Criminal (1832) e da Reforma do Código do Processo Criminal (1841).

Em síntese, ao passo que o modelo corporativo de justiça era criticado pelos setores liberais, outros setores sociais, principalmente ligados ao projeto de Estado centralizado, entendiam as reformas das décadas de 1820 e 1830 como produtoras de leniência, brandura jurídica e conflitos sociais.

Dentro do contexto do Reformismo Liberal, o CPC buscou reduzir os resquícios corporativos e modelou uma estrutura jurídica que permitia uma intensa participação das elites locais na sua execução e na ocupação dos postos do judiciário local. Contudo, se por um lado, um dos objetivos dos liberais era reduzir o poder da justiça régia ao termo do fortalecimento das estruturas locais independentes das pressões do centro, por outro, essas duas esferas frequentemente entraram em atrito e, por vezes, chegaram a se anular tornando a justiça pouco eficiente.²⁸

Indo além, se o CPC foi aprovado sem grandes discussões em virtude das tensões do final do primeiro reinado, não teve a mesma sorte quando de sua execução. As críticas ao seu modelo de organização da justiça foram muitas e acabaram dando origem à Reforma do Código do Processo Criminal que, como um produto das reformas conservadoras de 1837-1841, buscou implementar um cerceamento do poder local

²⁶ Lara, Silvia Hunold. *Op. Cit.* pp. 62-63.

²⁷ Lara, Silvia Hunold. *Op. Cit.* pp. 59-99.

²⁸ Cf. FLORY, Thomas. *Op. Cit.*

dentro do judiciário, novamente reforçando a posição dos juízes ligados ao Estado, fosse como funcionários de carreira ou como juízes leigos nomeados centralmente.²⁹

É evidente que um Juiz de Paz escolhido localmente estava ligado e era partícipe do Estado tanto quanto um Juiz de Direito nomeado centralmente. Existiam, contudo, variações do grau de intervenção que o Estado tinha nesses cargos, sobretudo pelo recurso das nomeações, remoções, transferências e progressões. A capacidade de intervenção nos cargos em que os ocupantes eram escolhidos localmente era reduzida. Esses juízes leigos, pertencentes à elite da localidade em que atuavam, eram mais livres das pressões do Estado, o que poderia permitir o afloramento de mecanismos societários nas decisões jurídicas.³⁰ Essas margens para os juízes locais, no entanto, foram sendo tolhidas na medida em que os anos passavam.

1.2.1 O Código do Processo Criminal e a organização do judiciário local.

Dentro dos esforços de reformas liberais do Primeiro Reinado e, sobretudo do Período Regencial, pode-se destacar a criação do juizado de paz em 1827, o Código Penal de 1830 e o Código do Processo Criminal de 1832. Nessa parte do trabalho, será discutida essa última lei. O Código do Processo Criminal receberá maior atenção em função de tratar de maneira mais enfática a dimensão política e as formas de atuação dos cargos, inclusive o de juiz municipal, que é central para essa pesquisa.

Ivo Coser sugere que a motivação liberal na formulação do Código do Processo Criminal consistia em fomentar a disseminação do poder pela sociedade a partir das estruturas municipais.³¹ Essa argumentação se baseia nas especificidades dessa legislação, pois ela reforça as posições do judiciário local, permitindo às elites locais participação na construção do Estado por meio do processo de escolha dos ocupantes e da ocupação efetiva dos cargos do judiciário local.

²⁹ FLORY, Thomas. *Op. Cit.* pp. 172-173.

³⁰ Esses elementos societários na ação jurídica também poderiam fazer parte da atuação dos juízes de carreira escolhidos centralmente. Entretanto, pela circulação espacial e institucional, suas relações sociais eram restringidas, ao contrário de um juiz eleito localmente, que era um morador de longa data, devidamente inserido em redes sociais.

³¹ COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. pp. 60-97.

Desse modo, para clarificar esse contexto liberal, vale a pena observar mais de perto o CPC, com especial atenção às delegações dadas aos cargos, seja aos novos ou àqueles que já vigoravam. O funcionamento desses cargos e a forma de escolha dos ocupantes previstos na lei dão algumas indicações das inclinações liberais e dos anseios federalistas que uma parcela dos políticos buscou impor na organização do Estado brasileiro, sobretudo no início da década de 1830.

No CPC estavam previstos dentro da organização judiciária local os cargos de Juiz de Paz, Juiz de Direito, Juiz Municipal, Promotor e o Júri. Do mesmo modo, constava no CPC a jurisdição desses atores, que circulavam entre Distritos de Paz, Termos e Comarcas. Desses todos, apenas o Juiz de Direito orbitava no espaço da Comarca e era necessariamente formado em Direito. Os demais, em muitas vilas, eram indivíduos leigos pertencentes às elites locais, normalmente fazendeiros e comerciantes. Todo esse sistema de organização da administração da justiça estava imbuído em uma crítica aos juízes de carreira que, na opinião de muitos liberais, eram influenciados pelos interesses do governo. Sendo assim, os cargos ocupados por não profissionais serviam para reduzir os danos da influência do Estado, ou seja, *“a imparcialidade da justiça não vinha do governo e dos funcionários de carreira e sim de uma justiça eleita no município, controlada pelos cidadãos”*.³² Essa tensão aponta para os embates em torno da formação do Estado no Brasil na medida em que se percebem as negociações em torno da participação dos diversos setores no Estado e, sobretudo, as maneiras como os grupos discutiam e negociavam os seus papéis.

O Juízo de Paz não era um cargo obrigatoriamente ocupado por profissionais formados em Direito. Havia sido criado com a lei de 15 de outubro de 1827³³, que previa as suas atribuições e a forma como se daria sua escolha. O CPC, entretanto, aumentou as prerrogativas desse ator que atuava especificamente nos Distritos existentes dentro de um Termo, sobretudo na sua alçada em questões policiais e criminais.

O Juiz de Paz passou a ser visto pelos liberais como uma possibilidade de contenção do judiciário que poderia endossar as práticas absolutistas de D. Pedro I. Sua

³² COSER, Ivo. *Op. Cit.* pp. 89-90.

³³ Contudo, sua criação já era prevista desde a Constituição de 1824.

independência frente aos magistrados imperiais lhe garantiria a tranquilidade para arbitrar sem necessariamente se submeter aos interesses centrais. Essas características eram possíveis em função de ser um cargo preenchido por meio de eleições locais, sem qualquer interferência do poder central. Nas palavras de Flory, a nova instituição criada pela lei de 1827 “*representava uma redução visível da autoridade judicial de D. Pedro I.*”³⁴

A historiadora Joseli Maria Nunes Mendonça, também se baseando no trabalho de Thomas Flory e na lei de 1827, aponta que o processo de criação dessa instituição se amparava na demanda de criar uma figura capaz de produzir a conciliação entre partes querelantes, visando dar maior agilidade à resolução dos conflitos. Contudo, além das conciliações, cabia ao Juiz de Paz a manutenção da ordem.³⁵

A lei de 1832 também o tornou um ator fundamental dentro do processo de organização das novas instituições, como o Tribunal do Júri, sendo o Juiz de Paz o principal responsável pela escolha dos jurados.³⁶ Sobremaneira, o CPC transformou os Juízes de Paz em “*pedra angular do judiciário imperial*” e, ao mesmo tempo, os revestiu de poder considerável, gerando redução de prestígio dos juízes profissionais.³⁷

Com a extinção do cargo de Delegado³⁸, coube ao Juiz de Paz exercer a jurisdição policial no seu Distrito, auxiliado por funcionários como os Escrivães de Paz, Inspetores de Quarteirão e Oficiais de Justiça, os dois primeiros escolhidos pelas Câmaras Municipais a partir de sugestões do Juiz de Paz, e os últimos escolhidos diretamente pelo Juiz de Paz e em quantidade que este julgasse necessária. Organizada desse modo, a estrutura permitia ao Juiz de Paz e às Câmaras Municipais o controle e a escolha de um número razoável de ajudantes, alguns inclusive gozando de certos privilégios, como era o caso do Inspetor de Quarteirão que, por atuar em tal cargo, era

³⁴ FLORY, Thomas. *Op. Cit.* pp. 81-86.

³⁵ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Os juízes de paz e o mercado de trabalho – Brasil, século XIX*. In: _____. RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi & FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura (orgs). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: UDUFF, 2009. p. 238-241.

³⁶ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *O Código do Processo Criminal do Império do Brasil*, Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874. Código do Processo Criminal, Arts. 24-27.

³⁷ FLORY, Thomas. *Op. Cit.* p. 179.

³⁸ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Código do Processo Criminal, Art. 19.

dispensado de compor fileiras nas Tropas de 1ª Linha e na Guarda Nacional.³⁹ Vale a pena lembrar que o contexto de beligerância na região do Prata e as querelas civis do Rio Grande de São Pedro tornavam os recrutamentos forçados um momento de muita tensão nas localidades sulinas e, sendo assim, ao Juiz de Paz eram possíveis algumas manobras para proteger e reforçar os elos com sua clientela, como as que envolviam as nomeações dos inspetores. Evidentemente, tais possibilidades estão também em um plano teórico e eram ou não colocadas em prática de acordo com as demandas.

Desse modo, ressalta-se que alguns recursos eram disponíveis a esses atores – como tornar os seus protegidos oficiais de justiça, deixá-los de fora da qualificação da Guarda Nacional e até mesmo usar suas prerrogativas para prejudicar seus inimigos alistando-os nas tropas de Segunda Linha - e conforme sua ambição e habilidade poderiam estabelecer e reforçar relações de trocas de favores com outros membros da localidade. Em partes, esse processo evidencia as possibilidades de intersecções entre elementos societários e estatais por parte dos ocupantes desses cargos.⁴⁰

A escolha dos Juízes de Paz se fazia da mesma forma como prevista na lei de 1827, que definia que as eleições aconteceriam da mesma maneira e na mesma época da dos vereadores, “*com a diferença, porém, de conter quatro nomes a lista de eleitor de cada distrito*”⁴¹ ao passo que a lei de 1827 pressupunha a eleição de um Juiz de Paz e um suplente que ocupariam o cargo por três anos⁴². Desse modo, no CPC, os quatro indivíduos mais votados seriam os Juízes de Paz, cada um exercendo o cargo por um ano como titular enquanto os demais seriam os seus suplentes.

Pelo Artigo 12 do CPC, competia aos Juízes de Paz: conhecer as pessoas novas que viessem morar na localidade e conceder passaportes às mesmas, mantendo a

³⁹ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Código do Processo Criminal, Arts. 14-20.

⁴⁰ Silvia Lara produz em seu texto uma discussão que também é operacional para se pensar essas questões a partir das categorias de *particular* e *público*. Ver: Lara, Silvia Hunold. *Op. Cit.* pp. 59-99. Por seu turno, Fernando Uricoechea cunhou a expressão *burocracia patrimonial* para definir esses membros das elites locais que ocupavam postos do Estado dentro dos cargos locais e que sem receio operavam a partir de mecanismos estatais e societários. URICOECHEA, Fernando. *Op. Cit.* pp. 13-146.

⁴¹ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Código do Processo Criminal, Art. 9.

⁴² Lei de 15 de outubro de 1827. Crea em cada uma das freguezias e das capellas curadas um Juiz de Paz e um suplente. Art. 2. Acessado em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_18.pdf

vigilância sobre suas condutas; obrigar a assinar Termos de Bem Viver aos indivíduos marginalizados; proceder Corpo de Delito com o objetivo de adquirir provas sobre os atos criminosos; prender culpados e conceder fiança; dividir o Distrito em Quarteirões com no mínimo vinte e cinco casas cada um e julgar os delitos que fossem contra as Posturas Municipais.⁴³ Essas atribuições sugerem que o Juiz de Paz era uma figura com um poder considerável dentro da localidade, tanto de matriz jurídica como policial.⁴⁴ Seu posto é chave para entender questões relacionadas aos projetos políticos da década de 1830, assim como as reações a tais projetos.

Nesse sentido, ressalta-se que dentro daquilo que Visconde do Uruguai chamou de *Castelo Inexpugnável*, referindo-se à enormidade de cargos existentes na estrutura do judiciário local, o Juiz de Paz é uma das figuras que, na opinião de Uruguai, impediam a centralização do Estado.⁴⁵ Contudo, as reformas do Regresso Conservador de 1837-1841 acabaram por reduzir a alçada desses juízes leigos eleitos localmente. De acordo com o historiador Sidney Chalhoub, os Juízes de Paz foram gradativamente sendo submetidos à autoridade dos chefes de polícia e a Reforma do Código do Processo Criminal de 1841 lhes subtraiu por fim todo o poder de polícia que gozaram na década de 1830.⁴⁶ Esse poder de polícia foi redirecionado para os Delegados e Juízes Municipais, cargos cujos ocupantes passariam a ser nomeados diretamente pelo poder central e estariam subordinados ao executivo provincial.

1.2.2 A província de Santa Catarina, sua organização judiciária e os reflexos das tensões

⁴³ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Código do Processo Criminal, Art. 12. Essas determinações são muito próximas das verificadas na lei de 15 de outubro de 1827 que cria o juízo municipal. Contudo, o seu aumento de poder está relacionado a sua maior autoridade, a partir de 1832, nas questões criminais e policiais.

⁴⁴ As funções policiais são uma constante na atuação dos juízes nesse período. As tentativas de separação entre justiça e polícia vão se efetivar somente a partir da reforma de 1871. Cf: FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.*

⁴⁵ COSER, Ivo. *Op. Cit.* pp. 258-321.

⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. *Costumes senhoriais: escravidão ilegal e precarização da liberdade no Brasil império*. In: _____. AZEVEDO, Elciene, CANO, Jefferson, CUNHA, Maria Clementina Pereira e CHALHOUB, Sidney (org.), *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, S.P., Ed. Da UNICAMP, 2009, p. 30.

Santa Catarina, após o fim do sistema de Ouvidorias, foi dividida em duas Comarcas: a do Norte e a do Sul, cada uma com um Juiz de Direito letrado. A Comarca Norte era composta pelos municípios de Lages, São Francisco do Sul, Porto Belo e São Miguel, este último como sede e cabeça da Comarca; já a do Sul era formada pelos municípios de Laguna, São José e Desterro, que era sede e cabeça. No ano de 1833, a Província contava com sete Distritos, sendo quatro na Comarca Norte e três na Sul. Em 1842 já eram oito na Norte e doze na Sul.⁴⁷ Ou seja, gradativamente, com o crescimento populacional, vão surgindo novos Distritos e Termos dentro da Província o que alterava o número de indivíduos ocupantes dos cargos. Do mesmo modo, concretizava-se uma maior disseminação de instituições estatais com seus colaboradores leigos dentro da geografia provincial.

Na fala do Presidente da Província de Santa Catarina de 1835, ele sugere que os Juízes de Paz estavam sendo, ao menos na referida Província, incumbidos de funções que extrapolavam aquelas previstas na legislação.

*“Antes de passar a outro assunto tenho que observar que não estando designadamente determinado quem nos Municípios e Distritos deva executar as ordens da Presidência na parte administrativa, elas por isso são de necessidade dirigidas aos Juízes de Paz: e suposto (em honra dos da Província seja dito) não tenham eles reclamado contra este acréscimo de peso, convenientemente será que deles sejam aliviados.”*⁴⁸

Desse modo, ao menos até 1835, cabia aos Juízes de Paz de Santa Catarina, além das suas atribuições judiciárias e policiais, cumprirem nas localidades as ordens administrativas determinadas pela presidência da Província. Não só a Presidência, no entanto, dava ordens administrativas aos Juízes de Paz, pois nesse grande emaranhado, as Câmaras também os encarregavam de tarefas desse perfil. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Sendo assim, o Juízo de Paz, além do poder de polícia, auxiliar do Presidente da Província e da Câmara nas questões administrativas, era também o grande administrador da justiça dentro do Distrito conforme o CPC. Já em relação ao Termo, outras

⁴⁷ CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *A organização das justiças na colônia e no império história da comarca de Laguna*. Porto Alegre: Santa Teresina, 1955. pp. 99-101.

⁴⁸ Fala do Presidente da Província de Santa Catarina Feliciano Nunes Pires, em 1º de Março de 1835, apresentado à Primeira Assembléia da mesma Província. Publicado por Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo Publico do Estado de Santa Catarina: 1986, p. 27.

instituições orbitavam. Uma delas era o Júri. A instituição do Júri estava prevista no CPC e os jurados eram escolhidos pelo Juiz de Paz, pelo Pároco ou Capela, assim como o presidente da Câmara ou algum outro vereador.⁴⁹

O Tribunal do Júri gerou muitas polêmicas, principalmente entre liberais e conservadores, uma vez que os primeiros entendiam que a tomada de consciência dos cidadãos se daria por meio da participação nas questões públicas, enquanto os conservadores defendiam que a “civilização” não era homogênea e nem uma realidade de todas as regiões. Portanto, para eles, permitir pela legislação a participação de pessoas rudes e não esclarecidas em julgamentos era um erro grosseiro.⁵⁰

Nesse cenário, as tensões entre juízes letrados e leigos foram recorrentes. Em certa medida, o sistema dos jurados feria o prestígio dos juízes letrados, pois a eles cabia apenas sancionar as decisões das elites locais que ocupavam o Tribunal do Júri ou o Juízo de Paz. Em um julgamento feito pelo Júri e presidido pelo Juiz de Direito, por mais que este último não concordasse com a decisão, não lhe cabia alternativa a não ser sancionar a decisão do Júri. Ou seja, ao Júri - composto por leigos - cabiam as decisões jurídicas e aos juízes letrados competia a manutenção dos formalismos jurídicos e o respeito à decisão do Júri. Tal modo de organização era entendido como uma afronta na medida em que decisões eram delegadas a analfabetos enquanto os bacharéis de formação eram limados desse processo.⁵¹ Essa situação só foi alterada com a reforma do Código de 1841, quando os Juízes de Direito são investidos de prerrogativas, como a de anular a decisão do Júri, que lhes garantia o controle dos processos.⁵²

Portanto, o sistema de jurados, no recorte de 1832 a 1841, aumentou a distância entre a magistratura profissional e os juízes leigos, pois restringia a ação dos juízes profissionais e aumentava os poderes das elites locais, que tinham o direito de ordenar a administração da justiça local e ocupar os seus postos.⁵³

⁴⁹ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Código do Processo Criminal, Art. 24.

⁵⁰ COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai*. *Op. Cit.* pp. 87-97.

⁵¹ FLORY, Thomas. *Op. Cit.* pp. 180-182.

⁵² CAMPOS, Adriana Pereira e BETZEL, Viviani Dal Piero. *Júri no Brasil Império: polêmicas e desafios*. In ____:RIBEIRO, Gladys Sabina(org). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008. pp. 227-256.

⁵³ FLORY, Thomas. *Op. Cit.* p.183.

Na Província de Santa Catarina, ao nos determos sobre as posições dos Presidentes da Província de 1833 a 1841, foi possível perceber posturas bastante distintas em relação à pouco consensual instituição do Júri. É possível, inclusive, perceber que na medida em que os anos vão correndo após a aprovação do CPC, as opiniões sobre o Júri vão se tornando mais pessimistas e todas as expectativas criadas sobre a instituição vão cedendo espaço para críticas ao seu modelo, justificadas pela inaplicabilidade da instituição dentro da administração da justiça local.

Na fala de 1835, o Presidente Feliciano Nunes Pires demonstra muita simpatia em relação ao Júri. Escrevia que “*em todos os Termos da Província se formaram desde logo os conselhos de jurados: em nenhuma tem uma só vez deixado de haver as sessões regulares: em geral as suas decisões tem sido conscienciosas, e por isso bem acolhidas*”⁵⁴. É possível notar que o Presidente estava satisfeito com a atuação dos Tribunais do Júri na Província e, possivelmente, essa percepção advinha de uma leitura passada a ele pelos próprios Juizes de Direito das Comarcas, que presidiam as sessões do Tribunal do Júri, e que entendiam as decisões como justas até aquele momento.

No relatório do ano seguinte, quando Albuquerque Cavalcanti servia como Presidente, o mesmo comentou que as sessões do Júri aconteceram com tranquilidade e as decisões foram coerentes, de modo que na Província de Santa Catarina a instituição não suscitou as controvérsias que andavam acontecendo em outras localidades, sobretudo relacionadas à leniência e indulgência de que os jurados eram acusados.⁵⁵ Tal observação permite ter uma visão do modo como essa inovação do Júri - que para alguns era uma excentricidade, mas para outros uma verdadeira pedagogia da cidadania - estava sendo recepcionada no império do Brasil. Ao que tudo indica - fiado pelas palavras do Presidente - por mais que na Província de Santa Catarina tal inovação pudesse ser considerada frutífera, em outras localidades não se observava a mesma expectativa.

Nos relatório do ano seguinte do Presidente José Joaquim Machado de Oliveira, foi possível perceber uma postura bastante próxima da do Presidente do ano anterior:

⁵⁴ Fala do Presidente da Província de Santa Catarina Feliciano Nunes Pires. Op. Cit p. 44.

⁵⁵ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina José Mariano de Albuquerque Cavalcanti de 5 de abril de 1836. Disponível em www.crl.uchicago.edu p. 05.

*“Procederam-se às Sessões dos Jurados em todos os Termos e nas épocas prefixadas; estando habilitado para informar-vos, que as decisões do Júri tem sido em geral conscienciosas, e consideradas justas pelos Juizes de Direito. (...) É lisonjeiro, senhores, que quando em alguma das nossas Províncias sente-se um clamor de indignação contra os julgamentos do Júri, sugerindo as mais das vezes pelo criminoso espírito de indulgência ou impunidade: quando as causas crimes sobrepõem de uma para outra sessão aos trabalhos dos Jurados, o Júri das Províncias pronuncia-se de uma maneira tão cordata e ajuizada: e a moralidade de sua população faça que poucas vezes se agite a espada da justiça”.*⁵⁶

O excerto acima demonstra muita proximidade entre o modo de perceber o Júri dos três primeiros presidentes da Província. A qualificação de *“Júri que se pronuncia de maneira cordata e ajuizada”* demonstra que até aquele momento as decisões tomadas eram consideradas prudentes e as relações com os Juizes de Direito estavam se dando de forma harmoniosa. Inclusive, essa harmonia era tributária da *“moralidade da população”* da Província uma vez que os baixos índices de criminalidade não produziam uma demanda muito grande de julgamentos. Tais percepções sinalizam que na província de Santa Catarina os representantes do governo central, tanto o Presidente como o Juiz de Direito, viam o Júri e o que ele representava com bons olhos.

Os presidentes desse período não destoam dos debates e das escolhas políticas da época. Sua simpatia em relação ao Júri estava atrelada ao contexto das reformas liberais vivenciado nas Regências, sobretudo nos debates do Código do Processo Criminal. Coser, ao analisar as discussões parlamentares, notou que os liberais defendiam que eleger alguém da localidade era a maneira mais adequada de se obter um bom funcionamento da justiça, pois esse indivíduo exerceria as funções de seu cargo e, ao término, voltaria à localidade. O Júri era, portanto, entendido por esse grupo como capaz de liquidar o despotismo e garantir o direito por meio de seu veredicto.⁵⁷

Contudo, nos dois relatórios seguintes (1839 e 1840), dos Presidentes Brigadeiro João Carlos Pardal e do Marechal de Campo Francisco Jozé de Souza Soares d'Andrea, o tom da percepção do Júri mudou. O Presidente Pardal comentava o seguinte em seu relatório:

⁵⁶ Fala do Presidente da Província de Santa Catarina José Joaquim Machado de Oliveira de 1º de Março de 1837. Disponível em www.crl.uchicago.edu p. 04.

⁵⁷ COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai*. Op. Cit. pp. 87-95.

*“O juízo dos magistrados sobre as decisões dos jurados lhes são em geral favoráveis, não deixando contudo de notar algumas absolvições e minorações no grau de pena, de menos justas, a vista das provas dos autos. Uma tal indulgência é lamentável: oxalá que ela cesse, e que os Jurados se penetrem bem de que um criminoso absolvido, é um inimigo que se introduz na Sociedade para a perturbar, e de que, se é difícil a correção no que expia a culpa com o castigo; da impunidade só se pode esperar a reincidência no crime.”*⁵⁸

O que antes eram “*maneiras cordatas*” virou “*indulgência*” excessiva e a “*sociedade de alta moralidade*” virou uma sociedade infiltrada por inimigos que a perturbavam. Não foi só a percepção da instituição que mudou; alterou-se também o tom dos adjetivos de qualificação dos membros do Tribunal do Júri e da sociedade responsável por seu surgimento e manutenção. De modo parecido, o Presidente Souza Soares apontava que:

*“As reuniões dos Jurados tem-se feito regularmente, e se tem passado sem comoção ou desordem, ao menos não tem isto chegado ao meu conhecimento; mas suas decisões têm sido algumas vezes taxadas de nimiamente indulgentes pelos respectivos Juizes de Direito, e este grave mal tem de pesar muito tempo sobre a Sociedade, até que possa haver **Juizes** capazes de se convencerem que tanto é crime condenarem um inocente, como salvar um malvado”*⁵⁹

Ambos apontam que a instituição cumpria com suas obrigações, porém cometia alguns deslizes por absolver indivíduos pretensamente criminosos. O ato de “*indulgência*” do Júri é visto como um erro que pode ser fatal para a sociedade, uma vez que ela perdia a oportunidade de tirar de circulação um “*malvado*” e, até mesmo, incentivava a reincidência pela impunidade que proporcionava ao criminoso. Parece que as observações negativas sobre o Júri, que antes eram verificadas nas outras Províncias, começavam a tomar conta das percepções dos Presidentes de Santa Catarina e dos Juizes de Direito das Comarcas, afinal eles eram a fonte de informação sobre o andamento das sessões dos Jurados. É evidente que a relação entre Juiz de Direito e Júri poderia estar sendo afetada pelas tensões que existiam entre juizes leigos e magistrados, conforme observado por Thomas Flory, assim como pela redução de prestígio dos profissionais. Vale frisar que todo o discurso dos Presidentes com base nas observações

⁵⁸ Discurso Pronunciado na Abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina na Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura Provincial em 1839 pelo Brigadeiro João Carlos Pardal. Disponível em www.crl.uchicago.edu p. 16.

⁵⁹ Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em www.crl.uchicago.edu p. 15.

dos Juízes de Direito criticava o modelo liberal de organização da justiça, que era responsabilizada pela leniência jurídica.

A indulgência, que antes era uma característica das outras províncias, passou a ser encarada pelas autoridades como um problema relativo aos Tribunais do Júri de Santa Catarina também. A excessiva absolvição dos réus foi uma constante estrutural do Júri na maioria das Províncias⁶⁰ e essa leniência foi utilizada para formular críticas em relação ao Júri. Vale ressaltar que os jurados são percebidos como juízes também e que, na medida em que suas atuações jurídicas são criticadas, reforça-se a posição de setores da elite política que defendiam que as prerrogativas de julgar não deviam ser delegadas a homens leigos e analfabetos. Essa argumentação vai estar no cerne das reformas centralizadoras de 1840-1841.

Ao mesmo tempo, os problemas que eram verificados na aplicação da justiça no Antigo Regime, sobretudo a brandura das penas, parecem não ter sido extirpados com as reformas do judiciário verificadas no período das Regências. O CPC e sua ênfase na justiça local e leiga produziram um inchaço na estrutura judiciária, fazendo-a permanecer na lentidão que caracterizava o judiciário colonial.⁶¹ Em síntese, o que alguns setores buscavam, não era uma disseminação de cargos que permitissem a participação de um maior número de pessoas na vida pública, mas justamente o contrário, pois essa maior participação estava sendo apontada como uma das razões para o descompasso do judiciário. Ao menos no ponto de vista dos centralizadores, as reformas que buscavam reduzir a leniência acabaram reforçando-a. Do mesmo modo, as percepções dos Presidentes dão indícios das complexas relações entre a justiça profissional e a leiga e remontam ao discurso adotado pelo executivo provincial nessas tensas relações.

O Presidente do ano seguinte, Antero José Ferreira de Brito, que, ressalta-se, foi o Presidente da Província até 1848, portanto o que mais tempo permaneceu no cargo no recorte das décadas de 1830 e 1840, fez críticas duras em relação ao Júri. Na sua fala ele apontou o seguinte:

⁶⁰ CAMPOS, Adriana Pereira e BETZEL, Viviani Dal Piero. *Op. Cit.* pp. 227-256.

⁶¹ FLORY, Thomas. *Op. Cit.* p. 190.

“(…) Se estes dados da estatística criminal da Província depõem incontestavelmente a favor da moralidade de seus habitantes, dois julgamentos, que não duvidarei chamar iníquos, enodoa os Jurados que os proferiram, desacreditando a Instituição do Júri e em certo modo justificam aqueles que nos acusam, levianamente sem dúvida, de não estarmos ainda assaz maduros para sabermos dar o devido apreço, e fazermos vingar as instituições liberais que nos regem”.⁶²

Toda essa indignação foi uma reação a dois casos considerados pelo Presidente como uma mancha na instituição do Júri. Um deles aconteceu na capital Desterro, quando uma mulher foi acusada de matar o marido. Ela foi denunciada na Junta de Paz e condenada pelo Júri da Capital a vinte anos de prisão com trabalhos forçados, porém apelou da sentença no Termo vizinho de São José e foi absolvida da pena para esbravejo do então Presidente contra o Júri “*indulgente*” de São José. O outro caso aconteceu em São Francisco do Sul onde Lucinda Maria, “*mulher infiel*”, e “*seu cúmplice na infidelidade*” embriagaram o marido traído e depois o “*degolaram*”. Após confessarem por inúmeras vezes em público – o Presidente silencia sobre as condições de obtenção da confissão – foram levados a julgamento e absolvidos pelo Júri para espanto do Presidente, e ele conclui seu raciocínio:

“(…) E assim é que hoje aqueles monstros alardeião(sic) de seus crimes, e voltarão impunes ao seio da Sociedade donde deverão ser eternamente segregados. Com juízes tais, que em vez de seguirem os ditames da consciência, sufocam os seus brados; de nada servem as Leis, porque elas não podem dar proteção; e a segurança pública vai a pique”.⁶³

Ambos os casos fazem referências a crimes cometidos por mulheres contra seus respectivos cônjuges, fato que pode ter indignado ainda mais o Presidente Ferreira da Brito. Do mesmo modo, apontam para percepções de pertencimento a uma comunidade na medida em que tais absolvições podem ter sido permeadas pela pessoalidade advinda de relações de parentesco e de amizade dos réus com os jurados. Com essa hipótese, pode-se sugerir que fatores externos à estrita aplicação da lei,⁶⁴ poderiam intervir nas

⁶² Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina o Brigadeiro Antero José Ferreira da Brito dirigio a Assembléia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro: Typographia província, 1841. Disponível em www.crl.uchicago.edu

⁶³ Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina o Brigadeiro Antero José Ferreira da Brito dirigio a Assembléia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro: Typographia província, 1841. Disponível em www.crl.uchicago.edu

⁶⁴ CAMPOS, Adriana Pereira e BETZEL, Viviani Dal Piero. *Op. Cit.* p. 255.

decisões do Júri. Nesses dois casos, muito mais do que intimidações por parte dos infratores sobre os jurados, devem ter entrado nos cálculos as redes e a trajetória dos réus no interior das suas respectivas comunidades.

Ferreira de Brito aponta claramente que esse tipo de decisão apenas embasava as críticas “*levianas*” daqueles que acusavam os brasileiros de não estarem prontos para viverem em instituições liberais. E, aparentemente, quem não estava preparado para essas instituições era o mundo local. Ele reluta em acolher tal realidade, mas acaba aceitando-a, e sobre isso é sintomática a sua visão sobre os habitantes da Província de Santa Catarina. Para ele, como para muitos dos Presidentes que ocuparam o posto nas décadas de 1830 e 1840, os motivos da baixa criminalidade estavam relacionados à escassez de homens negros na província, o que a tornava uma das poucas boas exceções do império. Desse modo, ele reafirmava uma posição segundo a qual o Brasil, pensado em conjunto, não estava preparado para as instituições liberais devido à debilidade da sua população. Em sua opinião, a província de Santa Catarina, mesmo sendo uma boa exceção, ainda assim não estava preparada. De certo modo, tal visão de sociedade torna impraticável pensar nesse período a formação de um Estado-Nação. No terceiro capítulo, serão apresentados alguns dados sobre a população escrava que permitem contrapor a visão do Presidente no que tange à composição da população.

A própria *qualidade* dos postulantes a membros do Conselho de Jurados tornava a instituição impraticável na opinião do Presidente. Nas palavras de Soares d’Andrea (1840):

“Principiando pela Instituição do Júri, é ela a todas as luzes defeituosa, pela qualidade dos jurados de que depende. Como se entrega a Vida e a Honra ou reputação de um homem; como se entrega a segurança da Sociedade na punição dos Réus, a homens que nem escrever sabem; submergidos em uma crassa ignorância, e por consequência sem poderem por si só fazerem idéia nenhuma do merecimento de qualquer causa: a homens cuja consciência vacila e treme, e lhes parece que é dever seu absolver todos os crimes? Precisa-se outra escolha de Jurados, e precisa-se reconhecer que esta Instituição não cabe senão nos lugares em que houverem os homens próprios e capazes para formarem o Júri, e não em todas as vilas do Brasil, como se a nossa população estivesse em idênticas circunstancias da das primeiras Nações que adotaram o Júri. Conheço bem senhores [deputados] que não esta da vossa parte providenciardes sobre tais negócios; mas pois que tardam essas emendas precisas em nossa legislação, toca a cada uma, e a todas as Autoridades que tiverem que falar da Administração da Justiça,

*levantar a voz contra os defeitos de nossas Instituições, para que não pareça que um silencio contínuo filho do despeito de se ter falado em vão, e silêncio aprovador”.*⁶⁵

O Presidente aponta questões que para ele são fundamentais e que podem ser pensadas como um exemplo do modo como alguns setores enxergavam o CPC e suas instituições. Essa posição pode ser encarada como um sintoma das relações entre Estado e elites locais a partir das reformas centralizadoras de 1840-1841, pois as críticas sobre os juízes leigos se tornam bastante frequentes nos relatórios e falas dos Presidentes da Província a partir da época das reformas. E, além disso, mais uma vez torna-se possível questionar a percepção naquele momento da ideia de Estado-Nação, uma vez que é nitidamente apontado um despreparo de boa parcela dos homens da maioria das vilas do Brasil para gerenciarem instituições que administravam a justiça. Sobram críticas, também, àqueles que buscam introjetar no Brasil instituições que vingaram em outros países, como o Júri dos Estados Unidos ou a Guarda Nacional francesa. Sua sugestão de que o Júri só deveria existir nos locais onde houvesse homens apropriados demonstra a leitura pouco positiva que ele fazia da população da província de Santa Catarina, que era estendida a outras localidades do Brasil. Esse ponto pode ser considerado como um paradoxo, pois com frequência a população da Província era elogiada, sobretudo pelos baixos índices de negros na composição populacional. Para ele, essa característica permitiu o surgimento de uma população pacífica e moralizada, incapaz, porém, de ocupar postos do judiciário local.

Todas essas questões, entretanto, relacionadas à “*qualidade*” daqueles que compunham as instituições estava submersa em possíveis tensões de diferentes *loci* de poder, o que se relacionava principalmente à cadeia de comando Centro/Província/Localidade. Ou seja, a própria estrutura de mando político muitas vezes favorecia tais embates, pois, possivelmente, a crítica do Presidente veladamente estava direcionada não apenas à instituição do Júri, mas à própria estrutura de mando das comunidades e ao tipo de elite que se estabelecia nesses locais. Não foi à toa que ele usou o espaço da Fala à Assembléia Provincial para defender suas posições, pois aqueles deputados pertenciam ao ambiente mais amplo da elite provincial, sendo,

⁶⁵ Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em www.crl.uchicago.edu p. 17.

portanto, indivíduos com muito destaque e prestígio nas suas localidades. Na sua crítica contra o Júri, ao questionar as capacidades dos jurados, também questionava a capacidade da elite local de gerenciar a administração da justiça na sua vila, seja por meio do Júri, do Juízo de Paz ou do Municipal. O excerto a seguir demonstra a opinião do Presidente.

*“Pela mesma razão, falarei de todos os Juizes Leigos e de nomeação popular, como são os Juizes de Paz, Municipais e dos Órfãos a quem estão entregues os interesses mais vitais da sociedade e que com muitas poucas exceções, o defeito mais tolerável que os domina é a ignorância absoluta de tudo o que lhes cumpre fazer: digo o mais tolerável porque algumas vezes se juntam os ódios, a vingança e a venalidade ao primeiro notado e mais geral defeito. Conviria muito que não houvesse Juizes de Paz senão de acordo com o título e que não tivessem mais atribuições do que simples conciliações e o conhecimento da estatística do seu distrito, entregando as coisas de mais importância aos Juizes Letrados, que unissem também as atribuições dos Juizes Municipais, sem que por esses serviços pudessem se considerar perpétuos na magistratura, antes lhes servindo nesses primeiros empregos de ensaio, para ser conhecida sua capacidade e seu caráter e não enxovalharem depois a classe da magistratura entrando nas funções elevadas de Juizes de Direito indivíduos desprezíveis em todos os sentidos como tem acontecido por vezes.”*⁶⁶

O presidente faz críticas até aos Juizes de Direito que são, contudo, dirigidas de forma genérica, reclamando do procedimento de alguns indivíduos. Para ele, os cargos do judiciário local deveriam ser o estágio inicial da carreira dos letrados, para em seguida, serem alçados ao posto de Juiz de Direito somente aqueles com capacidade para tal. A crítica é mais acentuada quanto aos juizes leigos, dirigida ao modelo em si. Não havia qualquer expectativa por parte do Presidente de que esses juizes eleitos produzissem benefício para o Estado e para a sociedade. Soares d’Andréa, como presidente nomeado centralmente, estava afinado com as posições conservadoras assumidas no Regresso Conservador e em suas reformas: os juizes leigos escolhidos localmente eram considerados um empecilho à centralização e o Júri era formado por indivíduos sem habilitação para o cargo.⁶⁷

A crítica ao Júri era constante na esfera central, não foi, porém, constatada na local, ao menos em São Francisco do Sul. As elites locais, talvez com exceção dos seus

⁶⁶ Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em www.crl.uchicago.edu p. 18.

⁶⁷ COSER, Ivo. *Op. Cit.* pp. 258-321.

braços centralizadores, não nutriam pelo Conselho de Jurados tamanha desavença, pois era uma instituição entendida como portadora dos anseios locais de condução da administração da justiça de maneira próxima às verificadas no período colonial. Porém, por mais que fosse uma estrutura que gerava relações tensas entre centro e localidades, ela permitiu processos de ajustamento aos atores sociais, principalmente em decorrência de um Estado que dava seus primeiros passos e permitia, visando legitimar-se, certo grau de plasticidade na elaboração dessas relações, sendo muito mais presentes elementos de uma intensa negociação entre as diferentes esferas do que uma rígida cadeia de comando.

Vale lembrar que esse era um período de fortalecimento institucional do Estado que daria contornos ao Segundo Reinado⁶⁸ e que os processos de negociação dessas esferas estavam no centro dos intentos de refundação do Estado. Os juízes leigos eram a única forma de tornar o acesso à justiça mais dinâmico nos confins do Brasil, pois a escassez de bacharéis não permitia a disseminação de letrados por todo o território.

Além do Júri, existiu também dentro da administração da Justiça o Promotor Público, sendo previsto um para cada Termo. O Promotor, grosso modo, era uma espécie de representante da sociedade nas questões judiciais, pois a ele cabia fazer as denúncias perante o Júri dos crimes cometidos contra membros da localidade.⁶⁹ Desse modo, ele era o elo entre o inquérito policial e a aplicação da justiça.

Os mesmos que eram considerados aptos para ocuparem uma das vagas do Júri, também poderiam ser escolhidos como Promotores Públicos, sendo nomeados pela Corte ou pelo Presidente da Província a partir de uma lista tríplice feita pelas Câmaras Municipais.⁷⁰ Desse modo, esse era mais um dos cargos da justiça local cujos nomes, segundo o CPC, caberiam às Câmaras Municipais sugerir.

É possível questionar a visão de que a lei de 1828, que transformou as Câmaras em “corporações meramente administrativas”, tenha efetivamente esvaziado-as de suas atribuições judiciais. Ao que parece, o CPC produziu uma reorientação institucional nas Câmaras, não no sentido de devolver as funções antigas do Juiz Ordinário da época

⁶⁸ Cf. GRAHAM, Richard. *Op. Cit.* e CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*

⁶⁹ COSER, Ivo. *Op. Cit.* Pp. 63-64.

⁷⁰ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Código do Processo Criminal, Art. 36 e 37.

colonial, mas de permitir uma parcela substancial de responsabilidade na escolha dos nomes dos ocupantes da justiça no nível local. Sendo assim, os recursos judiciários voltam indiretamente às mãos da Câmara no curto espaço de 1832 a 1834, uma vez que cabia a ela escolher grande parcela dos quadros ocupantes dos cargos. Esse se torna um recurso para a troca de favores e montagem de clientelas entre os membros da elite local, assim como um instrumento que reforçava alianças e posições dentro da hierarquia social das comunidades.

Essa escolha também se dava em relação ao cargo de Juiz Municipal que, de modo similar ao promotor e Juiz de Órfãos, era escolhido pela corte ou pelo Presidente da Província a partir de uma lista tríplice elaborada pelas Câmaras Municipais. De acordo com o CPC, cabia ao Juiz Municipal: substituir o Juiz de Direito nos seus impedimentos ou faltas, extrapolando desse modo sua condição geográfica restrita ao Termo; executar dentro do Termo os mandatos dos Juízes de Direito e demais Tribunais; e exercer cumulativamente a jurisdição policial.⁷¹

Em grande medida, o Juiz Municipal foi pensado como um braço do Juiz de Direito dentro dos Termos e do mesmo modo, também se entendia como um cargo que dividia as atribuições policiais com o Juiz de Paz, porém tal divisão não era nem um pouco demarcada pelo CPC. Pelo modo de seleção, percebe-se que a Câmara ficava em uma posição confortável em relação à escolha dos postulantes a esse cargo, pois também era feito mediante as listas tríplices.

Vale à pena adiantar algo que será trabalhado mais adiante em relação a esse cargo: suas atribuições, na prática, extrapolaram a de ajudante do Juiz de Direito e Policial, pois muitas funções de cunho administrativo também foram confiadas ao Juiz Municipal, pelo menos na Província de Santa Catarina. Em tal situação, torna-se intrigante se pensar a estrutura jurídico-administrativa do Brasil do pós-independência: os Juízes Municipais e de Paz de grande parte dos Distritos e Termos brasileiros eram indivíduos iletrados – muitas vezes em decorrência da falta de pessoas formadas para exercerem essas funções – e que tinham muitas prerrogativas administrativas, ou seja, é um tanto paradoxal chamar de Juiz alguém sem formação e com funções administrativas.

⁷¹ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Código do Processo Criminal, Art. 35.

Ivo Coser, em seu trabalho, sugere que o CPC de 1832 objetivou organizar a sociedade a partir do modelo liberal federalista. Porém, essa organização necessita ser observada com atenção, pois ela sugere a formação de um Estado em que o federalismo foi organizado a partir do Município, gerando um poder público disseminado na sociedade pela estrutura judiciária, com a maioria dos funcionários sendo escolhidos no âmbito local, que era o mais próximo dos cidadãos. Na argumentação desse autor, entretanto, o Ato Adicional produziu um esvaziamento do município e muitas de suas prerrogativas foram transferidas para a Província. A partir dos conceitos de federação, confederação, unitarismo e patrimonialismo, Coser analisa os debates parlamentares, as legislações e os escritos do Visconde de Uruguai para compreender os tipos de relações estabelecidas entre os grupos políticos e a interferência dos embates na organização do Estado, sobretudo nas instituições centrais e locais.⁷²

Quanto ao espaço provincial, Coser argumenta que o Ato Adicional de 1834 permitiu a elite provincial moldar o processo de descentralização aos seus próprios interesses permitindo o fortalecimento dos particularismos locais. Contudo, as reformas do Regresso Conservador buscaram reorientar os interesses provinciais para a centralização.⁷³

Mirian Dolhnikoff entende que a autonomia adquirida pela elite provincial a partir da lei de 1834 permitia-lhes atender seus principais interesses. Essa autonomia é que garantia a adesão das elites provinciais ao Estado que se construía. Uma das demandas da elite provincial era limitar a ação dos juízes locais que usavam as atribuições recebidas no Código do Processo Criminal de 1832 para ampliarem seu poder privado. Essa era a causa dos conflitos entre as facções locais que faziam uso dos cargos do judiciário para alimentar as disputas municipais. Essa autora não reconhece nas reformas do período de 1837-1841 uma fissura entre federalistas e centralizadores, pois, na sua leitura, o que estava no centro das discussões era estabelecer nitidamente quais eram as prerrogativas do governo central e do poder provincial. Nesse sentido, foi operada uma divisão clara, garantindo a centralização judiciária e a autonomia

⁷² COSER, Ivo. *Op. Cit.* pp. 60-98.

⁷³ COSER, Ivo. *Op. Cit.* pp. 235-257.

administrativa das províncias. Era o equilíbrio entre centralização política e descentralização administrativa.⁷⁴

A organização centralizada do judiciário foi, portanto, consensual entre federalistas e centralizadores, pois ambos entendiam como necessário frear as tentativas de tornar os cargos do judiciário local fontes de poder privado. Eram essas tendências, juntamente com o despreparo de muitos indivíduos, que motivavam as críticas contra o modelo de justiça estabelecido no Código do Processo Criminal.

Os partícipes da administração da Justiça local eram indivíduos leigos, não profissionais que tinham seus próprios meios de vida. Eram escolhidos pelas próprias elites locais e recebiam duras críticas das autoridades centrais. Contudo, mesmo tendo Presidentes de Província que discordavam dessas instituições, isso não os impediu de acioná-las, objetivando os auxílios administrativos desses juízes leigos. Conforme apontou Uricoechea, o Estado necessitava do auxílio dos potentados locais.⁷⁵ Cabia apenas achar formas de tornar esse auxílio uma ferramenta de fortalecimento do poder do Estado e não do poder pessoal. A Província seria um segmento importante nessa busca de contenção da expansão dos poderes privados e dos faccionalismos locais, pois o unitarismo era um valor defendido tanto por federalistas quanto por centralistas. Nesse sentido, a autonomia provincial pode ser encarada como um mecanismo que reforçava a centralização.

Para Tavares Bastos a grande autonomia concedida às localidades pelo Juízo de Paz e pelo Código do Processo Criminal foi freada pelo Ato Adicional de 1834. Essa última legislação acabou por reforçar excessivamente o governo da Província em detrimento das municipalidades. A lei de Interpretação do Ato Adicional foi criticada por produzir uma pequena centralização encabeçada pelas províncias, pois nas palavras desse autor “*a autoridade das Assembléias sobre as Câmaras somente se fez sentir pelo lado mau, pela excessiva dependência e concentração dos negócios nas capitais das*

⁷⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. *Op. Cit.* pp. 125-154.

⁷⁵ Cf: URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

Províncias”, desse modo “*deveria se tirar às Assembléias dominadas da paixão centralizadora os pretextos para embaraçarem a autonomia dos municípios.*”⁷⁶

Percebe-se, portanto, que o Código do Processo Criminal garantiu às localidades maior autonomia na administração da justiça, seja na escolha dos ocupantes dos cargos ou nos usos extraleais que os juízes poderiam fazer. Toda essa autonomia sofreu forte oposição com o Ato Adicional de 1834 e a lei de Interpretação que reorientaram o controle das instituições locais dos municípios para a Província. Portanto, com as mudanças que se processaram, os cargos do judiciário local acabaram sendo instrumentos de uma centralização política efetivada a partir do governo provincial. E, nesse sentido, conforme observa Miriam Dolhnikoff, grupos ligados a atividade mercantil e os proprietários de terras e escravos passaram a utilizar o espaço provincial para exercer o seu poder de mando, e, da mesma forma, esses grupos acabaram se envolvendo na construção do Estado Nacional e comprometeram-se com a sua preservação e expansão.⁷⁷

1.3 - As Câmaras Municipais e a centralidade da condução do poder local (1832 a 1835)

Em 13 de dezembro de 1832 foi publicado o *Decreto de Instrução para a execução do Código do Processo Criminal* no qual ficou determinado às Câmaras Municipais: dividir o termo em distritos; marcar data das eleições para Juiz de Paz e organizar o escrutínio; determinar o local e a quantidade anual de Juntas de Paz; remeter as listas tríplexes para a corte ou presidente em conselho dos postulantes a Juiz Municipal, Órfãos e Promotor Público; nomear os interinos para os cargos enquanto não chegasse a confirmação do Presidente; e formar a lista dos Jurados junto aos Juízes de Paz e párocos.

Desse modo, às Câmaras estava confiado o papel de grande organizadora no nível local da formação e a escolha dos quadros da nova organização do judiciário local.

⁷⁶ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional, 1975. pp. 102-103.

⁷⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007. pp.220-221.

*“Os presidentes das Câmaras Municipais, logo que receberem a ordem para a execução do Código, convocarão as Câmaras extraordinariamente, caso não estejam em sessão ordinária e estas não poderão interromper a sessão enquanto não estiver cumprido tudo quanto lhes é encarregado nas presentes Instruções e no Código do Processo, e que é necessário para ser posto em inteira execução: as mesmas Câmaras deverão ativar as autoridades locais que forem omissas ou negligentes em executar aquilo que lhes é incumbido”.*⁷⁸

As Câmaras detinham a prerrogativa não só de organizar a nova estrutura local, como também de punir qualquer autoridade que não obedecesse às suas determinações para o bom andamento dessa tarefa. De um modo geral, possivelmente algumas Câmaras usaram essa centralidade dentro do processo para localmente se impor como força, principalmente em relação aos Juízes de Paz que eram os únicos cargos não escolhidos diretamente por ela.

Nesse momento do texto, a preocupação está em perceber o modo como as Câmaras Municipais operavam naquele contexto específico, principalmente em sua relação com os Juízes de Paz, Municipal, Órfãos e Promotores. Para tanto, serão utilizadas as atas da Câmara de São Francisco do Sul. Como estas são lacunares em função da não conservação, observaram-se também as atas da Câmara Municipal de Curitiba. Optou-se por Curitiba, pois, além de se localizar próxima a São Francisco do Sul, também estava ligada ao mercado de abastecimento.

As Câmaras de Curitiba e São Francisco do Sul apresentavam algumas diferenças que precisam ser ressaltadas. Uma delas estava relacionada ao tamanho dos dois Termos. Enquanto a primeira gerenciava quatro Distritos (Curitiba, São José, Campo Largo e Votuverava), a segunda possuía apenas dois (São Francisco do Sul e Nossa Senhora da Penha de Itapocoroi). Como colocado acima, cabia às Câmaras produzir, caso achassem necessário, uma nova divisão dos distritos, porém ambas não alteraram as divisões existentes anteriormente ao CPC. Os vereadores de Curitiba, por exemplo, em sessão extraordinária de 19 de fevereiro de 1832, justificaram a escolha de

⁷⁸ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Instruções para a Execução do Código do Processo Criminal Mandadas Observar Pelo Decreto de 13 de dezembro de 1832. Art. 34. Pp. 158-159.

não criar novos Distritos tendo em vista “a grande falta que há de pessoas aptas para exercerem cargos públicos”.⁷⁹

Criar um novo Distrito pressupunha um novo Juiz de Paz e toda a rede de ajudantes que este controlava como Inspetores de Quarteirão, Escrivão e Oficiais de Justiça. Claramente a escolha da Câmara de Curitiba caminhou na direção de uma percepção do tecido social com quadros sociais escassos para ocupar os postos públicos, o que pode permitir a indagação de uma posição de cerrar fileiras e não abrir novos espaços, seja pela falta de recursos humanos, como alegado, ou pelo puro e simples fechamento dos cargos públicos a potenciais aspirantes e grupos opositores. Essa última posição sugere uma estrutura de mando local pouco susceptível à partilha de poder, e, talvez, ainda com fortes traços de uma “*nobreza principal da terra*”⁸⁰ que se entendia como possuidora do monopólio dos cargos da república. Tal afirmação, contudo, é apenas especulativa.

De todos os funcionários locais - Juízes de Paz, Municipal, Órfãos e Promotor – aparentemente nas duas Câmaras os Juízes de Paz eram os que mais travavam contato com os edis, e em grande medida, tal relação se dava a partir de comunicados administrativos dados pelas Câmaras aos Juízes de Paz dos distritos do seu Termo. Tal como na sessão ordinária de cinco de junho de 1833, ocorrida na Câmara Municipal de São Francisco Sul, quando o vereador Antonio de Oliveira Cercal chamou a atenção para o fato de muitas mercadorias “*molhadas*” estarem entrando na vila pela Barra do Rio Araquari sem pagar os tributos. Esse fato demonstrava que alguns vendedores fugiam da fiscalização do porto e que o município perdia, então, em arrecadação. Cercal foi apoiado nas suas observações pelos demais camaristas. O vereador Ignácio José de Sousa sugeriu que se acionasse o Juiz de Paz do Distrito de São Francisco do Sul para que este determinasse aos seus Inspetores de Quarteirão a fiscalização dos bairros, cobrando, quando comprovada, a tributação dos compradores de tais mercadorias. Essa sugestão é aceita e o Presidente da Câmara ordenou que se fizesse um ofício e o mesmo fosse encaminhado ao Juiz de Paz com as ditas sugestões. De um modo geral, mais do que um caso de polícia, tal situação pendia muito mais para uma função administrativa

⁷⁹ Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba. Documentos para a História do Paraná. Publicação Mensal Sob a Direção de Francisco Negrão. Vol XLV, Actas das Sessões da Câmara. Curitiba; Imprensa Paranaense, 1929. p. 59.

⁸⁰ Expressão cunhada por João Luís Fragoso.

que possibilitaria o incremento da arrecadação do município. O tom e a forma da comunicação entre Câmara e Juiz de Paz também são sugestivos, pois a expressão utilizada na ata é “*comunicar o juiz de paz a proposta e as emendas oferecidas*”.⁸¹ Ou seja, a questão não é conduzida como uma ordem, mas sim como um trabalho cooperativo entre duas instituições distintas que operavam, porém, no mesmo espaço e possuíam objetivos endo-orientados. Essa cooperação não era mera formalidade, pois o juiz de paz assumiu em 1830 uma série de prerrogativas que antes cabiam aos juízes almotacés que eram diretamente ligados aos serviços das câmaras.⁸²

Outras situações também evidenciam o modo como se relacionava Câmara e Juiz de Paz em São Francisco do Sul, como a segunda sessão ordinária de junho de 1833, na qual o Juiz de Paz Joaquim Gonçalves da Luz compareceu pessoalmente na reunião do conselho municipal para propor sobre o mal estado da passagem do Rio Itapocu, uma das principais vias de acesso à capital, Desterro. Nesse sentido, ele contatou Joaquim Antonio Marcelino para que esse efetivasse um caminho de umas quatrocentas braças com o objetivo de estabelecerem novamente as comunicações com Desterro, combinando inclusive o preço dos serviços de Marcelino. Desse modo, o Juiz de Paz levou à Câmara um problema, mas já com uma potencial resolução, a qual colocou sob o crivo dos edis. Estes a apoiaram e resolveram acatar a sugestão e “*acudir haja vista as passagens diárias [Il l pal]que algum viajante perca a própria vida, que fica aceita e aprovada a empreitada e refaça o quanto antes o caminho*”⁸³

Nessa circunstância específica foi possível perceber uma relação de proximidade entre Juiz de Paz e vereadores, uma vez que indicia a participação pessoal do Juiz de Paz de São Francisco do Sul em algumas reuniões da Câmara, recomendando, inclusive, ações para melhorar um ou outro ponto do município. De certa maneira, essa ação remete a muitas das prerrogativas de um vereador e a aceitação do projeto sem muitas ressalvas aponta para um bom relacionamento entre Juiz de Paz e edis. Bom

⁸¹ Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)* Sessão Ordinária de 5 de junho de 1833. Livro com folhas não numeradas.

⁸² Decreto de 26 de agosto de 1830 (Atos do Poder Legislativo). *Abole o lugar de Juiz Almotacé e dispõe sobre varias attribuições suas*. pp.11-12. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 01 nov. 2010.

⁸³ Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)* Segunda Sessão Ordinária de junho de 1833. Livro com folhas não numeradas.

relacionamento e consenso que talvez possam estar também vinculados com a potencial relevância da matéria proposta pelo Juiz de Paz.

Flory aponta que nas áreas rurais havia uma tendência do Juiz de Paz se fazer intensamente presente nas questões policiais e militares.⁸⁴ É possível que essa insinuação caiba em São Francisco do Sul, contudo vale acrescentar também a sua participação nas questões administrativas, ampliando o leque de possibilidades interpretativas da ação dos Juízes de Paz. Esse inchaço de funções garantia aos juízes de paz a construção de sua autoridade, contudo, conforme já apontado, muitas das reformas que ocorreram nos anos seguintes (1837-1841) objetivaram reduzir a alçada desses juízes, sobretudo retirando-lhes suas atribuições policiais. Essas funções que cabiam aos juízes de paz serão inseridas na alçada de delegados e juízes municipais, cargos escolhidos centralmente a partir da Reforma do Código do Processo de 1841.

Houve muitas outras situações que permitem entrever as relações entre Câmara e Juiz de Paz na vila de São Francisco, sobretudo atinentes à organização da Guarda Nacional, sobre os pesos e medidas aplicados no comércio, da circulação de moedas, entre outras. Percebe-se, portanto, a aplicação da legislação de 1830 que extinguiu os Juízes Almotacés e transferia uma parcela substancial das suas funções para os Juízes de Paz.⁸⁵

Vale a pena retomar novamente as palavras do Presidente da Província Feliciano Nunes Pires quando este narra aos deputados da Assembléia Provincial de 1835 que por falta de uma determinação mais exata, estavam recaindo também aos Juízes de Paz as funções administrativas determinadas pela Presidência, ou seja, tratava-se de um cargo bastante sobrecarregado de afazeres, o que poderia ser entendido como positivo ou negativo. Positivamente, por aqueles que percebiam nisso a possibilidade de gerenciar uma quantidade significativa de recursos; negativamente, para aqueles que entendiam que o tempo despendido prejudicaria o andamento dos seus negócios.

Na Câmara de Curitiba também foi possível observar circunstância próxima à de São Francisco do Sul e em muito maior número, até porque os Distritos e Juízes de Paz

⁸⁴ Cf: FLORY, Thomas. *Op. Cit.*

⁸⁵ Decreto de 26 de agosto de 1830 (Atos do Poder Legislativo). *Abole o logar de Juiz Almotacé e dispõe sobre varias attribuições suas.* pp.11-12. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 01 nov. 2010.

eram mais numerosos em Curitiba. Também se verificou na vila do planalto a ação dos Juizes de Paz dentro dos trabalhos de alistamento dos Guardas Nacionais, assim como em outras funções de fiscalização e almotaçaria como, por exemplo, demarcar fronteiras entre Distritos e proceder a reformas em pontes.

Na vila do planalto, contudo, observou-se um fenômeno que escapou em São Francisco do Sul, ao menos no pequeno intervalo de 1833 a 1835. Só nos seis primeiros meses do ano de 1833 foram aproximadamente quinze pedidos de dispensa dos cargos de Juiz de Paz ou suplente na vila de Curitiba. Alguns dos eleitos pediram mais de uma vez para serem dispensados. Além da isenção do cargo, também se pedia ou a demissão ou o adiamento do juramento – foram apenas seis os juramentados no mesmo período de seis meses – e os motivos normalmente eram: em primeiro lugar, a alegação de se estar doente; em segundo a de estar em viagem; e o terceiro incorria na afirmação de uma mudança de Distrito próxima que inviabilizaria o exercício do cargo. Em uma circunstância, no mesmo ano de 1833, o cidadão mais votado para Juiz de Paz na freguesia de São José – Joaquim José de Lacerda - havia pedido isenção do cargo, pois iria se mudar e o segundo mais votado – João Mendes Machado - havia alegado problemas de saúde. Desse modo, o cargo recaiu sobre o terceiro mais votado, que alguns meses depois remeteu à Câmara um ofício pedindo dispensa, pois Lacerda não havia de fato se transferido para outro Distrito e Machado já se encontrava restabelecido de suas moléstias. O pedido foi aceito pela Câmara, que marcou data para os dois primeiros se juramentarem e tomarem posse do cargo.⁸⁶

Os indícios apontam que no Termo de Curitiba no início da década de 1830 o cargo de Juiz de Paz não era tão desejado assim. Suas incumbências, consideradas altas demais, eram possivelmente contrabalançadas com os privilégios e poderes.

As possibilidades interpretativas são muitas, porém caminham apenas no campo da sugestão. Comparando São Francisco do Sul a Curitiba, nesse quesito dos ocupantes do cargo, tem-se que na primeira vila apenas um indivíduo entre o período de 1827 a

⁸⁶ Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba. Documentos para a História do Paraná. Publicação Mensal Sob a Direção de Francisco Negrão. Vol XLV, Actas das Sessões da Câmara. Curitiba; Impressora Paranaense, 1929.

1833 pediu para não exercer o cargo alegando idade avançada, pois já passava dos setenta anos,⁸⁷ enquanto que em Curitiba esse número foi bem superior.

Curitiba estava inserida no comércio das tropas, sendo uma área de “*passagem*”, ou seja, de intensa circulação de pessoas estimuladas por aquele comércio. Desse modo, a própria estrutura do comércio de tropas, com suas recorrentes viagens e intensos cuidados com o gado, não produziam um apelo para a ocupação de cargos do judiciário local. Já São Francisco do Sul, a partir do mapa populacional de 1805, tinha uma estrutura fortemente agrária, sendo apenas 2% da população ligada à atividade mercantil⁸⁸. Nesse cenário, as pressões pelo controle e monopolização do acesso ao porto e a fiscalização da cobrança de tributos podem ter produzido na área um apelo maior para se assumir cargos do judiciário. Vale lembrar que se trata de uma ilha que tinha no mar a forma primordial de praticar o comércio. O controle e acesso ao porto eram recursos de grande importância naquela vila.⁸⁹

Tais conclusões sugerem que em algumas áreas o cargo era encarado como mais prestigioso e detentor do controle de mais recursos do que em outras, ou seja, em algumas circunstâncias o prestígio e os recursos não eram suficientes para tornar viável o seu exercício. Há de se ressaltar que o cargo de Juiz de Paz já não era mais uma novidade em 1833. Desse modo, aqueles que eram escolhidos no escrutínio já faziam ideia das prerrogativas que teriam ao assumir as funções, assim como já tinham noção das possibilidades políticas, econômicas e sociais do posto.

Em algumas localidades, as Câmaras, ao exigirem um grande dispêndio de energia e tempo dos ocupantes dos postos de Juiz de Paz, produziam um desestímulo nos cidadãos habilitados para o cargo. Para aqueles que precisavam estar presentes nos seus negócios, seja percebendo de perto o andar da sua fazenda ou acompanhando as transações comerciais da sua empresa, ter que cuidar da reforma de uma ponte ou estabelecer a divisão entre duas Freguesias, poderia significar um revés comercial. A

⁸⁷ Cf: Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)*.

⁸⁸ LIMA, Carlos A. M. e CUNHA, Rogério Pereira da. Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento (1805-1862) Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).

⁸⁹ LIMA, Carlos A. M. e CUNHA, Rogério Pereira da. *Op. Cit.*

grande estratégia para se fugir de tais atribuições era a tão utilizada desculpa da moléstia. A Câmara Municipal de Curitiba claramente adotou uma postura de aceitar essa explicação apenas nos casos em que se apresentassem uma espécie de atestado médico ou declarações de duas testemunhas que afirmassem que o indivíduo realmente estava com problemas de saúde que o tornavam inapto para a função. Do contrário, a Câmara de Curitiba indeferia o pedido de isenção do cargo. Em parte anterior do texto, se discutiu sobre um possível fechamento das Câmaras, especificamente a de Curitiba, ao decidir não criar novos Distritos pela falta de cidadãos aptos para exercerem os cargos. Talvez, realmente mais do que um fechamento das possibilidades de acesso aos recursos, pesasse sobre a decisão dos edis a dificuldade de se alocar indivíduos nesses postos.

Por outro lado, aqueles que dispunham de tempo e que tinham seus negócios sob controle entendiam o cargo como uma maneira de ter acesso a certos recursos, possibilitando a distribuição desses entre seus aliados, reforçando as redes sociais e os níveis de poder dentro da comunidade. De certo modo, as possibilidades do cargo eram interpretadas de acordo com os níveis de ambição, as estratégias dos escolhidos ao cargo e as características produtivo-mercantis e sociais da localidade, conforme observado em São Francisco do Sul e Curitiba.

Vale a pena ressaltar novamente que as constantes recusas para assumir o cargo, normalmente alegando problemas de saúde, sugerem que o prestígio de tais cargos deve ser relativizado, e, do mesmo modo, demandam novas possibilidades reflexivas acerca do modelo patrimonial de administração local.

Contudo, mais uma vez deve-se ressaltar que a intenção não é concluir sobre tais fenômenos e produzir qualquer tipo de generalização. A finalidade é apenas tecer alguns comentários a partir da leitura de um material pouco explorado como o camarário, principalmente após 1828.

Os estudos historiográficos sobre o período colonial retomaram as análises sobre as Câmaras com muitos avanços. A sugestão é que as investigações dessa instituição caminhem rumo à primeira metade do século XIX. Elas e as demais instituições, sendo apreendidas pela abordagem da história das elites, possibilitam perceber mecanismos de reafirmação dos bandos, pois os recursos gerenciados, principalmente em termos de cargos, permitiam o fortalecimento de solidariedades horizontais e verticais. Desse

modo, o próprio modelo social pautado no valor da hierarquia era reafirmado dentro do espaço institucional ao fomentar as solidariedades e reforçar as relações clientelares.

As listas tríplexes são um exemplo e um instrumento francamente utilizado nesse reforço das relações horizontais e verticais, cabendo à Câmara um papel central na reprodução e escolha dos ocupantes dos cargos previstos no CPC. Esse modelo de seleção de funcionários era utilizado desde os tempos coloniais quando parte dos quadros de liderança das Ordenanças era escolhido dessa maneira, pois a Câmara sugeria três nomes e a Coroa aprovava um deles.⁹⁰ Olhando apenas a letra fria da lei, pode-se levantar a questão de que por mais que o poder local fizesse a lista, a palavra final cabia ao poder central, ou seja, quem escolhia não tinha efetivamente nenhum tipo de compromisso com as escolhas da elite local. Contudo, foi possível encontrar as listas tríplexes para Juiz Municipal e de Órfãos para as duas Câmaras e elas apontam para um caminho diferente.

Em São Francisco do Sul, as listas de 1833 enviadas ao Presidente de Província apresentavam a seguinte configuração: para Juiz Municipal, em 1º lugar, o Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho, em 2º o Tenente Bento Gonçalves Cordeiro e em 3º o Capitão Antonio Carvalho Bueno. Para Juiz dos Órfãos observou-se a seguinte disposição: em 1º lugar Martinho de Oliveira Cercal, em 2º o Capitão Salvador Gomes de Oliveira e em 3º Jacinto Fernandes Dias.⁹¹

Alguns pontos devem ser levantados. Um deles seria que a escolha do Presidente de Província dos ocupantes do cargo de Juiz Municipal e de Órfãos recaiu em Camacho e Cercal respectivamente, ou seja, foram diplomados pelo Presidente aqueles que ficaram em primeiro lugar na escolha da Câmara, de modo que o governo provincial não interferiu nas escolhas da localidade.

⁹⁰ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do império português no Centro-Sul da América*. Tese de doutorado: UFF, 2002. pp. 35-42.

⁹¹ Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)*. Ata de formação das listas tríplexes de Juiz Municipal e Órfãos. Sessão extraordinária de julho de 1833.

Outro ponto é que muitos dos indicados pertenciam aos quadros da própria Câmara. O terceiro lugar para Juiz Municipal – Antonio Carvalho Bueno – e o terceiro colocado para Juiz de Órfãos – Jacinto Fernandes Dias – eram vereadores na mesma legislatura e aliados políticos. Ao que tudo indica, a formação dessas listas se dava por meio de votação – ao menos assim ficou indicado nas atas da Câmara de Curitiba. Possivelmente a escolha dos nomes fosse um momento interno de certa tensão, negociação e reafirmação de alianças entre os edis e demais membros da elite local. Essa configuração pode sugerir um contexto interno não pacificado, possivelmente longe, no entanto, da beligerância entre os vereadores.

Em Curitiba, percebe-se algo bastante próximo. Tanto o Juiz dos Órfãos como o Promotor Público foram escolhidos de acordo com o escrutínio da Câmara, ou seja, aqueles que foram os mais votados pelos edis, apresentados ao Presidente da Província de São Paulo como os primeiros da lista, acabaram sendo diplomados. A exceção ficou com o cargo de Juiz Municipal, em que o terceiro e último da lista foi diplomado pelo Presidente da Província. A questão, contudo, é facilmente explicável. O primeiro colocado - Manoel Mendes Leitão – foi requisitado para ser Juiz de Paz suplente em São José e o segundo mais votado – Doutor José Gaspar – foi também o primeiro mais votado como Juiz de Órfãos, sagrando-se como tal. Logo, só restou o terceiro colocado, de modo que fica difícil entender tal escolha como um ponto de atrito entre governo provincial e governo local.

Em resumo, ao se olhar o material das Câmaras Municipais do período, chama-se a atenção para um fenômeno pouco conhecido pela historiografia que é o das funções administrativas dos Juizes de Paz. Trabalhos muito importantes sobre essa instituição no período foram produzidos⁹², contudo são abordagens que apontam muita mais na direção do Juiz de Paz julgador e policial do que do Juiz de Paz administrador.

Além disso, a dinâmica institucional das Câmaras ilumina o processo político da década de 1830, sobretudo no que concerne às possibilidades políticas que as instituições locais vivenciaram com o CPC.

⁹² Cito aqui dois: VELLASCO, Ivan de Andrade. *As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais – século 19. Bauru/São Paulo, Edusc/ANPOCS, 2004. E: FLORY, Thomas. *Op. Cit.*

Nas seções anteriores, foi possível discutir sobre o modo como partes das alterações institucionais foram sentidas nas relações entre poder central e local, especialmente pelas críticas do Presidente da Província contra as instituições do judiciário local. Do mesmo modo, buscou-se trazer para o texto alguns elementos sobre como as reformas afetaram as relações institucionais locais entre Câmaras, Juízes de Paz e demais instâncias.

Os Presidentes de Província, sobretudo aqueles que ocuparam o posto a partir dos anos 1840, observaram com severas críticas o modo como o mundo local era organizado. Essas críticas explicitaram um projeto político mais afinado com a centralização. O pouco controle do Estado sobre os cargos lhes causava apreensão já que não acreditavam na capacidade daquela sociedade de gerenciar a administração da Justiça. Tal nível de relação entre Presidentes e juízes locais permite entrever que na medida em que o Estado avançava no seu processo de centralização, o mundo local, principalmente suas elites, passaram por processos de reorientação no modo como participavam da construção desse mesmo Estado. Fato corroborado pelas mudanças que os cargos enfrentaram com a Reforma do Código do Processo Criminal, que será trabalhada no capítulo seguinte. O tribunal do Júri passou a sofrer um controle mais intenso dos Juízes de Direito; o Juiz de Paz sofreu um esvaziamento de suas atribuições; o Promotor, o Juiz Municipal, de Órfãos e Delegado passaram a ser nomeados centralmente. Enfim, foram mudanças na organização institucional que afetaram o modo como as instâncias se relacionavam.

O objetivo do próximo capítulo consiste em aprofundar essas questões a partir do olhar sobre as relações tecidas entre o Juiz Municipal, o Presidente da Província e a comunidade, visando discutir o processo de reorientação das relações que estava associado à gradativa formação e centralização do Estado.

2. Os Juízes Municipais

Investigar o Juízo Municipal permite analisar o processo de formação do Estado no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, pois durante as Regências e o início do II reinado, os intentos de refundação do Estado estavam no centro dos embates políticos. O Juiz Municipal pode trazer elementos importantes para a compreensão desse processo diante do fato de que ele era, até 1841, juiz de nomeação mista (centro e localidade) por meio das listas tríplexes elaboradas pelas Câmaras Municipais. Mas com a Reforma do Código do Processo Criminal ele passou a ser nomeado centralmente. Desse modo, observá-lo permite compreender melhor o processo de fortalecimento institucional e a centralização do Estado, assim como os modos como essa dinâmica afetou as relações entre Estado, elites locais e comunidade.

Como visto no capítulo anterior, o Código do Processo Criminal determinava que os Juízes Municipais fossem escolhidos pelo Presidente da Província a partir de listas tríplexes formuladas pelas Câmaras Municipais. Dessa forma, os Presidentes das Províncias de São Paulo e Santa Catarina não interferiram nas escolhas efetuadas pelas Câmaras de Curitiba e São Francisco do Sul, sendo sempre designados para os postos aqueles que obtinham o primeiro lugar no escrutínio entre os vereadores. Assim sendo, as autoridades locais tinham legalmente uma posição privilegiada na escolha dos ocupantes desse cargo. Também constam no capítulo anterior as atribuições dos Juízes Municipais que o CPC previa, sendo elas: cumprir as determinações dos Tribunais e do Juiz de Direito, substituir esse último em caso de ausência e exercer cumulativamente as funções policiais.

Com a Reforma do Código do Processo, em 1841, esse cargo passou por algumas alterações que lhe investiram de maior poder. No que concerne a sua nomeação, baniram-se as listas tríplexes e a nomeação passou a ser feita diretamente pelo poder central. Pela lei, *“os juízes municipaes serão nomeados pelo imperador dentre os bacharéis formados em direito, que tenham pelo menos um anno de pratica de fôro, adquirida depois de sua formatura”*.⁹³ Desse modo, além da escolha ser efetuada pelo centro, também se entendia que esse era um posto a ser ocupado por bacharéis,

⁹³ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Reforma do Código do Processo Criminal, Capítulo II, Art. 13.

podendo os seus suplentes, em número de seis, ser membros leigos e “*notáveis pela sua fortuna, inteligência e boa conduta*” que substituiriam o juiz titular em seus impedimentos⁹⁴. No CPC de 1832, a questão da formação é mais flexível, pois previa que o Juiz Municipal deveria ser escolhido dentre os habitantes do Termo formados em Direito, ou advogados hábeis, ou ainda qualquer “*pessoa bem conceituada e instruída*”.

95

No entanto, no Regulamento Número 120 de 31 de janeiro de 1842, a Reforma tornou-se mais flexível, no que concerne à formação dos Juízes Municipais. Pelo artigo 33 desse Regulamento, os municípios considerados pequenos e sem bacharéis, poderiam colocar diretamente o primeiro suplente como Juiz Municipal, pois nessas vilas, juízes formados não eram considerados “*necessários*”.⁹⁶

Além de regras para a escolha e nomeação, a Reforma de 1841 também permitiu que os Juízes Municipais das pequenas vilas pudessem exercer cumulativamente as funções de Delegado⁹⁷ e Juiz de Órfãos⁹⁸. Suas atribuições criminais também foram aumentadas com a nova lei, sendo elas: julgar o contrabando; exercer atribuições policiais e criminais que competiam ao Juiz de Paz; julgar as pronúncias feitas pelos delegados e subdelegados; fiscalizar os trabalhos do Juiz de Direito; conceder fianças aos réus, que pronunciar ou prender, e substituir o Juiz de Direito da Comarca nos seus impedimentos.⁹⁹ Suas funções policiais são próximas das exercidas pelos Delegados¹⁰⁰,

⁹⁴ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Reforma do Código do Processo Criminal, Capítulo II, Arts.18 e 19.

⁹⁵ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Código do Processo Criminal, Seção II, Art. 33.

⁹⁶ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Regulamento N. 120 de 31 de janeiro de 1842. Regula as partes policial e criminal da lei N. 261 de 3 de dezembro de 1841. Art. 33. Tomo II.

⁹⁷ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Regulamento N. 120 de 31 de janeiro de 1842. Regula as partes policial e criminal da lei N. 261 de 3 de dezembro de 1841. Art. 17. Tomo II.

⁹⁸ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Reforma do Código do Processo Criminal, Título II, Art. 118.

⁹⁹ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Reforma do Código do Processo Criminal, Capítulo II, Art. 17.

¹⁰⁰ FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *Op. Cit.* Regulamento N. 120 de 31 de janeiro de 1842. Regula as partes policial e criminal da lei N. 261 de 3 de dezembro de 1841. Seção III Art.64 . Tomo II. Em grande medida, os Delegados, os Subdelegados e os Juízes Municipais assumem uma série de prerrogativas que antes cabiam aos Juízes de Paz. Esses, pela lei da Reforma, ficam responsáveis pelas conciliações, controle dos bêbados e meretrizes.

sendo esse um fator que reforçava a viabilidade de um mesmo indivíduo ocupar os dois postos, como foi verificado no município de São Francisco do Sul. Em síntese, comparando o CPC com a Reforma, percebeu-se uma ampliação da jurisdição do Juiz Municipal, acompanhadas de alterações na forma de nomeação. O Estado, pela lei, passou a ser mais presente nos cargos locais, tendo maior poder de nomeação e remoção, assim como as leis aumentaram o poder dos cargos escolhidos centralmente em detrimento dos escolhidos localmente.¹⁰¹

Em relação à produção historiográfica, as pesquisas têm apresentado grandes avanços na discussão e no conhecimento sobre os Juízes de Paz, como se observou no capítulo anterior. Porém, em relação ao Juízo Municipal, ainda há muito que se investigar.

Carvalho aponta que o Juízo Municipal poderia ser o primeiro degrau para que jovens bacharéis, cuja influência familiar fosse ínfima, entrassem na vida política. Desse modo, eles estariam dentro do que o autor classificou como “*Burocracia Diretorial*” na qual constavam também os Promotores e os Juízes de Direito. Era uma espécie de zona que deveria funcionar como “*trampolim para os postos mais altos, administrativos e políticos*”. Os jovens deveriam, portanto, ter como base das suas trajetórias, os cargos da primeira instância do judiciário.¹⁰²

Graham, por sua vez, entende o Juízo Municipal como um espaço de execução dos interesses locais. Mesmo nos municípios em que havia um bacharel no posto, suas ausências eram frequentes, cabendo aos suplentes, normalmente fazendeiros locais, a ocupação efetiva dos cargos. Quase sempre os suplentes eram leigos e porta-vozes dos interesses locais e utilizavam o cargo como um recurso de fortalecimento das políticas locais de clientelismo.¹⁰³

A percepção de ambos os autores busca reforçar os seus argumentos. Carvalho entende o cargo como mais um fortalecimento da lógica da magistratura, que caminha

¹⁰¹ Ao se observar a lei no que se refere às atribuições dos Juízes de Paz e do Tribunal do Júri, foi possível identificar que a legislação buscou reduzir o poder dessas instâncias, transferindo-as para Juízes de Direito, Delegados, Juízes Municipais e Promotores, todos escolhidos pelo poder central.

¹⁰² CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.* pp. 121 e 147-151.

¹⁰³ GRAHAM, Richard. *Op. Cit.* pp. 78-96.

pela política e Graham percebe no Juiz Municipal um recurso encontrado pelas elites locais para controlar o Estado.

Dolhnikoff argumenta que mesmo antes da abdicação o desenho institucional passou a ser alvo de debates, pois se buscava organizar o poder local enquadrando-o no formato do novo Estado que se construía. Como muitos dos cargos do judiciário local eram eletivos ou formados pelas listas tríplexes das Câmaras, eles acabaram sendo ferramentas dos fazendeiros locais para fazerem valer seus interesses pessoais. Desse modo, as leis de 1827 – que criou o juizado de paz – e a de 1828 – que transformou as Câmaras em corporações meramente administrativas – dividiu o poder municipal em atribuições policiais e judiciais que caberiam ao Juiz de Paz e administrativas que seriam de responsabilidade das Câmaras.¹⁰⁴

Para Flory, o fortalecimento do poder dos Juizes de Paz no Código do Processo Criminal estava relacionado a uma debilidade do governo regencial que era incapaz de se fazer presente nas localidades. Contudo, os liberais reformistas não tinham nenhum controle sobre esses juizes, de modo que somente com muita cautela alguns deles podem ser denominados como agentes policiais do governo. O que predominava era o uso das atribuições para fazer valer os interesses pessoais.¹⁰⁵

As mudanças do período de 1837-1841 visavam reduzir a alçada dos Juizes de Paz. Para tanto, foram decretadas a Lei de Interpretação do Ato Adicional e a Reforma do Código do Processo Criminal. Dolhnikoff defende que esse processo não atingiu a autonomia provincial, pois essas reformas se restringiram a dividir mais claramente as atribuições centrais e as provinciais, no que concerne a administração da justiça. Desse modo, a centralização foi apenas jurídica, mantendo a descentralização administrativa.¹⁰⁶ Coser, por sua vez, chama a atenção para o fato de que a Reforma do

¹⁰⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007. pp. 81-93.

¹⁰⁵ FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 107.

¹⁰⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007. pp. 125-156.

Código do Processo expandiu a alçada dos Juízes Municipais e reduziu a dos Juízes de Paz.¹⁰⁷

Tendo em vista essas questões, o objetivo desse capítulo consiste em trazer novos elementos sobre o Juízo Municipal a partir de três conjuntos documentais: as leis produzidas no período, sobretudo o CPC e a Reforma; os registros de batismos da vila de São Francisco do Sul,¹⁰⁸ com especial atenção aos indivíduos que ocuparam o posto de Juiz Municipal; e um conjunto de ofícios dos juízes para os Presidentes de Província. Quanto aos batismos, eles permitem uma aproximação das relações tecidas no interior da elite de São Francisco do Sul. Nos debates historiográficos atuais, foi possível identificar uma tendência em usar o compadrio para se aproximar às redes de relações pessoais. Contudo, o compadrio não deve ser visto como uma demonstração efetiva das redes, mas ele fornece indícios da sua existência e funcionamento.¹⁰⁹

Já os ofícios possuem um teor administrativo e reportam para a cadeia de comando que existia entre Presidentes e Juízes Municipais, assim como possibilitam uma compreensão mais aprofundada sobre a ação efetiva dos juízes e o tipo de relação que tramavam com o Presidente e a comunidade.¹¹⁰ A historiografia já tratou tangencialmente dos Juízes Municipais, contudo não foi verificado o uso de ofícios elaborados pelos juízes e destinados a outras autoridades, pois a maioria dos trabalhos aborda esse cargo exclusivamente a partir da legislação.¹¹¹ Analisar essas fontes, portanto, traz novos elementos sobre o funcionamento e organização desse cargo.

¹⁰⁷ COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. pp. 258-294.

¹⁰⁸ Livro de Batismos IX e X da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville.

¹⁰⁹ Sobre as possibilidades do compadrio para o estudo de redes ver: SANTILLI, Daniel. "Representación gráfica de redes sociales. Un método de obtención y un ejemplo historico". In: Mundo Agrario. Revista de Estudios Rurales. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de la Plata. (n. 6). primeiro semestre de 2003.

¹¹⁰ Os ofícios encontram-se no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina no Códice Ofícios dos Juízes Municipais para os Presidentes de Província.

¹¹¹ Cf: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.; DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.; COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.; MEIRELLES, Delton R. S. *Os Juízes leigos na experiência*

É importante ressaltar, entretanto, que o Presidente de Província era apenas uma - e talvez a hierarquicamente mais alta - das autoridades que mantinha comunicação com os Juízes Municipais. Além dele, os Juízes de Direito mantinham comunicação, pois o Juiz Municipal era diretamente subordinado a eles. Talvez a Assembléia Legislativa Provincial também mantivesse relações institucionais com esse juiz, mas não foi localizado nenhum registro que demonstrasse contatos entre essas duas esferas. No âmbito do Termo, o Juiz Municipal de São Francisco do Sul possuía relações institucionais com os Juízes de Paz, com a Guarda Nacional, com a Câmara Municipal, com os Delegados suplentes, com o Tribunal do Júri e com o Promotor. Entretanto, essa documentação não foi encontrada e, possivelmente, partes dessas comunicações se davam de maneira mais informal, por vezes até oralmente mediante recados. Nada consta nos cartórios de São Francisco do Sul que permita ter acesso aos ofícios trocados entre as autoridades locais.

Em vista disso, esse capítulo tem como foco principal as ordens administrativas dos presidentes de Província para os juízes municipais, sendo possível também, em alguns desses ofícios, perceber fragmentes das relações institucionais com os demais atores e instituições e até mesmo o modo como essa estrutura estatal local se relacionava com a comunidade.

2.1 Presidentes, Juízes Municipais e instâncias locais: a administração do Termo

Boa parcela dos trabalhos historiográficos que abordam de forma sucinta o Juízo Municipal se baseia nas legislações do período. Desse modo, ao se aterem quase que exclusivamente na Reforma do Código do Processo, muitos entendem que os Juízes Municipais eram bacharéis escolhidos pelo poder central e deslocados para outros Termos. É dada pouca atenção ao fato de que o Juízo Municipal também poderia ser

*regencial “republicana” (1832-1841. In___:RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi e FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura (Orgs). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: EdUFF, 2009. pp. 257-273.*

ocupado por leigos provenientes das próprias localidades e, ao que tudo indica, essa foi a realidade da maioria das vilas do Brasil nas primeiras décadas do pós-abdicação.¹¹²

No caso da Província de Santa Catarina, os leigos praticamente monopolizaram esse cargo. Em São Francisco do Sul, no recorte de 1832 a 1850, todos os Juízes Municipais eram leigos e membros da localidade.¹¹³ Na Província como um todo, no ano de 1845, apenas um Juiz Municipal era bacharel.¹¹⁴ Contudo, ressalta-se que o fato de serem bacharéis ou leigos pouco alterava as práticas jurídicas, pois mesmo os formados costumavam arbitrar penas e decisões com base nos costumes, no senso de justiça e no âmbito extra-legal.¹¹⁵

Algumas questões permitem sugerir possíveis explicações para essa configuração. A primeira delas consiste em assinalar que a Província de Santa Catarina jamais teve no intervalo de 1772 a 1872, um indivíduo nascido nas suas terras matriculado no curso de Direito da Universidade de Coimbra.¹¹⁶ Conforme será visto no capítulo seguinte, esse cenário não era fruto de uma possível pobreza da sua elite, mas sim de uma escolha. Dessa forma, optava-se por investir os lucros do comércio de farinha, madeira, arroz e cal em novos fatores de produção, sobretudo escravos. Desse modo, a elite da Província não enviava seus filhos para o outro lado do Atlântico com a finalidade de estudar, sugerindo que a capitania/província de Santa Catarina não criava muitas oportunidades para carreiras estatais. Até mesmo as famílias ligadas ao comércio não tornavam seus filhos bacharéis, pois optavam por dirigir seus investimentos na

¹¹² Por não ser seu foco, José Murilo de Carvalho não cita em nenhum momento da sua análise atuação de leigos como Juízes Municipais. Graham, por sua vez, defende que os leigos atuavam apenas como suplentes. Pois, quando se discute os Juízes leigos, basicamente é trazido para a análise os Juízes de Paz e os Jurados. Ver: MEIRELLES, Delton R. S. *Os Juízes leigos na experiência regencial “republicana” (1832-1841)*. In____:RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi e FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura (Orgs). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: EdUFF, 2009. pp. 257-273.

¹¹³ Cf: Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC.

¹¹⁴ CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Op. Cit.* p. 101.

¹¹⁵ Cf: Lara, Silvia Hunold. *Senhores da régia jurisdição: o particular e o público na vila de São Salvador dos Campos de Goitacases na segunda metade do século XVIII*. In____ LARA, Silvio Hunold&MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.pp. 59-99.

¹¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.* p. 73 Quadro III.

formação de religiosos. É o caso da família Carvalho Bueno, ligada por casamento aos Fernandes Dias, Mathias Carvalho e Nóbrega Dutra. Essa parentela produziu quatro vigários que controlaram a vida religiosa da vila por quase todo o século XIX.¹¹⁷ Pela configuração institucional do acesso de leigos ao judiciário, essa mesma parentela controlou os cargos da administração da justiça local na primeira metade da década de 1840. João Vicente Nóbrega Dutra foi juiz municipal e delegado titular, mas quem ocupou efetivamente o posto de delegado foi o segundo suplente Francisco Fernandes Dias.¹¹⁸

Outro fator que interferia na ausência de bacharéis na Província estava relacionado ao seu tamanho e papel no interior do Império. Santa Catarina, nos séculos anteriores e até mesmo nas primeiras décadas do século XIX, era percebida como entreposto militar e zona de parada entre o Rio de Janeiro e a região do Prata. Um projeto de lei enviado a Câmara em 1860 defendia a institucionalização da desigualdade entre as Províncias. De acordo com o projeto, dever-se-ia dividir as Províncias em três classes: a primeira contaria com São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará¹¹⁹. A segunda com Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Paraíba e Ceará. E, finalmente, a terceira seria composta por Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Amazonas e Piauí. Essa divisão visava regular o investimento central nas províncias e, inclusive, serviria como parâmetro para diferenciar salários dos funcionários de acordo com a província de lotação.¹²⁰

¹¹⁷ NASCIMENTO, Antonio Roberto e CALDEIRA, Joaquim Augusto Bravo. *Os Carvalhos Buenos*. Edição dos autores: s/d. p. 50.

¹¹⁸ Cf: Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Processos do Juízo do Delegado (1842-1843)

¹¹⁹ Note-se que o trabalho de Mirian Dolhnikoff, em que defende que o Brasil foi organizado pela monarquia federativa, focaliza a análise em três províncias consideradas de primeira classe. Nesse sentido, é possível questionar o tipo de federalismo forjado pelas elites de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul e interrogar o papel e a inserção das elites das províncias menos prestigiadas dentro do pacto federativo. Ou seja, de que valia o controle tributário em Províncias com baixa atividade mercantil e mecanismos pouco satisfatórios de cobrança de impostos?

¹²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.* p. 137. Carvalho se baseia na obra de Caetano José de Andrade Pinto. *Atribuições dos Presidentes de Província*.

Além da baixa expressividade da província e da ausência de catarinenses matriculados no curso de Direito de Coimbra, soma-se o déficit de bacharéis no Brasil como um todo naquele momento. Os indivíduos com formação optavam por ocupar postos em províncias de maior prestígio e possibilidades de ascensão.

Houve algumas dificuldades, inclusive, em colocar um Juiz de Direito na Comarca Norte da Província de Santa Catarina na década de 1840. Essa Comarca, como colocado anteriormente, era composta pelos Termos de São Miguel (cabeça da Comarca), São Francisco do Sul, Porto Belo e Lages. Esse último era motivo de escusas por parte dos Juízes de Direito. Além de ser a vila mais a oeste, demandando longínquas viagens no lombo de cavalo, também era cercado de perigos, seja pelos constantes ataques indígenas aos comboios ou pela ocupação gaúcha da referida vila na primeira metade da década.

Ao menos desde fins de 1844 até 1846 a Comarca Norte ficou sem um bacharel no posto de Juiz de Direito, servindo como interino João Vicente Nóbrega Dutra que era o Juiz Municipal, Órfãos e Delegado no Termo de São Francisco do Sul. O referido juiz era leigo, ou seja, a Comarca Norte foi ocupada por um juiz sem formação jurídica por aproximadamente dois anos em virtude da ausência de um bacharel para ser enviado ao posto.¹²¹ Ao mesmo tempo, merece atenção o fato de que dentro dos quatro Termos que compunham a Comarca, foi o Juiz Municipal de São Francisco do Sul o escolhido para ocupar o posto. Este é um indício do contentamento das autoridades centrais, sobretudo o presidente da Província da época, com os procedimentos dos Juízes Municipais da vila, principalmente o Juiz Nóbrega Dutra. A lógica talvez fosse designar para o cargo o Juiz Municipal de São Miguel que era a cabeça da Comarca.

Todas essas questões reforçam que a Província de Santa Catarina possuía uma tradição de poucos cargos, possivelmente em função do povoamento recente e da população ser pequena, quando comparada com outras províncias. O déficit de bacharéis no Brasil e a centralidade que os juízes leigos adquiriram nesse contexto

¹²¹ Cf: Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Marechal de Campo Antero Joze Ferreira de Brito dirigio aAssembléia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1845. Cidade de Desterro: Typographia provincial, 1845. E: Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Marechal de Campo Antero Joze Ferreira de Brito dirigio a Assembléia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1846. Cidade de Desterro: Typographia provincial, 1846. Disponíveis em: Disponível em www.crl.uchicago.edu

também ficam evidenciados. Ou seja, fica ainda mais patente a necessidade de se verificar os tipos de relações tecidas entre elites locais e poder central em um contexto no qual o Estado dependia dos serviços dos potentados, contudo, o poder de barganha da elite catarinense era limitado em função das características da Província.

Como colocado acima, no intervalo de 1833 a 1850, todos os Juízes Municipais que ocuparam o posto em São Francisco do Sul eram leigos. A maioria deles teve patente militar nas Tropas de Segunda Linha conforme o quadro abaixo:

QUADRO I

Patentes dos Juízes Municipais de São Francisco do Sul (1833-1850)

	Cargo	Período	Patente na Guarda Nacional dos Juízes Municipais
Francisco de Oliveira Camacho	Juiz Municipal	1833-1836	Coronel
Antonio José da Silveira	Juiz Municipal	1836-1838	Não foi encontrado registro
João Vicente Nóbrega Dutra	Juiz Municipal	1839-1841	Major
Jose Luciano de Oliveira	Juiz Municipal Interino	1842	Major
João Vicente Nóbrega Dutra	Juiz Municipal, Órfãos e Delegado e Juiz de Direito Interino	1842-1846	Major
Joaquim José de Oliveira Cercal	Juiz Municipal, Órfãos e Delegado	1846-1850	Major

Fonte: Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC; Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros de batismos VIII, IX e X da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul.

OBS: Foram colocados nesse quadro apenas os Juízes que ficaram mais tempo no cargo.

O primeiro juiz, Francisco de Oliveira Camacho, cuja trajetória será discutida nos capítulos 3 e 4 desse trabalho, foi o proprietário que mais teve cativos de sua

propriedade batizados na vila.¹²² Seu pai migrou de Laguna para São Francisco do Sul no século XVIII, casou-se com uma mulher da vila e vivia da sua produção agrária.¹²³ O Juiz Municipal Camacho era um grande proprietário de terras, com propriedades no Distrito de Itapocorói e no Termo de São Miguel. Na fase final de sua vida, dedicou-se à produção e venda de telhas, tijolos, farinha, açúcar e aguardente. Sua fortuna era de aproximadamente 70 contos no ano de 1862, sendo quase 30 contos em escravos e boa parcela do restante empatada em terras.¹²⁴

A quantia de 70 contos era bastante modesta quando comparada com a fortuna acumulado por outros indivíduos de outras regiões. É o caso, por exemplo, de Domingos Inácio de Araujo que, quando morreu em 1851, possuía um patrimônio superior a 210 contos de réis acumulados basicamente com o comércio e criação e gado.¹²⁵ Denize Aparecida da Silva, ao investigar os inventários de São Francisco do Sul nas décadas de 1850 e 1870, identificou o patrimônio de um comerciante em 156 contos.¹²⁶ A fortuna de Camacho, em termos locais, certamente era muito respeitada, o que lhe garantia acesso a prestígio, contudo ela demonstra as dificuldades de acumulação que a elite agrária da área enfrentava.

Foi possível também levantar algumas informações de João Vicente Nóbrega Dutra. Sabe-se que seu pai, João Vicente Nóbrega, e seu sogro, Antonio Carvalho Bueno, foram importantes lideranças e comerciantes nas primeiras décadas do século XIX, pois possuíam embarcações que os conectavam comercialmente com o Rio de

¹²² Cf: Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros de batismos VIII, IX e X da Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul.

¹²³ OLIVEIRA, Ricardo Costa. “Homens bons” da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Uma “Elite Senhorial” do Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX. Revista do Arquivo Histórico de Joinville. Ano 1, v. 1, n. 1, 2007. p. 138.

¹²⁴ Cf: Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Inventário de Francisco de Oliveira Camacho de 1862.

¹²⁵ LIMA, Carlos A. M. e CUNHA, Rogério Pereira da. *Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento (1805-1862)*. Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).

¹²⁶ SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. PPHIS – UFPR: 2004, p. 53.

Janeiro.¹²⁷ Do mesmo modo, sabe-se que no ano de 1857, Dutra foi procurador de Manoel Pinto Portella, residente no Rio de Janeiro, quando do batizado de Luiz, filho do primo de sua esposa, o Tenente-Coronel Bento Gordiano de Carvalho.¹²⁸ Esses dados permitem entrever que o Juiz Municipal Dutra provinha de família de comerciantes e possivelmente estava inserido nessas atividades.

Quanto a José Luciano de Oliveira, sabe-se que vivia de seu negócio, localizado na região central do Termo, próximo ao porto.¹²⁹ Já Joaquim José de Oliveira Cercal era da região continental, externa à ilha de São Francisco do Sul, onde atualmente fica o município de Joinville. Ao que tudo indica, tinha como atividade principal a produção agrária.¹³⁰ Por fim, Antônio José da Silveira afirmou em ofício datado de 1838 que possuía um sítio, o que pode indicar envolvimento com atividades agrárias.¹³¹

Desse modo, não existiu dentro do Juízo Municipal uma tendência a ser ocupado mais por proprietários agrários ou comerciantes. Sabe-se apenas, como será visto no próximo capítulo, que as relações de compadrio tinham a tendência de ser endo-orientadas, ou seja, os proprietários reforçavam entre si seus laços pelo parentesco espiritual (caso das famílias Camacho, Gomes de Oliveira e Oliveira Cercal) e os comerciantes também usavam desse expediente (como observados nas relações entre os Carvalhos Bueno, Nicolau Machado, Nóbrega Dutra e Fernandes Dias).

No que concerne aos ofícios, foi possível, a partir dos seus conteúdos, aproximar-se da relação institucional tecida entre Juízes Municipais e Presidentes de Província. O Quadro abaixo permite uma visualização geral.

¹²⁷ **Cf:** Relação das Embarcações apresadas pelos Corsários argentino, pertencentes aCatharinenses (1825-1828). Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. v. III, 1914, p. 102

¹²⁸ NASCIMENTO, Antonio Roberto e CALDEIRA, Joaquim Augusto Bravo. *Op. Cit.* pp. 41-42.

¹²⁹ **Cf:** Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Sumário pela queixa de José Zeferino contra o Comandante Militar da Guarda Nacional Antonio João Vieira. Juízo do Delegado (1843)

¹³⁰ OLIVEIRA, Ricardo Costa. *Op. Cit.* p. 135.

¹³¹ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 30 de junho de 1838.

QUADRO II

Conteúdos dos ofícios enviados pelos Juízes Municipais de São Francisco do Sul para os Presidentes da Província (1833-1850)

Conteúdos	1833 - 1842	1842-1850	Total
Administrativos	40	64	104
Policiais	4	10	14
Judiciários	-	7	7
Total	44	81	125

Fonte: Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 - APESC

OBS: O primeiro período corresponde até o mês de março de 1842 e o segundo se inicia em abril de 1842. Tal corte se dá por ter sido no dia 27 de março de 1842 a data em que chegou à vila a notícia da Reforma do Código do Processo, quase quatro meses depois de aprovada a lei. Essa situação permite entrever o tempo que se precisava para fazer chegar às diversas partes do império as decisões tomadas na Corte.

O quadro acima permite algumas observações pontuais, mas antes é necessário colocar os critérios utilizados para a sua elaboração. Por conteúdo de polícia, entenderam-se as situações em que os Juízes Municipais eram acionados pelo Presidente de Província para funções relacionadas à repressão de determinados crimes, assim como foram levadas em conta as ordenações contidas na Reforma do Código do Processo sobre as funções policiais dos Juízes Municipais. Ainda em algumas situações, os ofícios continham ao lado do nome do juiz a denominação “*delegado*”. Seu conteúdo normalmente estava relacionado ao recrutamento forçado. Nesses casos, consideraram-se aqueles ofícios também na categoria “*policiais*”. Vale lembrar que no primeiro período de 1833 a 1842 não existia o cargo de delegado, contudo, os ofícios que versavam sobre recrutamento forçado foram incluídos. Em síntese, além de ações repressivas, entenderam-se também os recrutamentos forçados como pertencentes à categoria “*policiais*”, sendo o recrutamento uma responsabilidade das autoridades civis.

Na categoria “*judiciários*” foram enquadrados todos os ofícios que pressupunham a existência de um processo montado e julgado pelo Juiz Municipal. Adianta-se que todos esses processos mencionados nos ofícios são relativos a disputas de terras, assunto esse que será retomado adiante. E, por fim, com “*administrativos*”

considerou-se todas as ordens dadas pela Presidência da Província para execução do Juiz Municipal, como, por exemplo, dar publicidade dentro do Termo a uma nova lei ou convocar os jurados para uma nova sessão do Tribunal do Júri.

A primeira consideração que se pode tirar do Quadro II é que a relação institucional tecida entre Juízes Municipais e Presidentes de Província, era, acima de tudo, permeada por um caráter fortemente administrativo. Suas atribuições policiais e judiciárias eram muito menos acionadas pelos Presidentes, se comparadas com as administrativas. Em grande medida, esse cenário era reflexo das prerrogativas dos Presidentes de Província, chefe do executivo provincial. Não se deve desconsiderar que se a análise fosse centrada na relação com o Juiz de Direito, talvez o resultado pudesse ser outro, ou seja, poderia ter se encaminhado mais para a direção do judiciário do que para o administrativo. Não se pode deixar de levantar também a hipótese de que nas questões judiciais e policiais os juízes pudessem ser muito mais autônomos, não necessitando se comunicar com o presidente para resolver essas situações.

Quando observada a ação institucional desses juízes, é possível corroborar as observações de Maria Fernanda Vieira Martins de que a primeira metade do século XIX presenciou o encontro de duas concepções de organização do Estado: uma mais moderna, com base no pensamento individualista, e uma mais tradicional, filiada ao Direito Natural e ao paradigma jusnaturalista.¹³² Uma instituição ligada a Justiça com funções administrativas remonta ao modelo português de monarquia corporativa que evidencia reminiscências do paradigma jusnaturalista no período coberto por essa pesquisa. Autoridades administrativas, como era o caso do Juiz Municipal, ostentando o nome de juiz, remetem à figura do administrador como distribuidor de justiça, corroborando as persistências do paradigma jusnaturalista. Até mesmo as funções policiais e tributárias desses juízes reforçam o argumento de que esses atores estavam inseridos naquela lógica.¹³³

Outra conclusão que o quadro II pode sugerir está relacionada à maior comunicação entre Juízes Municipais e Presidentes no período de 1842 a 1850. Em certo sentido, a concentração de cargos na pessoa de um único indivíduo pode explicar

¹³² MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Op. Cit.* pp. 52-59.

¹³³ HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – Sé. XVII*. Coimra: Almedina, 1994. pp. 170-181.

o referido aumento. Nesse intervalo, aqueles homens não eram apenas Juízes Municipais, eram também Delegados e Juízes de Órfãos. Isso pode ajudar a explicar a situação do número de ofícios do período de 1842 a 1850 ser quase o dobro do período anterior. O Juiz Municipal que mais tempo ocupou o posto - João Vicente Nóbrega Dutra – sabia exatamente diferenciar quando estava agindo como Juiz de Órfãos ou como Delegado, contudo, quase sempre trazia também a alcunha de Juiz Municipal, ou seja, em um ofício de caráter policial, assinava como Juiz Municipal e Delegado. Já nos ofícios pertencentes à alçada dos Órfãos, assinava como Juiz Municipal e de Órfãos. Desse modo ele diferenciava a jurisdição que exercia naquele momento, todavia sempre era Juiz Municipal.

Entretanto, apenas a concentração de mais cargos em uma única pessoa não é capaz de explicar a situação. A maior intensidade das comunicações no segundo período pode também sugerir transformações dentro da própria estrutura judiciária e do Estado. Sendo assim, juízes mais acionados representam um maior fortalecimento das instituições, como Richard Graham e José Murilo de Carvalho defendem. Ou seja, dia após dia, as instituições que representavam o Estado passavam a efetivamente se fazer mais presentes na administração das questões locais. Em decorrência desse fenômeno, não só as relações entre Estado e elites locais são afetadas, mas também as desse último grupo com os demais membros da comunidade.

2.1.1 Os ofícios e seus indícios

A intenção desse item é se aproximar mais da vida funcional de um Juiz Municipal e das suas relações com Presidentes e demais instâncias locais. Os dois intervalos cronológicos do quadro II serão analisados conjuntamente, com exceção das questões judiciais que só se fizeram presentes no segundo intervalo, de abril de 1842 a 1850, cujo conteúdo será alvo da próxima seção do texto.

Os 125 ofícios revelam alguns elementos sobre as funções de um Juiz Municipal e seus procedimentos, permitindo avançar mais em direção ao cotidiano do cargo. Começemos por suas relações com a Guarda Nacional.

A Guarda Nacional foi criada no ano de 1831 substituindo as antigas Milícias. Era uma instituição de caráter civil, subordinada aos Juízes Criminais, Presidentes de

Província e ao Ministério da Justiça. Dessa forma, somente a essas autoridades competia requisitar os serviços desse braço civil armado.

Cabia aos Juízes de Paz organizar as forças das Guardas Nacionais em seus respectivos Distritos, sendo eles figuras centrais dentro do processo de transição das forças milicianas para a Guarda Nacional. Portanto, ela foi formada a partir dos municípios e o Juiz de Paz era o responsável localmente pela organização da nova instituição.¹³⁴

Entretanto, todas as tarefas demandadas pela organização da Guarda Nacional não eram executadas única e exclusivamente pelos Juízes de Paz. Esses ficavam incumbidos de formar as listas dos cidadãos que comporiam o Conselho de Qualificação – do qual o Juiz de Paz seria o Presidente -, assim como organizar e formar o Júri de Revista. O Conselho de Qualificação era composto pelos seis eleitores mais votados de cada localidade, presididos pelo Juiz de Paz, que juntos elaboravam uma lista com os nomes de indivíduos aptos a pertencerem à Guarda Nacional, seja como efetivos ou como reservistas. Os qualificados deveriam estar dentro dos limites da idade exigida e ser eleitores.¹³⁵

Já “o Júri de Revista era formado por doze jurados, escolhidos por sorteio entre todos os oficiais da Guarda Nacional com mais de vinte e cinco anos, e presidido pelo Juiz Criminal. Tinha por função julgar apelações sobre o alistamento (...)”¹³⁶ conforme a lei de 18 de agosto de 1831. No caso de São Francisco do Sul, esse Juiz Criminal foi o Juiz Municipal. A ele foi determinado que conduzisse os trabalhos do Júri de Revista. Esse processo só ocorreu devido ao fato de o Presidente da Província tê-lo encarregado dessa tarefa, em detrimento da ação dos Juízes de Paz. Mais adiante esse processo será esclarecido.

Pela documentação foi possível mapear que no prazo de um ano, por diversas razões, o Juiz Municipal não havia conseguido cumprir a ordem, demonstrando o quão moroso poderia ser um simples processo de julgamento dos pedidos daqueles

¹³⁴ RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria; Ed. Ufsm, 2005. pp. 133-165.

¹³⁵ RIBEIRO, José Iran. *Op. Cit.* P. 141 e p. 173.

¹³⁶ RIBEIRO, José Iran. *Op Cit.* p. 153 nota número 68.

qualificados para a Guarda Nacional, mas que não desejavam servir na força. Moroso ao olhar do pesquisador, porém, talvez considerado como sendo um tempo razoável para aqueles homens. Pois, como demonstrou Tiago Gil, a percepção do tempo era diferente no Brasil dos séculos XVIII e XIX.¹³⁷

No dia 8 de junho de 1833, o Juiz Municipal Francisco de Oliveira Camacho remeteu um ofício ao Presidente da Província apresentando algumas questões sobre o Júri de Revista, sobretudo ligados à montagem de uma junta de “*cirurgiões mores*”, para julgarem os pedidos de dispensa da Guarda Nacional. Ao que tudo indica, como observado no capítulo anterior, em relação às dispensas pedidas pelos Juizes de Paz do Termo de Curitiba, a desculpa das moléstias devia ser a mais apresentada, por isso a necessidade de uma junta médica para melhor avaliar os casos.

Além disso, o juiz Camacho leva ao Presidente erros de procedimento cometidos pelo Conselho de Qualificação e Júri de Revista conforme verificado abaixo:

*“Outra forma devo propor a V. Ex. que encontrando eu sobre a Mesa das Sessões do Júri o Livro da Matrícula geral dos ditos Guardas, perguntei para que fim era ali aquele Livro. Responderam-me os membros que para dele se conhecer do alistamento ou não alistamento feito pelo Conselho de Qualificação, ao que respondi que me parecia só dever o Júri conhecer do alistamento ou não alistamento por reclamações que naquele tribunal versassem como [Il 2 pal] aquele que se queixasse de indevidamente ter sido alistado ou aquele que estando nas circunstâncias de o ser deixaram-no de alistar por isso que assim verificado e decidido a maioria absoluta de votos estas e todas as mais decisões deveriam ser participadas ao Juiz de Paz respectivo para fazer cumprir mandando por seu escrivão alterar ou notar no livro de matrícula o qual naquele Cartório se deveria conservar; e por que a esta mesma proposição ouvi algumas repugnâncias por alguns dos membros do Jury por isso suplico a V. Ex. o necessário esclarecimento para minha inteligência.”*¹³⁸

Esse primeiro contato, datado de junho de 1833, dava conta ao Presidente da Província da inviabilidade de processar o Júri de Revista, sem antes formar uma junta de Cirurgiões Mores e Cirurgiões Ajudantes para julgarem os pedidos de dispensa do serviço na Guarda Nacional dos que alegavam problemas de saúde ou incapacidade física. A formação dessa junta era uma determinação da lei e foi reforçada pelas ordens

¹³⁷ Ver a esse respeito: GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação da UFRJ. Especialmente capítulos 8 a 10.

¹³⁸ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 8 de junho de 1833.

do Presidente da Província. Esse foi o primeiro impedimento que apareceu ao Júri de Revista para que pudessem executar essa parte do processo e formar a Guarda Nacional no Termo de São Francisco do Sul.

O documento transcrito anteriormente permite entrar nas funções do Juiz Municipal e nos próprios modos utilizados pelo juiz Camacho no exercício do cargo. Ele expõe ao Presidente uma situação de conflito entre ele e os membros do Júri de Revista. O problema estava nos procedimentos do dito Júri que foram considerados incorretos por Camacho. Para ele, o Livro de Matrículas – que continha os nomes dos indivíduos alistados para servirem na Guarda Nacional – deveria ficar muito bem guardado junto ao arquivo do juizado de paz. Ele questionava o procedimento do Júri, possivelmente por entender que do modo como estavam agindo, seria possível manipular as dispensas para a Guarda Nacional.

José Iran Ribeiro, em seu trabalho sobre a Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, identificou que o grupo dos comerciantes era, com frequência, dispensado do serviço militar pelos Júris de Revista daquela Província.¹³⁹ Talvez o Juiz Camacho estivesse com receio de que pudesse ocorrer prática parecida em São Francisco do Sul. Dessa forma, se eventualmente fosse essa a intenção do Júri, é possível considerar que tal poder era um recurso que poderia ser utilizado para reforçar suas relações e clientelas.

Camacho também chama a atenção, no mesmo ofício, para o fato da forte associação que se fazia entre a recém-criada instituição da Guarda Nacional e as Milícias do período colonial. Essa associação gerava expectativas pessimistas, pois ambas eram percebidas como carregadas de “*arbitrariedades e despotismos*”.¹⁴⁰ A pesquisa de José Iran Ribeiro confirmou que esse momento específico de transição da Milícia para a Guarda Nacional foi encarado com ceticismo por muitas pessoas. A tendência foi associar as duas instituições, principalmente repassando toda a carga

¹³⁹ RIBEIRO, José Iran. *Op Cit.* P 63.

¹⁴⁰ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 8 de junho de 1833. Camacho foi oficial de Milícia e seus procedimentos foram arbitrários e despóticos enquanto estava no comando. As constantes agressões aos seus subordinados lhe renderam um processo e uma reforma do cargo em 1824, conforme será trabalhado no último capítulo.

negativa dos fóruns de dispensa das milícias aos Júris de Revista da Guarda Nacional. O Presidente da Província da época constatava que:

*“Difícultosa tem sido a organização das Guardas Nacionais, já que os povos não tendo ainda conhecido a índole desta instituição a confundem com a das Milícias, em que tão flagelados foram, já por que em alguns lugares a lei tem sido mal ou caprichosamente interpretada pelos Conselhos de Qualificação.”*¹⁴¹

O juiz Camacho sabia que estava correto na situação, ao menos criou uma narrativa na qual sua posição ante o Júri de Revista era privilegiada. Possivelmente estava nos seus cálculos ganhar prestígio junto ao Presidente da Província, mostrando-se como juiz correto e zeloso. Francisco de Oliveira Camacho buscou, durante sua trajetória, uma estratégia que pressupunha ter boas relações com as autoridades provinciais. No último capítulo essa afirmação será mais evidenciada.

Na última frase do ofício, com traços de humildade como recurso de empatia, Camacho pede esclarecimentos ao Presidente de Província para saber se agiu corretamente, o que surtiu efeito. Alguns meses depois recebeu um ofício do Presidente de Província incumbindo-o de formar e presidir um novo Júri de Revista no Termo de São Francisco.

A lei determinava que o Juiz Criminal devesse organizar o Júri de Revista, sendo que por Juiz Criminal entendiam-se os Juízes de Paz ou o Juiz Municipal, o que em São Francisco do Sul coube ao Juiz Municipal. Todavia, em boa parte das vilas do Brasil nos princípios da década de 1830, essa foi uma tarefa executada pelos Juízes de Paz.

No dia 26 de maio de 1834, quase um ano depois do primeiro ofício, o Juiz Municipal escreve pela segunda vez reclamando da impossibilidade de formar o Júri de Revista, tendo em vista a não remessa por parte dos Juízes de Paz das listas dos oficiais inferiores que deveriam compor o dito Júri.¹⁴² Sem essa lista, Camacho não poderia realizar o sorteio dos doze oficiais que comporiam o novo Júri, pois ao que tudo indica

¹⁴¹ Relatório feito ao Conselho Geral da Província de Santa Catarina, na Sessão de 9 de Dezembro de 1833, pelo Presidente Feliciano Nunes Pires. Publicado por Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo Publico do Estado de Santa Catarina: 1986, p. 12.

¹⁴² Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 26 de maio de 1834.

aquele primeiro fora dissolvido. De fato, esses ofícios dão conta de que o processo de montagem da Guarda Nacional em São Francisco do Sul foi permeado por dificuldades burocráticas e indiciam pequenas contendas para resolver qual autoridade disporia desse recurso. Possivelmente entrava em jogo o controle do processo e o reforço da confiança do Presidente da Província.

Como detalhado no capítulo anterior, no início da década de 1830 as tarefas dos Juízes de Paz eram enormes, o que poderia ter contribuído para a demora em remeter as listas. Além disso, os problemas de comunicação entre esses dois juízes poderiam estar no centro do problema. Sendo assim, talvez para Camacho também fosse confortável alegar ao Presidente da Província que o motivo que o impedia de executar suas tarefas estava no desleixo dos Juízes de Paz. Isso reforçava a sua imagem de zeloso, pois implicitamente trazia à tona para o Presidente da Província a comparação das condutas dos dois colaboradores. Sabe-se que o Juiz de Paz da época do Distrito de São Francisco do Sul era Joaquim Gonçalves da Luz, que também o fora em 1841-1842, período em que ocorre um processo no Juízo de Paz contra Camacho e seu amigo Benoit Mure, chefe da Colônia Industrial do Saí, por tentativa de defloramento de uma criança de doze anos.¹⁴³ Nos registros de batismos foi possível observar que Camacho e Luz eram bastante distantes, no que concerne às relações de compadrio, pois ambos estavam inseridos em redes diferentes que pouco se conectavam.¹⁴⁴

Pelos ofícios, não foi possível identificar quando ou como a Guarda Nacional foi organizada. Contudo, eles permitem entrever que o processo contou com pequenas tensões entre os responsáveis pela organização da instituição. Esses fatos sugerem que nesse momento de reordenamento institucional, após a abdicação de D. Pedro I, alguns atores da vila foram levados a buscar o controle sobre as novas instituições, assim como demonstram que as aproximações junto ao Presidente da Província eram uma estratégia para assegurar a dianteira na condução política e militar da vila. Sendo assim, percebe-se que a estrutura provincial adquiriu corpo e passou a ser um ator de peso nas questões locais.

¹⁴³

Cf: Documentos sobre a colonização do Saí. AHJ – Fundo Carlos Ficker.

¹⁴⁴

Cf: Livro de Batismos IX e X da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville.

A relação do Juiz Municipal com a Guarda Nacional não se restringiu a formar e presidir o Júri de Revista e o Conselho de Qualificação. Como Juiz Criminal, ele era uma das autoridades civis que tinha a prerrogativa de acionar os préstimos dos Guardas Nacionais. Desse modo, essa instituição foi utilizada em algumas situações como um instrumento de manutenção da ordem interna da vila. Quando havia a demanda por funções policiais, os Juízes Municipais requisitavam os serviços da Guarda Nacional, seja na repressão ou mesmo no recrutamento forçado das Tropas de Primeira Linha ou da Marinha. Em algumas situações, além de capturarem os jovens considerados aptos ao serviço militar, cabia também à Guarda Nacional escoltá-los até Desterro, entregando-os para as autoridades provinciais.

O recrutamento nesse período gerava muita tensão. Os jovens pobres livres sofriam as consequências de um contexto de beligerância. Em 1836, o Juiz Municipal Camacho remeteu ao Presidente da Província:

*“Em pronta e fiel execução da ordem de Vossa Excelência de primeiro de fevereiro próximo passado que me foi entregue em 15 do mesmo, procedi ao **recrutamento forçado** neste termo no dia 28 do mesmo mês e de então até hoje com tão árdua tarefa depois de ter esgotado todas as medidas que os [Il 1pal] a meu [Il 1 pal] mal me é possível remeter nesta ocasião seguras serem suas difusas, porem escoltadas pelo Cabo Bento Jose Inácio e Guardas Nacionais Francisco Fernandes Dias, Antonio Dias de Oliveira e Martinho José Correa dois recrutas constantes da relação junta restando-me todavia remeter (como farei logo que me for possível) um que couber ao Curato de Itapocoroy, o qual nas circunstancias exigidas ainda se não tem podido encontrar ali; não por deixarem de haver, mas por terem tanta negação ao serviço militar, que apenas finalizaram os 15 dias aprovados no Edital de V. Ex. aqui publicado em Janeiro uns entranharam-se pelos bosques, e outros mudaram de freguesia de modo que por felicidade só se puderam prender nesta ocasião, e já no mato, os dois que depois remeto.”*¹⁴⁵

O excerto acima mostra uma das situações de recrutamento existente nessa série documental. Os dez anos que cobrem os conflitos da Revolta dos Farrapos são os de maior número de acionamentos do governo provincial demandando novos recrutas. Esses dados sugerem que a necessidade por recrutas em tempos de paz era diferente se comparada à dos tempos de guerra. Exemplo disso encontra-se na comparação dos jargões utilizados. Entre 1835 a 1845, período da Revolta dos Farrapos, a expressão utilizada era “*recrutamento forçado*”, já de 1846 até 1850, os juízes usavam o termo

¹⁴⁵ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 14 de março de 1836.

“*engajamento voluntário*”.¹⁴⁶ Ou seja, os conflitos do sul produziram pressões sobre as autoridades locais para a obtenção, a qualquer custo, de jovens para comporem as fileiras militares.

As partes grifadas da fonte sugerem como as autoridades civis entendiam o recrutamento. Primeiramente, mostra-se o consenso de que tal prática deveria ocorrer a partir de métodos coercitivos. Em segundo, como sugere Kraay, a elite brasileira apoiava a estrutura do recrutamento forçado, pois os procedimentos foram uma importante ferramenta de reafirmação das hierarquias que mantinham as posições sociais.

Entretanto, essa elite ficava entre a cruz e a espada, precisando de estratégias perspicazes para manutenção do seu status, pois ao mesmo tempo em que eram braços de um Estado que demandava soldados, eram também potentados locais preocupados em manter certos níveis de cimentação social. A sua posição de patrono impunha limites a sua capacidade de recrutar arbitrariamente.¹⁴⁷

Ao se aproximar o ano de 1845, as demandas por recrutas se tornaram mais intensas. Em 1844 as trocas de ofício contemplaram de maneira acentuada os recrutamentos forçados. A partir das ordens do Presidente da Província, o Juiz Municipal João Vicente Nóbrega Dutra foi solicitado a colaborar com o Comandante Superior da Guarda Nacional – Antonio João Vieira - na captura de indivíduos aptos a servirem nas forças militares.¹⁴⁸ Essa movimentação permite entrever a organização burocrática da Província. Sendo assim, é possível observar que tanto a Guarda Nacional como o Juízo Municipal eram diretamente subordinados à Presidência da Província. Desse modo, percebe-se a ação do Presidente incitando essas instituições a funcionarem de modo colaborativo. A relação entre diferentes instâncias locais não se dava apenas a partir de demandas locais, mas também por meio da intervenção supralocal. Juízes Municipais, Guarda Nacional, Juízes de Paz, Conselhos de Qualificação, enfim, a cadeia de colaboradores locais eram induzidos a funcionar coordenadamente. As possíveis

¹⁴⁶ Cf: Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC.

¹⁴⁷ KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial*. Diálogos, Maringá, 1999.

¹⁴⁸ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 14 de março de 1844.

querelas entre os atores que estavam no comando dessas instâncias deveriam ficar em segundo plano para o bom agrado dos Presidentes e o bom funcionamento das instituições locais. A Província demonstrava mais uma vez que sua capacidade de intervir nas instituições locais demandara uma reorientação dos poderes municipais.

Os volumes recrutados não estavam atendendo à crescente demanda. No mês de outubro do mesmo ano, novamente o Presidente acionou o Juiz Municipal objetivando mais jovens, porém em ofício do dia 29 do mesmo mês, o Juiz Municipal externava dificuldades em cumprir essa ordem.¹⁴⁹

Alguns dias depois, o Juiz Municipal remeteu outro ofício ao Presidente apresentando mostras de certa irritação com as dificuldades encontradas na execução da ordem.

*“Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de V. Ex. de 5 do corrente em resposta ao meu de 29 do mês passado e em certeza de que fiz a diligencia prometida expedindo circular aos quarteirões para em um mesmo dia se fizessem as apreensões em todos os lugares, não obstante esta cautela não foi possível encontrarem-se os rapazes desaparecidos tendo-se refugiados para os matos, mas não obstante essas fugas, alguns foram recolhidos para a prisão no dia 6 do corrente, para [Il 1 pal] dos quais já requisitei escolta para conduzi-los por terra a essa capital em razão de que = [Il 1 pal] da prisão ser má estão fazendo despesas e por isso não podem esperar pelos mais sobre que se fazem diligencias. Não deixou de ser mister proceder com algum rigor a pontos de já ter formado um processo de resistência, e estar a proceder ao outro por que é inexplicável a repugnância e dificuldades que se encontram, e por isso esta se continuando as diligencias para apanhar mais e ir remetendo, por que aqui senão podem conservar senão debaixo de chave dentro da enxovia.”*¹⁵⁰

O Juiz expõe as dificuldades encontradas para recolher os jovens à força. Muitos obviamente resistem usando das mais variadas táticas, como mudar de freguesia ou se embrenhar no mato. Sua incompreensão da repulsa daqueles jovens ao serviço militar atesta que o recrutamento era entendido como um momento de reafirmação das hierarquias, pois, ao entender que só se podem conservar na prisão, ele aponta que entendia aqueles meninos como vagabundos desocupados que não aceitavam o seu

¹⁴⁹ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 29 de outubro de 1844.

¹⁵⁰ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 14 de novembro de 1844.

lugar no cosmos social e perdiam a oportunidade de dar sua parcela de contribuição ao bem comum executando os serviços públicos nas forças militares.

O último ofício do ano de 1844 dedicado ao tema do recrutamento permite captar novos elementos sobre os impactos da ação dos juízes e presidentes sobre a comunidade.

“(...)quanto ao segundo pelo qual me acusa V. Ex. a recepção do meu ofício de 18 do citado mês e a entrega dos cinco recrutas que desta remeti, fiquei inteiramente surpreendido quando declarou V. Ex. haver mandado despedir ao recrutado Luiz de Carvalho por ser aleijado da mão direita e ter de menos os dedos polegar e indicador, quando então este isento de tais defeitos e o melhor e o mais robusto dentre todos por ser rapaz mui sadio, bastante vivo e que teria de idade 15 a 16 anos sem aleijão, e nenhum outro defeito que podia [Il 1 pal] ser examinado; por tanto tendo assim demonstrado a natureza e qualidade do individuo que remeti a V. Ex., passarei agora a relatar a trama de que já me acho informado.

Este aleijado é filho de uma miserável mulher de nome Maria Carvalha e de quem é também filho Luiz de Carvalho, irmão do dito aleijado, que se chama Manoel de Carvalho, cuja mulher pedindo-me lhe entregasse o Luis a pretexto de único por quanto só lhe restava o Manoel, tive em consequência de procurar todas as possíveis informações a respeito para saber se a deveria, ou não atender e como todas quantas pudesse obter não deixaram de destruir as alegações feitas por ela, verificando-se que além do Luis tinha mais um outro de nome Cristino quase do mesmo porte no qual não podendo sustentar por sua indigência, o havia entregado a um cego de nome João Rita para seu moço, e por isso entendendo ser um não pequeno benefício que se fazia ao rapaz, tirando-o [Il 1 pal] da miséria e da necessidade em que viviam em poder desta Mãe, assim o pratiquei fazendo-o recrutar por julgá-lo nas circunstancias dos que acaba V. Ex. de indicar-me; Esta mulher porém não satisfeita com o meu deferimento teve de reunir-se a escolta que desta partiu com os sobreditos recrutas, com o fito de ir perante V. Ex. fazer suas reclamações levando em sua Companhia ao filho Manoel aleijado, e assim acompanhando-a até o Rio de Itapocú pôde ter a habilidade de iludir a mesma escolta, ou ao Guarda de quem se havia confiado a entrega do recrutado seu filho Luiz, até que despercebidamente se puseram ambos em fuga deixando em lugar deste ao Manoel aleijado de quem então se lançou mão para apresentá-lo a V. Ex. com o suposto nome de Luis, e apresento desta maneira o negocio como na verdade o fizeram, e sem dúvida de combinação; a vista do que, e de um semelhante procedimento, passo a dar minhas ordens afim de ser apreendido o mencionado recruta Luiz e remetê-lo a V. Ex. pois se me informa que se acham mãe e filho no mesmo Rio de Itapocú, outro [Il 1 pal] que ficando por hora suspenso o recrutamento neste Termo segundo ordenou-me V. Ex. pelo supracitado ofício de 25 do próximo passado, quizerei saber se ao momento que forem aparecendo alguns dos rapazes que ainda existem ocultados, posso prende-los e fazer seguir para essa Capital, o que espero não será desagradável a V. Ex. mandando sobretudo como seja servido.”¹⁵¹

¹⁵¹

Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 1o de dezembro de 1844.

O Juiz Municipal entendia que recrutar aquele jovem significava tirá-lo da indigência em que sua mãe o colocava, era uma forma de protegê-lo para que também não fosse entregue a nenhum outro homem para ser “*seu moço*”. Esse documento mostra as táticas possíveis dos pobres livres na busca por manobras para adiarem o processo, demonstrando uma situação social de complexa resistência à coerção do recrutamento. A manobra da mãe do garoto demonstra as tensões que as demandas do Estado geravam na comunidade. Assim, trocar um filho pelo outro menos apto ao serviço militar, forçando a dispensa, foi uma saída possível que deu certo, pois o dito aleijado foi dispensado e o saudável encontrava-se junto dela. Não foi localizada qualquer referência nos ofícios seguintes indicando que mãe e filho tenham sido capturados.

O juiz Dutra parece realmente ter incorporado o seu papel de autoridade policial, pois mesmo com a sinalização do Presidente sobre o fim dos períodos de recrutamento, ele ainda estava interessado em capturar e remeter para a capital o jovem que fora trocado pelo irmão “*aleijado*”, assim como os demais que continuavam escondidos pelos matos esperando a situação se acalmar.

A autoridade não podia sucumbir a táticas e resistências da plebe. Os papéis sociais necessitavam ser mantidos e a ordem natural das posições também. Além disso, sua ânsia em capturar os fujões para mandá-los ao recrutamento, mesmo sem existir mais uma demanda da Presidência da Província, permitia que tais práticas fossem entendidas como um mecanismo de reafirmação de hierarquias e poder. Diante disso, fica evidenciado que os Juízes Municipais foram, com certa frequência, acionados pela Presidência com a finalidade de obter recrutas. Do mesmo modo, é possível entrever que os juízes entendiam o recrutamento e o modo de executá-lo como uma ferramenta que reafirmava as posições sociais. Os pobres eram os principais alvos dessas ações. O cargo de Juiz Municipal o revestia de legalidade e autoridade, corroborando a percepção de que um pacto entre Estado e setores das elites locais vigorava nesse período, sobretudo com aqueles membros que ocupavam postos desse mesmo Estado. Sua autoridade legal era acompanhada de uma autoridade social e policial.

No ano de 1839, quando Dutra também era juiz, a vila de São Francisco do Sul mais uma vez foi afetada pela Revolta dos Farrapos. A partir dos avanços dos “*rebeldes*” na direção de Laguna e Lages, rapidamente o Presidente da época,

Brigadeiro João Carlos Pardal, ordenou a Guarda Nacional e ao Juiz Municipal que tomassem as devidas providências para proteger a vila contra ataques do inimigo.

A partir das sinalizações do Presidente, as comunicações entre Guarda Nacional, Juiz Municipal e Câmara Municipal começaram na vila. E assim, mais uma vez evidenciou-se o Presidente colocando instâncias locais para funcionarem de maneira coordenada.

Juiz Municipal e Guarda Nacional passavam a se articular em nome da defesa da vila.¹⁵² Nos documentos seguintes, o Comandante da Guarda Nacional comunicou ao Juiz Municipal sobre uma decisão da Câmara Municipal de onde deveria haver, dentro do Termo, postos de guardas para impedirem a passagem dos inimigos.¹⁵³ Tanto o Juiz Municipal como o Comandante da Guarda Nacional atenderam ao pedido da Câmara, demonstrando que as demandas policiais relacionadas à manutenção da ordem eram um momento de cooperação entre as instituições locais, afinal de contas, manter a ordem interessava aos membros da elite que ocupavam esses postos. O Comandante da Guarda Nacional questionou o Juiz Municipal sobre quando usar de força e obteve como resposta que:

*“em primeiro quesito que toda a pessoa desconhecida que ali passar sem vier munidas de competentes passaportes seja logo conduzido a esta vila onde tomar-se-á conhecimento delas: segundo que o uso das armas só deverá ter lugar havendo oposição contra o antecedente quesito acima declarado, depois de esgotados todos os mais precedentes; e em caso de resistência. Assim como se verificando serem legítimos rebeldes, ou ladrões que então devem ser energeticamente repelidos, presos e destruídos e em tal caso por um expresse e sem perda de tempo se expedirá dali aviso ao ponto de Araquari e deste a esta vila, cujas medidas, ora tomadas servirão provisoriamente até que sua Excelência o Senhor Presidente da Província, a quem me dirijo, mande conforme servido.”*¹⁵⁴

¹⁵² Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 1o de agosto de 1839. Incluso cópia do ofício do Juiz Municipal João Vicente Nóbrega Dutra ao Comandante da Guarda Nacional Bento Gonçalves de Moraes Cordeiro de 5 de agosto de 1839.

¹⁵³ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 1o de agosto de 1839. Incluso cópia do ofício da Câmara Municipal ao Comandante da Guarda Nacional Bento Gonçalves de Moraes Cordeiro de 16 de agosto de 1839.

¹⁵⁴ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 1o de agosto de 1839. Incluso cópia do ofício do Juiz Municipal João Vicente Nóbrega Dutra ao Comandante da Guarda Nacional Bento Gonçalves de Moraes Cordeiro de 16 de agosto de 1839.

Foi desse modo que o Juiz Municipal Dutra aconselhou o Comandante da Guarda Nacional - que por ironia se chamava Bento Gonçalves – a proceder se encontrasse algum Farrapo se dirigindo ao Termo. Note-se que esse documento, na parte grifada em que fala de ladrões, confirma a percepção da dupla função da Guarda Nacional: primeiro servir como proteção militar; segundo agir como braço da elite para manutenção da ordem e da propriedade. As expressões usadas são fortes: *repelir, prender e destruir*. O excerto também ratifica que o Juiz Municipal se caracterizava como autoridade policial e, aparentemente, aponta que para ele o perigo se encontrava em todos os desconhecidos da *vila*, fossem eles rebeldes, ladrões ou simplesmente pessoas que estivessem sem os passaportes, ou seja, sem que o Estado estivesse ciente da sua circulação territorial.

Vale ressaltar que nesse mesmo ano de 1839 a vila sofreu ataques indígenas¹⁵⁵ que provocaram a morte de adultos e crianças. A confluência dessas tensões produziu na comunidade uma demanda generalizada por proteção militar, o que acabou por ser frutífero a uma elite ansiosa por mecanismos que reforçassem sua posição social e garantissem a manutenção da hierarquia.

De certo modo, as movimentações de 1839 poderiam ser uma arma contra o recrutamento, já que ao se mobilizar contra os “*rebeldes*” e índios, a localidade criava uma demanda por segurar dentro do Termo os jovens aptos a pegarem em armas. Observa-se que houve na vila três momentos no que se refere aos recrutamentos no contexto da Revolta dos Farrapos: um primeiro (1835-36) de recrutamentos forçados; um segundo (1839-40) de retenção de jovens na vila e mobilizações internas; e um terceiro (1844-45) de novos recrutamentos forçados.

Além dessas funções policiais ligadas ao recrutamento e a defesa de ataques externos, cabia também ao Juiz Municipal do Termo de São Francisco do Sul proceder a diligências para a captura de desertores das forças armadas. Nesses casos, a partir de aviso do Presidente, todo o aparato policial da vila era acionado, desde delegado e subdelegado até os Inspetores de Quarteirão. Foi dessa maneira que ocorreu a prisão do

¹⁵⁵ Cf: Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinaria do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em www.crl.uchicago.edu. Cartas anexas.

soldado Hilário Joaquim de Oliveira, desertor da Companhia dos Pedestres, em 13 de janeiro de 1845. Após chegar de Guaratuba, constatou-se que Oliveira era desertor, sendo imediatamente preso e sua prisão comunicada ao Presidente da Província¹⁵⁶. Conseguiu-se extrair essa informação a partir de um procedimento da época, que era o de interrogar todo e qualquer forasteiro que chegasse à comunidade.

Em relação ao tráfico de escravos, o Juiz Municipal também foi uma das autoridades locais designadas para coibir tal prática. Em 1836, o Presidente da Província remeteu ordens para que o juiz Antônio José da Silveira prendesse *os “criminosos cúmplices em negociação de negros novos”*.¹⁵⁷

Ao estudar Paranaguá, José Augusto Leandro constatou que houve um intenso movimento de tráfico ilegal de escravos naquela vila. A estratégia utilizada pelos comerciantes para viabilizar o desembarque era burlar os autos de exames e vistorias das embarcações. Desse modo, as vistorias encobriam a prática criminosa e os funcionários responsáveis pelas vistorias eram os Juízes Municipais. Assim, esse cargo foi um importante instrumento para burlar a legislação em Paranaguá, sendo sua jurisdição ocupada por indivíduos envolvidos com o tráfico ilegal.¹⁵⁸

Aparentemente, o outro modo encontrado pelos parnanguaras para viabilizar o desembarque consistia em dar guarida para embarcações que supostamente precisavam fazer reparos. Desse modo, mesmo sem o passaporte autorizando a entrada no porto, muitas naves conseguiam atracar no cais e, com a complacência dos Juízes Municipais, desembarcavam peças na vila.¹⁵⁹

É muito preciosa a contribuição de Leandro. Os usos do cargo ajudam a perceber mais uma vez o forte atrativo destes postos. De certo modo, esses recursos eram uma via para o controle desses cargos pela elite local, principalmente em vilas litorâneas,

¹⁵⁶ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 13 de janeiro de 1845.

¹⁵⁷ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 13 de fevereiro de 1837.

¹⁵⁸ LEANDRO, José Augusto. *Gentes do mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888*. Tese de doutorado. UFSC, 2003. pp. 30-65.

¹⁵⁹ LEANDRO, José Augusto. *Idem*.

com portos sem alfândega, cabendo então a esses funcionários controlar os movimentos das embarcações.

Não se deve descartar que em São Francisco do Sul os Juízes Municipais pudessem fazer suas manobras no porto. Podem não ter feito em quantidade exagerada com escravos. Alguns poucos indícios sugerem, contudo, que na área poderiam fazê-lo com madeiras (outra mercadoria proibida e considerada de contrabando)¹⁶⁰. O que se quer reforçar é o pressuposto de que ser Juiz Municipal ou Juiz de Paz significava controlar mercados e recursos que se davam, basicamente, pela gerência desses cargos no Porto.

Em 1834 o juiz Camacho recorre ao Presidente para obter esclarecimentos sobre o seu procedimento no porto, tendo em vista sua incompreensão sobre alguns dispositivos que constavam em ofício enviado anteriormente a ele pelo mesmo Presidente. Dizia Camacho:

*“Com o ofício de Vossa Excelência de 7 do corrente recebi a cópia das disposições acerca da entrada e descarga de embarcações nos portos onde não há alfândega: cujas disposições, só por falta de inteligência, e conhecimentos práticos deixaram de ser observados na parte que me cumpre: por cuja ignorância, e para dar a devida execução, as disposições mencionadas suplico a Vossa Excelência se digne instruir-me relativamente ao que deverei observar, a bem da fiscalização das ditas entradas, e descarga das embarcações vindas a este porto, para conhecer se tem, ou não, pago em algumas das alfândegas do Império, os Direitos de Consumo das mercadorias que trazem a seu bordo.”*¹⁶¹

Desse modo, é possível perceber que o Juiz Municipal passava a ser um importante instrumento de controle do tráfego naval, principalmente ao fiscalizar a legalidade das embarcações e suas mercadorias, coibindo contrabando e marginalidade tributária. Tais poderes poderiam também ser mobilizados em causa própria, como observado por Leandro em sua análise sobre Paranaguá. Em relação a São Francisco do Sul, o material se mostra hostil ¹⁶² para se compreender se eram e como eram utilizados esses recursos.

¹⁶⁰ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 27 de março de 1846.

¹⁶¹ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 28 de outubro de 1834.

¹⁶² Trata-se de um material oficial no qual o Juiz Municipal não tinha o interesse de deixar transparecer ao seu superior possíveis práticas ilícitas.

Em 1836 um novo ofício, agora do juiz Silveira, novamente pede esclarecimentos sobre como o Juiz Municipal deveria proceder em relação ao porto e às embarcações que lá atracassem:

*“Em resposta ao ofício de Vossa Excelência de 30 de abril próximo passado se me for necessário saber de Vossa Excelência, primeiro (:) se devem as embarcações serem visitadas por oficial de justiça. Segundo (:) de se devem abrir os fardos, caixas, baús e caixões, onde podem vir as ditas fazendas a bordo. Terceiro (:) se o oficial de justiça deve ganhar do trabalho da visita: isto é que antigamente eram as embarcações visitadas pelo escrivão que servia perante os juízes ordinários, levando em companhia dois guardas milicianos ou de linha, ganhando os ditos escrivães 640 por visita e não visitadas por causa das fazendas que não pagavam os Direitos nas Alfândegas, e dos molhados para pagarem os subsídios às câmaras: mas desembarcavam os mestres sem serem visitados: eu mesmo não tenho visto mais esta prática por isso me recorro a Vossa Excelência para desempenho do dito ofício.”*¹⁶³

Em São Francisco do Sul, a existência do porto produziu uma monopolização das práticas mercantis. Conforme um mapa ocupacional de 1805, apenas 2% da população se dedicava ao comércio, sendo a grande maioria dos franciscenses, em torno de 95%, ligados principalmente à agricultura. Essa lógica monopolista das atividades mercantis pode ter potencializado a capacidade que o juiz municipal tinha de interferir no porto, tornando o cargo bastante atrativo para a elite local.¹⁶⁴

Todas as questões relacionadas à fiscalização, exigida por um porto sem alfândega, remetem a outra faceta do Juiz Municipal que diz respeito ao seu papel no nível local como um braço auxiliar dos Coletores das Rendas Públicas. Em algumas situações o Presidente acionou o Juiz Municipal, instruindo-o a auxiliar o coletor e sobre o modo como deveria fazê-lo. Em outra oportunidade, o Juiz Municipal colocou à disposição dos Coletores seu aparato policial e seus oficiais de justiça para executarem a cobrança de dívidas ao erário público, como aconteceu em 1840 quando procedeu à penhora dos bens de Antônio da Maia (devedor da fazenda pública).¹⁶⁵ Além de ajudar os coletores a receberem as dívidas públicas, cabia ao juiz também fiscalizar o

¹⁶³ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 27 de maio de 1836.

¹⁶⁴ Sobre a estrutura ocupacional de São Francisco do Sul no início do século XIX ver: LIMA, Carlos A. M. e CUNHA, Rogério Pereira da. Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento (1805-1862) Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).

¹⁶⁵ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 14 de maio de 1840.

funcionamento, a posse e a legalidade das armações de pesca de baleia no Distrito de Penha do Itapocoroi.¹⁶⁶

O Ato Adicional de 1834 permitiu autonomia tributária para as Províncias, acompanhando um processo que se concretizava desde a abdicação, quando em 1831 foram criadas as Tesourarias Provinciais. A lógica liberal consistia em que era mais fácil para as instâncias provinciais cobrar alguns tributos do que ao governo central. Ao centro basicamente cabiam os impostos alfandegários decorrentes das exportações. Já às Províncias competia a dízima sobre gêneros, a décima urbana e a meia sisa de escravos ladinos. De acordo com Dolhnikoff, os governos das províncias estavam melhores aparelhados com funcionários e colaboradores para efetuar as cobranças nas localidades. O Juiz Municipal, portanto, fazia parte deste aparelhamento das províncias.

167

Outras funções exercidas pelo Juiz Municipal puderam ser apreendidas na documentação. São elas: organizar as constantes faltas de moeda na vila, que dificultavam a liquidez e os “*trocós*”; convocar os membros do Júri quando houvesse processos e a vila recebesse o Juiz de Direito da Comarca para presidir essas reuniões; ajudar a organizar localmente as duas experiências que a área assistiu de imigração europeia (a colônia francesa do Saí e a colônia alemã Dona Francisca); informar ao Presidente as propriedades das irmandades religiosas da vila; coibir a posse de terrenos de marinha; ser vigilante em relação ao corte de madeira; e arbitrar penas, multas e fianças. Desse modo, o cabedal de funções era muito extenso, permitindo o controle de uma série de recursos, o que exigia dos juízes habilidade de circular em dois mundos: o da comunidade e o do Estado, ou seja, era necessário bem servir aos interesses centrais sem ferir sua posição de potentado local.

2.1.2 Os Juízes Municipais e a questão das disputas de terras

O objetivo dessa sessão é discutir as características da jurisdição do Juiz Municipal em relação às querelas de terras ocorridas na vila de São Francisco do Sul no

166

Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 08 de abril de 1833.

167

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007. pp. 156-171.

intervalo de 1842 a 1850. Como apresentado no Quadro II, esses acionamentos foram uma realidade somente após a Reforma do Código do Processo.

Pela ausência de referências no primeiro intervalo, é possível sugerir que seu arbítrio em relação a tais conflitos na vila seja um fenômeno próprio do segundo intervalo.¹⁶⁸ Pode, no entanto, tratar-se de um sub-registro da própria fonte, pois o material analisado é produto de acionamentos feitos pelo Juiz Municipal ao Presidente de Província. Esses documentos pretendem comunicar ao Presidente sobre o andamento da execução das ordens dadas, não tendo um compromisso de informar na íntegra as suas ações.

Algumas das querelas executadas na vila só são hoje conhecidas justamente porque na dinâmica do processo o Presidente da Província era informado a partir de cópias do Livro de Audiências do Juízo Municipal. Para São Francisco do Sul, infelizmente, o livro não foi localizado.

Para se discutir algumas questões relacionadas às disputas de terras, será trabalhado um caso que foi possível observar nos ofícios dos Juízes Municipais para os Presidentes de Província. Essa querela permite algumas percepções sobre a jurisdição do Juiz Municipal e as hierarquias administrativas presentes nesse tipo de disputa.

Trata-se do conflito entre José Caetano Correa – representado por Manoel Tavares Freire - e Antônio Agostinho de Sousa.¹⁶⁹ No dia dez de julho de 1843, o Juiz Municipal João Vicente Nóbrega Dutra escreveu ao Presidente da Província informando-lhe que estava tentando cumprir a incumbência de despejar Sousa das terras onde tinha uma casa com plantação de mandioca e benfeitorias. O Juiz Municipal arbitrou o prazo de um mês para que Sousa saísse das terras. Contudo, o agricultor, que

¹⁶⁸ Márcia Maria Menendes Motta afirma que após a Reforma do Código do Processo em 1841, coube aos Juízes Municipais conduzir e decidir sobre os Processos de Embargo acionados para resolver conflitos de terras, todavia, mesmo na década de 1830, não era claro para as partes e juízes criminais quem deveria conduzir esses processos: se era o Juiz de Paz ou o Juiz Municipal. Essa indefinição tornava o cenário jurídico das disputas de terras ainda mais pantanoso. Ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998. pp. 33-59.

¹⁶⁹ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 10 de julho de 1843.

de acordo com as fontes era pobre e analfabeto, pediu um prazo mais elástico, que lhe desse tempo para colher suas roças de mandioca.

O Juiz Municipal com seu senso de justiça achou por bem sugerir que Sousa saísse no prazo de trinta a sessenta dias, contudo, deveria ser devidamente indenizado pelo seu trabalho nas ditas roças. Mas a proposta do juiz Dutra não foi aceita por Sousa, e, ao que parece, Correa também não concordou com ela. Essa querela se arrastaria por alguns anos.

Em primeiro lugar, vale a pena prestar atenção ao começo desse conflito. Correa, possivelmente por meio de Tavares Freire - seu procurador - havia acionado o Presidente da Província com um requerimento no qual contava a sua versão dos fatos. Possivelmente levou aos olhos do Presidente um requerimento narrando que as terras eram suas e Sousa era um *“intruso”*. Por isso Correa demandava do poder público alguma solução para a manutenção da sua propriedade. Ou seja, Correa e seu procurador não se dirigiram às autoridades locais, mas ao Presidente da Província, chefe do executivo provincial, o que pode sugerir que essa figura fosse de certa relevância dentro dos processos decisórios das causas entre partes que disputavam a propriedade de terras no período estudado. Em segundo lugar, essa prática de Correa nos sugere uma cadeia bastante centralizada de arbitramento, ou seja, o membro da comunidade acionava o poder provincial e esse ordenava aos seus colaboradores na comunidade que executassem a sua resolução.

Desse modo, ao juiz Dutra só coube arbitrar o tempo para o despejo, mas mesmo essa decisão banal não foi capaz de produzir consenso entre as partes. Assim, Dutra se viu obrigado a dirigir-se ao Presidente, pedindo seus conselhos e opinião sobre a querela. Sousa avisou ao juiz Dutra que iria recorrer do prazo junto ao Presidente, pois julgava muito curto o tempo de trinta a sessenta dias para poder colher suas mandiocas. Desse modo, mais uma vez um dos membros da comunidade percebia no Presidente da Província a solução para o seu problema. O juiz Dutra, contudo, argumentava que a lei não permitia uma ampliação tão grande do tempo.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 10 de julho de 1843.

Percebe-se que a autoridade provincial ganhava peso na resolução das contendas, permitindo visualizar um processo de centralização regional do poder. Destaca-se que o arbitramento nesses casos, que teoricamente deveria pertencer ao judiciário, recaía no executivo provincial. Pode-se ler essa situação como mais um indício de persistências da organização de Antigo Regime no século XIX. Conforme Richard Graham, geralmente o Ato Adicional é considerada uma medida descentralizadora, no entanto, ele tendeu a diminuir a autonomia local, ou seja, “*os ricos viam agora o governo provincial como o lugar adequado para exercer seu poder.*”¹⁷¹

Alguns meses depois, o caso começou a dar uma reviravolta. Novamente por ordem do Presidente da Província, o juiz Dutra procedeu a uma série de investigações para saber se as terras que estavam no centro da contenda eram devolutas ou se realmente eram propriedades de Correa. A documentação não é tão explícita, mas sugere que Sousa também acionou o Presidente da Província dando a sua versão dos fatos. Possivelmente foi auxiliado por alguém, pois era analfabeto.¹⁷²

Ao que indicam as fontes, o requerimento de Sousa data de Agosto de 1843, mesmo mês em que o juiz Dutra recebeu a missão de apurar os fatos. Em outubro, Dutra dá retorno ao Presidente da Província sobre suas investigações sobre as terras (se eram de Correa ou devolutas). O Juiz Municipal montou uma comissão de treze membros, liderados pelo Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho, que havia sido Juiz Municipal na década anterior nos anos de 1833 a 1836 e naquele momento era Comandante Militar da Guarda Nacional. Entre os membros da comissão estavam algumas lideranças da vila e principalmente vizinhos e antigos moradores da área disputa por Correa e Sousa.¹⁷³

Pelos depoimentos colhidos e pelo parecer da comissão, o juiz Dutra entendeu que as terras em contenda eram devolutas e não de propriedade de Correa. Apurou também que Correa e Sousa eram amigos, mas que por alguma razão desconhecida se

¹⁷¹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.pp. 73-74.

¹⁷² Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 14 de outubro de 1843.

¹⁷³ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 10 de julho de 1843.

tornaram inimigos, o que levou o primeiro a efetuar a falsa denúncia. Além do mais, foi levantado também pelos depoimentos das testemunhas que Correa havia convidado Sousa a se estabelecer naquelas terras por serem devolutas e, ainda, as medições comprovaram que o lugar onde Sousa possuía suas roças ficava entre a propriedade de Correa e a de Maria Lima.¹⁷⁴ Desse modo, o juiz Dutra concluiu que Sousa ocupava terras devolutas e por já morar e cultivá-las por mais de três anos, tinha direito à posse.

*“Descrevendo quanto V. Ex. se servirá ver que [Il Ipal] das informações que já ditas, sendo-me difícil conceber como José Caetano Correa, se as terras lhe pertenceram, admitia a estabelecer-se nelas Agostinho Antonio de Sousa, sem clausula ou condição, que em qualquer tempo, e por motivo qualquer reconhecerá o direito de senhorio (...)conservando por três anos, ou mais, segundo dizem em plena posse; é muito mais difícil a mesma concepção supondo introduzido o mesmo Sousa contra a vontade de Caetano Correa, sem que, a princípio sofresse a oposição que naturalmente era em casos semelhantes de esperar(...)tendo ouvido e examinado da-me a convicção de que as terras eram mais devolutas do que de domínio particular sem com tudo, deixar em ouvido que tem nelas tal ou qual cultivado Caetano Correa como confessa o mesmo Sousa, V. Ex. porém, a quem tenho a honra de apresentar a exposição resultante das indagações a que procedi e a que momento me fiz por me faltar conhecimento próprio do objeto que as produzia para poder melhor emitir um juízo todo meu que, conjuntas e amplamente poderá satisfazer o encargo que me fora confiado por V. Ex.; tenho por seguro que V. Ex. em sua decisão conferirá justiça a aquela dos contendores que a tiver.”*¹⁷⁵

O juiz Dutra finalizou a questão dizendo que Sousa tinha a posse da terra e Correa era dono de outro lote de terra, vizinho. Mesmo tendo resolvido a questão, achando certo ponto de equilíbrio para o problema, o Juiz Municipal deixava a decisão final para o Presidente de Província. Isso pode ser uma questão retórica, mas confirma a submissão do Juiz Municipal ao Presidente da Província e o peso que o poder provincial possuía na resolução dessas disputas. Não deixa de ser intrigante o envolvimento do chefe do executivo provincial em contendas de terras, fato esse que pode estar relacionado ao caráter leigo dos funcionários da Justiça local. Em alguns casos apresentados pela historiografia, observa-se que muitas disputas chegavam até aos mais altos foros jurídicos, entretanto o executivo pouco participava da resolução dessas

¹⁷⁴ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 10 de julho de 1843.

¹⁷⁵ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 14 de outubro de 1843 mais cinco documentos anexos com os testemunhos.

querelas.¹⁷⁶ Desse modo, percebe-se que o poder executivo ainda mantinha como parte integrante de suas ações a ingerência em questões judiciais e militares.

Sabe-se que alguns meses depois, Correa agrediu Sousa a mais de duas léguas da vila de São Francisco do Sul, em um lugar chamado Itapema, o que resultou em um processo contra ele¹⁷⁷. Além disso, sabe-se também que Sousa negava-se a medir o seu terreno às suas custas, colocando uma série de impedimentos como doença ou constantes viagens à vila de Guaratuba. Mas, no final das contas ele não foi despejado. Ganhou a posse das terras e pôde produzir a sua farinha e vendê-la, ao que tudo indica, na vila de Guaratuba.¹⁷⁸

A querela entre Sousa e Correa permite entrever que Presidentes de Província podiam interferir nas contendas, sendo eles, inclusive, alvos de petições feitas por membros da comunidade. Essa configuração aponta que as autoridades locais nem sempre eram acionadas pela própria comunidade para a resolução de conflitos. Nesse caso em especial, o Juiz Municipal entrou no caso apenas após o pedido do Presidente para que ele cumprisse a sua determinação. Fato esse que corrobora o papel e o peso da Província nas questões locais, reorientando os poderes locais.

É possível que a população local recorresse a autoridades supralocais por entender que os juízes leigos da comunidade poderiam usar de seus poderes para favorecer um ou outro lado. De todo modo, a ação do executivo provincial na resolução das querelas locais é bastante requerida.

Correa, ao acionar primeiramente o Presidente, talvez buscasse que sua vontade fosse atendida sem a abertura de um processo, que fatalmente mostraria que as terras eram devolutas. Entretanto, ele não contava com a reação de Sousa, que usou do mesmo recurso e acionou o Presidente. A autoridade Provincial, naquele momento, não possuía discernimento de quem estava correto, então acionou o Juiz Municipal para proceder com as diligências e resolver a querela.

¹⁷⁶ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Op. Cit.* pp. 33-59.

¹⁷⁷ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 26 de janeiro de 1845.

¹⁷⁸ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 26 de janeiro de 1845.

Não se pode deixar de mencionar que a estrutura desse caso possui algumas similaridades com formas coloniais de resolução de contendas. Buscaram-se, por meio de petições, autoridades supralocais para resolução do conflito. É significativo que essas reminiscências acabavam por reforçar as novas autoridades, como os Presidentes de Província, por exemplo. Além disso, as fronteiras entre as funções judiciárias e administrativas também foram rompidas. Esse caso também reforça que a alçada dos juízes locais era mais dirigida para a resolução de pequenos conflitos entre vizinhos e disputas sobre causas de baixo valor pecuniário, algo parecido com as atribuições dos Juízes Ordinários anteriores a lei de 1828, que reorientou as Câmaras Municipais.

2.2 O processo de escolha dos juízes após 1841

Nas seções anteriores foi afirmado que a Reforma do Código do Processo Criminal previa que os Juízes Municipais deveriam ser escolhidos pelo poder central por meio de nomeações feitas pelo imperador ou seus representantes.

Nos últimos meses de 1845, o Juiz Municipal da época, João Vicente Nóbrega Dutra, elaborou uma lista, a pedido do presidente da Província, com dezoito nomes de “*cidadãos probos e aptos*”¹⁷⁹ a tomarem posse do cargo de Juiz Municipal, de Órfãos e Delegado que entrariam em vacância com a sua saída.

A relação de nomes atendia a um pedido do próprio Presidente que buscava sugestões do atual juiz sobre os homens que poderiam substituí-lo. Essa atitude permite entrever que o processo de nomeação não era tão rígido e centralizado como a lei ordenava. Além disso, ao pedir que o atual juiz indicasse possíveis substitutos, o Presidente demonstrava que suas relações com a autoridade local estavam afinadas e eram pautadas pela confiança. Também sugere uma percepção das autoridades externas à vila de que as elites locais deveriam participar desse processo decisório. Portanto, na prática, não são mais listas tríplexes, mas uma lista com muito mais nomes a partir da

¹⁷⁹ .Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Relação das pessoas que se acham nas circunstâncias de exercerem os cargos de Delegado, Juiz Municipal e de Órfãos no termo desta Vila. Ofício seguramente datado de fins de 1845

qual o Presidente escolheria o Juiz Municipal, Órfãos e Delegado, assim como os suplentes.

Contudo, essa consulta do Presidente ao juiz Dutra com a finalidade de nomear um substituto não é fator suficiente para afirmar que as elites locais possuíam autonomia e grande poder nas escolhas dos ocupantes dos postos. Conforme já visto, o executivo provincial detinha prerrogativas de intervenção arbitral nas querelas locais. Além disso, os Juízes Municipais exerciam funções que tradicionalmente eram atribuídas às Câmaras Municipais, tirando, portanto, atribuições do conjunto da elite local. Ou seja, aparentemente o poder provincial usava o mecanismo de referendar a autoridade de um membro local e acabava, com isso, minando a autoridade da elite em seu conjunto. Portanto, a situação sinaliza para uma negociação entre Presidente e elite local, porém essa se dava de forma desigual, pois o tom dessa relação caminha na direção de mostrar um Presidente que graciosamente consulta o seu colaborador que agia como braço da centralização para reforçar sua autoridade e manter o seu esquema provincial de cooptação de membros não preponderantes no tecido social.

Conforme se observará nos capítulos seguintes, o caso de São Francisco do Sul segue esse caminho. O Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho, que fora Juiz Municipal na década de 1830, deputado da Assembleia Legislativa Provincial nas décadas de 1830 e 1840 e Comandante Militar na década de 1840, acabou sendo cooptado pelo poder provincial para ser a grande liderança local e, nesse processo, acabou por reduzir o poder de outros grupos. Os outros Juízes Municipais não foram tão acionados como padrinhos e observou-se, como se verá logo adiante, que a rede social era bastante conectada sem a participação deles.

O caso de Camacho demonstra que as elites locais ainda eram fundamentais para o Estado, contudo a autoridade dos potentados só se fortalecia na medida em que estavam enfronhados no Estado. Conforme observou Dolhnikoff, isso era possível a uma minoria que conseguia se fazer presente além de seu curral eleitoral. É necessário colocar que esses braços locais da centralização com raízes na Província faziam o jogo do centro com as elites locais, pois as enfraqueciam. Contudo, também construíam suas próprias posições, independentes das diretrizes do Estado.

A partir dos registros de batismo, foi possível fazer um exercício para verificar as relações de compadrio tecidas pelos indivíduos que ocuparam o posto de Juiz Municipal. Conforme Sugere Daniel Santilli,

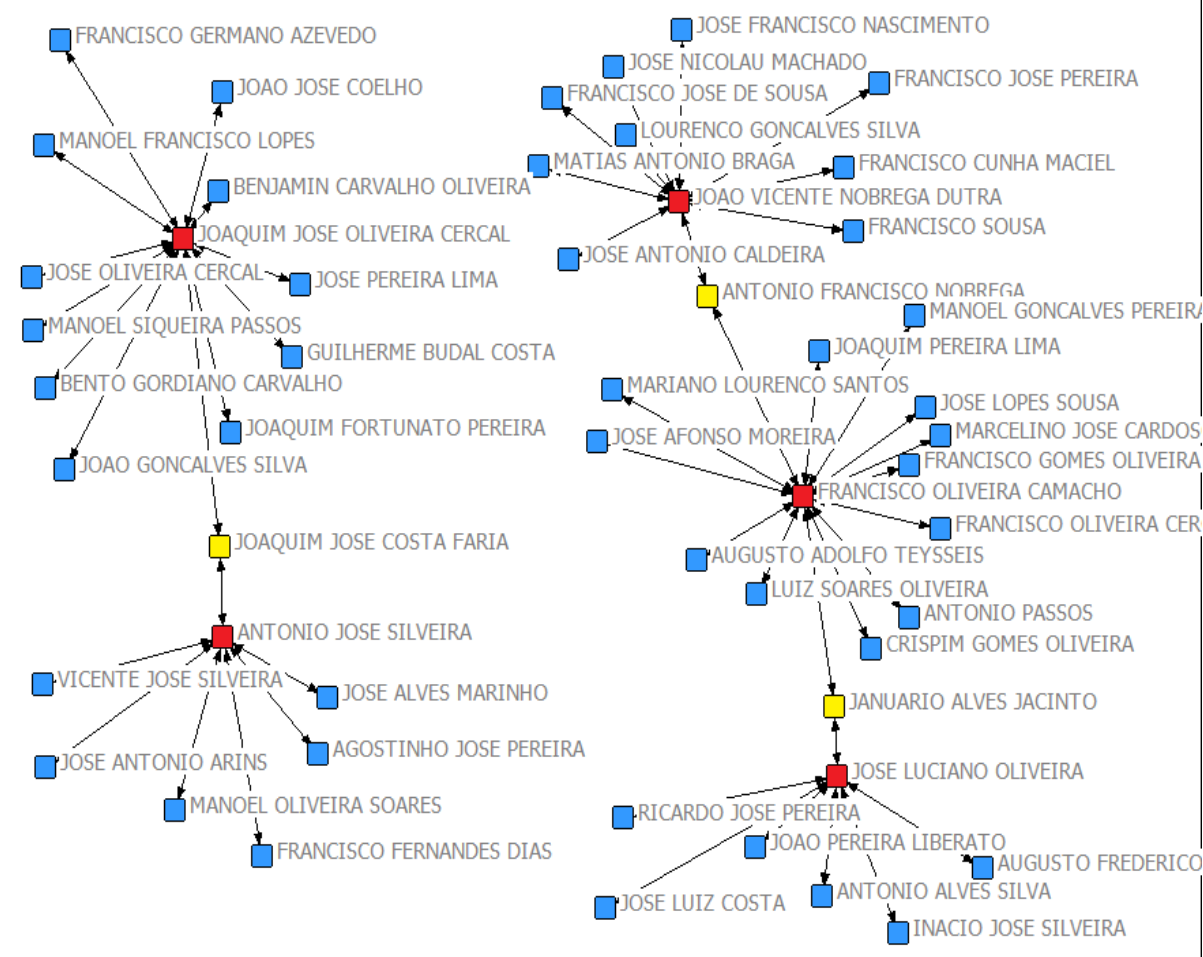
“Se determinada pessoa escolhe outro não familiar como padrinho de seu filho, e por sua vez este aceita, se estabelece uma ligação voluntária entre eles que pode significar um acúmulo de direitos e obrigações entre os compadres. Logo deverá estudar-se se esse compromisso ultrapassava a pia batismal, e, seu caráter voluntário sugere a constituição de redes.”¹⁸⁰

A escolha dos padrinhos, portanto, aponta para o estabelecimento de redes sociais. Adotando esse procedimento, foi elaborado o Diagrama I que representa os compadres dos Juízes Municipais e o Diagrama II que agrega também os compadres dos compadres:

¹⁸⁰ SANTILLI, Daniel. "Representación gráfica de redes sociales. Un método de obtención y un ejemplo histórico". In: Mundo Agrario. Revista de Estudios Rurales. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de la Plata. (n. 6). primeiro semestre de 2003.

DIAGRAMA I

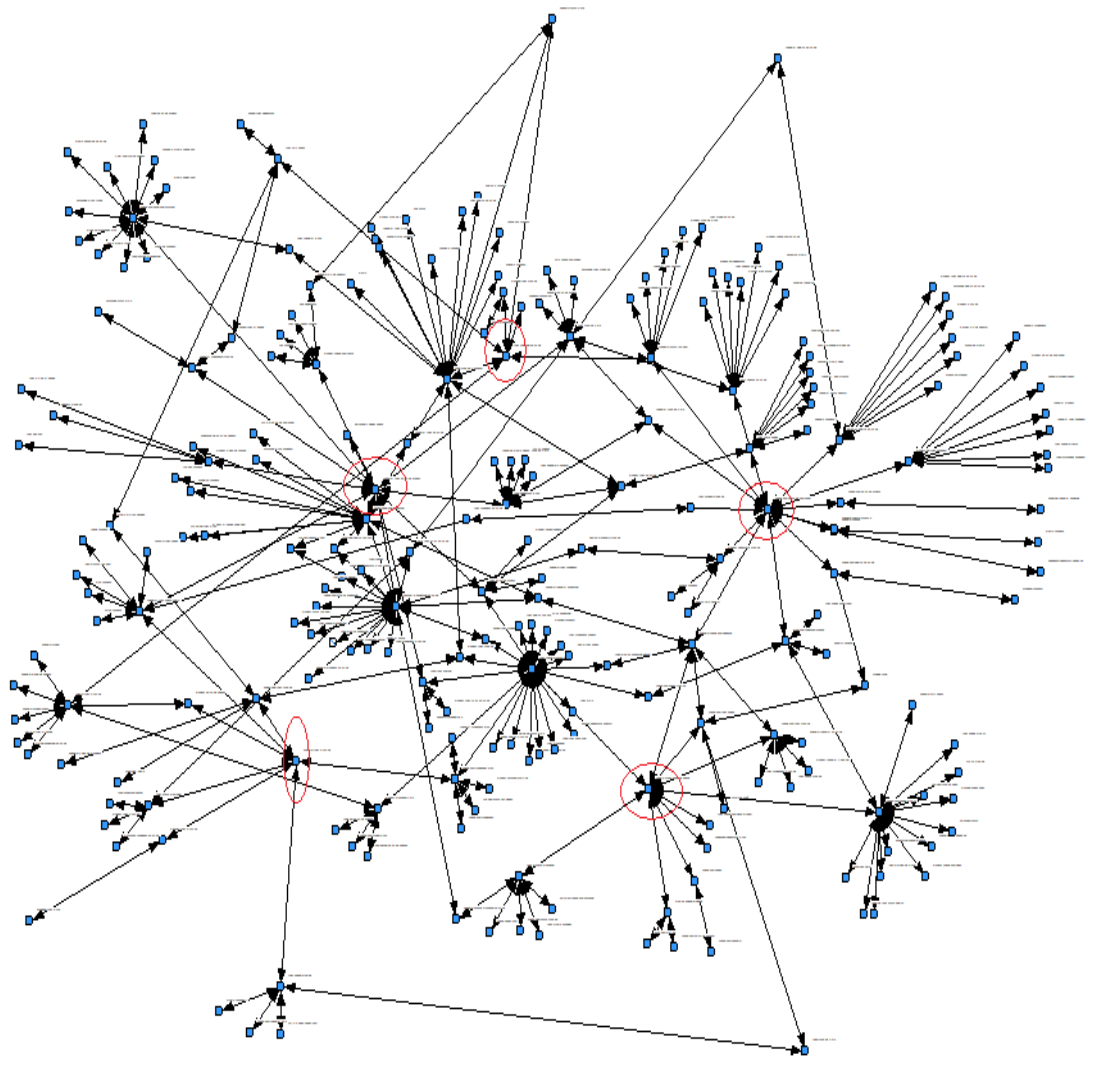
Relações de compadrio dos cinco Juízes Municipais



Fonte: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

DIAGRAMA 2

Relações de compadrio dos Juízes Municipais e dos compadres de seus compadres



Fonte: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850. OBS: os Juízes Municipais encontram-se circundados em cor vermelha.

O Diagrama II foi constituído por duzentos e trinta e quatro indivíduos em uma população de 8 140 habitantes (6 896 livres e 1 244 escravos) que viviam em 1840¹⁸¹

¹⁸¹ Cf: Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinaria do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em www.crl.uchicago.edu

nos distritos de São Francisco do Sul. Uma parcela desses indivíduos pode ser considerada a elite de São Francisco do Sul (proprietários de terras, comerciantes e homens ocupantes de cargos públicos). Existem também indivíduos de camadas mais populares nesse diagrama, pois o compadrio era uma das maneiras de se reforçar alianças assimétricas. Eles podem ser observados nas partes periféricas da figura, normalmente com uma única linha de ligação com a rede.

O que se pretende em um primeiro momento é cruzar os nomes dos indivíduos que estão no Diagrama II com aqueles que figuraram na lista de dezoito nomes elaboradas pelo Juiz Municipal Dutra a pedido do Presidente, com a finalidade de encontrar os novos ocupantes dos cargos locais. A partir desse cruzamento, chega-se ao seguinte quadro:

QUADRO III

Pertencimento dos indicados à Juiz Municipal a rede de compadrio

Nomes sugeridos pelo Juiz Dutra	Está dentro da rede de compadrio?
Manoel Joaquim Bacelar	Não
Bento Gonçalves de Moraes Cordeiro	Não
Jose Fernandes da Silveira	Sim
Antônio Joaquim de Carvalho	Sim
João Pereira Liberato	Sim
Jacinto Fernandes Dias	Não
Jose Antônio Caldeira	Sim
Antônio João Vieira	Não
Bento Gordiano de Carvalho	Sim
Candido Joaquim de Santana	Sim
Antônio Francisco Nóbrega	Sim
Manoel Jose de Oliveira	Sim
Manoel Gomes de Oliveira	Sim

Joaquim Gonçalves da Luz	Não
Joaquim Fernandes Dias	Sim
Joaquim José de Oliveira Cercal	Sim
José Luciano de Oliveira	Sim
Joaquim José Tavares	Sim

Fontes: Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Relação das pessoas que se acham nas circunstâncias de exercerem os cargos de Delegado, Juiz Municipal e de Órfãos no termo desta Vila. Ofício seguramente datado de fins de 1845 e Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

Dos dezoito nomes sugeridos, treze faziam parte da rede de compadres e um dos cinco que não fazia, Jacinto Fernandes Dias, era parente de Joaquim Fernandes Dias que também foi indicado e pertencia à rede. Antônio João Vieira era outro que não estava inserido no diagrama dos compadres. Sabe-se, como se verá no próximo capítulo, que esse era o segundo maior proprietário a batizar crianças escravas, assim como foi Comandante da Guarda Nacional na década de 1840. Era de família fluminense e fazia constantes viagens ao Rio de Janeiro para tratar de seus negócios. Era um indivíduo importante da comunidade, mas figurava muito pouco nos registros batismais.¹⁸² Ele também foi acusado de agredir, quando ainda era chefe da Guarda Nacional, José Zeferino de Azevedo com uma *bofetada* no rosto. O Juiz Municipal Dutra julgou improcedente a queixa de Zeferino, fazendo-o pagar as custas do processo.¹⁸³

Tiago Gil em seu trabalho sobre o bando de Rafael Pinto Bandeira fez um exercício no qual analisa a rede social com a presença das relações de Pinto Bandeira e depois sem a presença do referido indivíduo. O resultado que encontrou foi que Pinto Bandeira era fundamental para a existência do bando, pois estava presente na maioria

¹⁸² Cf: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

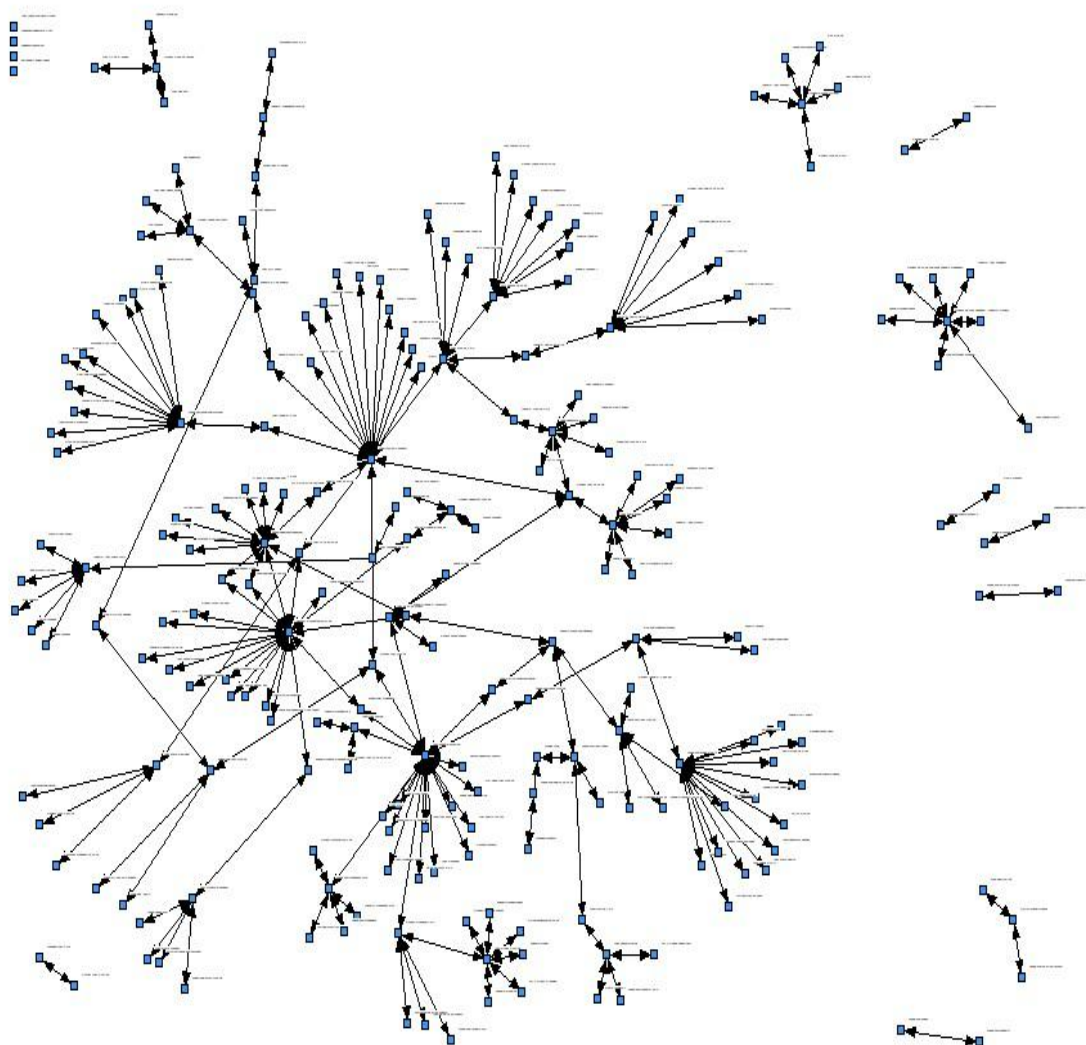
¹⁸³ Cf: Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Processos do Juízo do Delegado (1842-1843).

das relações tecidas entre os membros. Ao tirá-lo, seu diagrama apresentou pequenos grupos isolados que não se conectavam.¹⁸⁴

O mesmo procedimento foi adotado com relação aos Juízes Municipais de São Francisco do Sul. Com base no Diagrama dois, retirou-se todas as relações de compadrio estabelecidas por eles e o resultado pode ser observado no Diagrama III.

DIAGRAMA III

Compadrios sem as relações dos cinco Juízes Municipais



¹⁸⁴

GIL, Tiago Luís. "O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social." In: Iº Colóquio do LAHES - Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social - Textos das Sessões de Comunicações Coordenadas. Universidade Federal de Juiz de Fora: LAHES - UFJF, 2005.

Fonte: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

Pode ser observado que a rede continuava com níveis considerados de conexão mesmo sem a presença dos Juízes Municipais. Vale reforçar que o diagrama foi feito a partir dos compadres e dos compadres dos compadres dos Juízes Municipais e, mesmo assim, pode ser concluído que eles não eram essenciais para o funcionamento da rede. Esse ponto reforça a percepção de que os indivíduos que agiam como comissários do poder provincial e como braços da centralização, possuíam certo desligamento do grosso do tecido social. Esse fato, por sua vez, reforçava o poder provincial na medida em que ele revestia de autoridade legal, membros não preponderantes da elite local que, por sua vez, via o seu poder minado em seu conjunto em função da ascensão de indivíduos secundários.

2.3 hierarquias sociais: cidadania e subordinação no jargão das instituições locais

Recentemente a historiografia vem produzindo alguns estudos de história dos conceitos e ¹⁸⁵ nesses trabalhos são destacados questões relacionadas à semântica através da posição dos termos em seus contextos.

É o caso, por exemplo, do texto de Ivo Coser no qual o autor discute o conceito de federalismo no Brasil no período de 1750 a 1850. Nesse sentido, ele avalia conceitos próximos como o de confederação para a partir das particularidades semânticas de cada um determinar com mais segurança o que os habitantes da América Portuguesa/Brasil entendiam por federalismo. A partir das correspondências oficiais e dos debates parlamentares, o autor estabelece o modo e o significado que diferentes grupos políticos conferiam ao termo. ¹⁸⁶

¹⁸⁵ Cito dois trabalhos: FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de "LatinAmerica" nos Estados Unidos*. Bauru, SP: Edusc, 2005. Ver também: FERES JÚNIOR, João (org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

¹⁸⁶ COSER, Ivo. *Federal/federalismo*. In ____:FERES JUNIOR, João (org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. pp.91-118.

Seguindo a linha desses estudos, o objetivo dessa seção consiste em discutir os termos e jargões utilizados pelos Juízes Municipais e outras autoridades de São Francisco do Sul, para, a partir deles, compreender alguns fragmentos do modo como compreendiam e se relacionavam com a comunidade local.

No ano de 1821, a Câmara de São Francisco do Sul se reuniu para jurar a *Constituição Portuguesa* elaborada pela Corte reunida em Lisboa. Naquela ocasião, foi necessário convocar à Câmara outros setores sociais, além dos edis. Desse modo, o escrivão anotou que se reuniram as *autoridades eclesiásticas, militares, oficiais* [vereadores], *cidadãos, nobreza e povo desta vila*.¹⁸⁷

Percebe-se que não escapou do escrivão produzir uma classificação da população local baseada nos cargos religiosos, patentes militares, cargos públicos e posições sociais. Essa classificação permite entrever uma sociedade com critérios hierárquicos de classificação, sobretudo por colocar separadamente *cidadãos, nobreza e povo*.

Em estudo anterior, foi possível perceber que em São Francisco do Sul, cidadania era considerada uma categoria que englobava um conjunto específico da população: aqueles que participavam de forma ativa das decisões políticas como os eleitores, por exemplo.¹⁸⁸

Com a independência, a Assembleia Constituinte produziu discussões que visavam definir juridicamente quais grupos sociais seriam considerados *cidadãos*. Esse debate apontou para uma diferenciação entre os cidadãos: uma parte era considerada portadora de direitos políticos e outra a parte detentora apenas de direitos civis. Desse modo, a independência reafirmava a desigualdade entre os homens livres por meio de

¹⁸⁷ Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)* Segunda Sessão de julho de 1821. Livro com folhas não numeradas.

¹⁸⁸ Sobre a categoria de cidadão utilizada na vila de São Francisco do Sul na década de 1820 ver: CUNHA, Rogério Pereira da. *Tem esta povoação sofrido “veixames”: A câmara de São Francisco do Sul na década de 1820*. Monografia de Conclusão de Curso: Mimeo DEHIS, 2007. Especialmente capítulo II.

critérios censitários que produziam uma classificação entre os aptos e os não aptos a participarem da política.¹⁸⁹

No *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza* de 1836, o *cidadão* era definido como pessoa “*apta para os cargos municipais*”.¹⁹⁰ Desse modo, ser cidadão significava ter a distinção necessária para ocupar postos. Essa definição aponta também para o seu antônimo que era o não cidadão, o *povo*. Essa categoria representava um grupo não investido dos requisitos básicos para tomar assento nos cargos locais.

Na documentação analisada, não foi observado o uso do termo *cidadão* para designar todo e qualquer indivíduo da vila. Sua aplicação sempre esteve referenciada àqueles que participavam de forma ativa do governo e das instituições estatais localizadas na vila. Na documentação do Juízo Municipal e do Juízo do Delegado, constava “*reunidos na casa do cidadão Juiz Municipal...*” ou “*reunidos na casa do cidadão Delegado de Polícia...*”¹⁹¹.

Na seção acima foi discutido o documento que indicava os possíveis substitutos do Juiz Municipal e Delegado Dutra. Sua lista de dezoito nomes era qualificada como composta de “*cidadãos aptos e probos*”¹⁹² para exercer os cargos.

Portanto, os considerados *cidadãos* ocupavam posições políticas e gozavam de direitos não acessíveis ao conjunto da comunidade. Essa prerrogativa reforça a percepção de que ocupar os postos do judiciário local como juiz leigo era um recurso que produzia e reafirmava as diferenças, garantindo *status* para os indivíduos e grupos

¹⁸⁹ Sobre o termo cidadão e os discursos parlamentares de 1823 ver: SANTOS, Beatriz Catão Cruz e FERREIRA, Bernardo. *Cidadão*. In ____:FERES JUNIOR, João (org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. pp.43-64.

¹⁹⁰ **Apud.** SANTOS, Beatriz Catão Cruz e FERREIRA, Bernardo. *Cidadão*. In ____:FERES JUNIOR, João (org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 44.

¹⁹¹ **Cf.** Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. E: Juízo do Delegado de São Francisco do Sul (1843). Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis.

¹⁹² Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Relação das pessoas que se acham nas circunstâncias de exercerem os cargos de Delegado, Juiz Municipal e de Órfãos no termo desta Vila. Ofício seguramente datado de fins de 1845

que controlassem esses postos. Essa é mais uma faceta do pacto entre Estado e setores da elite local: na medida em que o primeiro produz uma legalização da atuação dos mandões locais, é beneficiado pela colaboração dos potentados que garantiam a ordem e o reconhecimento do poder central como legítimo. Portanto, ser *cidadão* era um privilégio e não um direito. Pertencer a esse grupo significava um reconhecimento tácito por parte do Estado e da comunidade da posição social dos ocupantes desses postos.

No dia 30 de junho de 1838, o Juiz Municipal Antônio José da Silveira escreveu um ofício para o Presidente da Província no qual relatava os acontecimentos recentes da vila. Dizia ele que permaneceu um período em seu sítio, pois o serviço do Juízo Municipal era pouco, e quando foi à vila recebeu pelos correios um ofício do Juiz de Direito da Comarca ordenando a ele e ao Juiz de Paz do Distrito que imputassem a pena de suplício público a um réu, o escravo Garcia.¹⁹³

Vale a pena chamar a atenção para alguns pontos discutidos. Em primeiro lugar, ressalta-se a afirmação de que o cargo de Juiz Municipal lhe dava pouco trabalho. Esse fato pode estar relacionado com o intervalo durante o qual Silveira foi juiz, pois se sabe, conforme ficou demonstrado no Quadro II, que os trabalhos foram mais intensos para os Juízes Municipais após a Reforma do Código do Processo em 1841.

Conforme visto anteriormente, esse aumento de trabalho após a Reforma estava relacionado ao esvaziamento da alçada dos Juízes de Paz e a concentração de atribuições dos cargos escolhidos centralmente como os Juízes Municipais e Delegados. Em certo sentido, Juízes Municipais e Delegados, que no caso de São Francisco do Sul normalmente eram cargos ocupados por um único indivíduo, acabaram por se encarregar de funções que no passado cabiam às Câmaras, sendo essa uma das formas como o processo de centralização a partir das Províncias atingiu os poderes locais.

Outro ponto a se ressaltar consiste no indício do tipo de relação estabelecida com o Juiz de Direito. Houve a emissão de uma ordem de cumprimento de uma sentença de suplício contra o réu. Seu castigo necessitava ser exemplar, pois seu crime

¹⁹³ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 30 de junho de 1838.

foi o assassinato de seu senhor. Para isso, o Juiz de Direito colocava em trabalho colaborativo as duas autoridades policiais da vila: o Juiz de Paz e o Juiz Municipal.

Contudo, o réu evadiu-se da prisão antes de receber a sua pena e produziu alarde na vila, sobretudo nos proprietários que desejavam a punição do acusado a fim de servir de exemplo aos demais escravos da comunidade. O Juiz Municipal aproveitou o espaço do ofício e fez as suas queixas ao Presidente da Província. Dizia ele:

“(...)eu julgo ser falta de subordinação, e o temor da policia é tão público nesta vila que alguns escravos são tão faltos de subordinação que nem aos oficiais de justiças lhe tiram o chapéu na rua e quantas vezes terás sofrido estes insultos por não ter uma Lei que regule este péssimo procedimento, ou esta má educação(...)”¹⁹⁴

O juiz Silveira demonstrava como ele se percebia diante de setores da sociedade. Ela ansiava o respeito e a reverência por sua posição social e posto. Julgava uma afronta e um *insulto* o fato de um escravo não cumprimentá-lo de maneira polida e civilizada. Reclamava, portanto, da falta de um gestual que representasse a distância social que existia entre ele e os escravos.

O que o juiz Silveira queria não era distanciamento dos escravos, mas sim rituais de deferência no qual na proximidade física era necessário demonstrar as distâncias sociais. Esse era um elemento preponderante que anunciava a dominação senhorial ao conjunto da sociedade. O juiz não pretendia com isso reclamar da livre circulação dos escravos ou sugerir que ficassem trancafiados nas fazendas dos seus proprietários, mas que ao circularem pela vila e pelos caminhos manifestassem deferência. Graham sugere que, em troca de deferência e obediência, a classe proprietária buscava se apresentar perante a escravaria como pais atenciosos, porém severos com os escravos.¹⁹⁵ Talvez fosse nesses valores que o juiz Silveira estivesse pensando quando dirigiu sua reclamação ao Presidente da Província.

¹⁹⁴ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 30 de junho de 1838.

¹⁹⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Não foi possível determinar se Silveira possuía escravos, pois não figurou como proprietário de cativos na série de batismos usada nessa pesquisa,¹⁹⁶ porém o fato de possuir um sítio e ter chegado ao posto de Juiz Municipal podem ser indícios de que ele fosse proprietário. Inclusive, foi possível observar, como apontado anteriormente, que Silveira foi acionado pelo Presidente da Província para coibir o tráfico de africanos em São Francisco do Sul na década de 1830, mas argumentou que não lhe fora possível prender possíveis traficantes por não conseguir juntar informações suficientes.¹⁹⁷

Seu ofício demonstra as suas preocupações em manter a ordem e coibir outros crimes como o cometido pelo réu Garcia, pois ele dava como certo que mais assassinatos poderiam acontecer se não fosse tomada alguma medida que amparasse os proprietários. Portanto, ele falava, possivelmente, como proprietário e certamente como agente da lei, pois como *oficial de justiça* não podia aceitar, na qualidade de representante e colaborador do Estado, um *insulto* desses.

A noção de *subordinação* utilizada por Silveira não está relacionada ao cumprimento ou descumprimento das Leis. Ela estava principalmente relacionada às relações pessoais e ao poder personificado pelos juízes e autoridades locais (leia-se proprietários). Vale ressaltar que naquela sociedade pré-capitalista, “*a extorsão do sobre trabalho era resultado das relações de poder e não das relações econômicas*”, ou seja, a suposta *subordinação* dos escravos era fundamental para as relações de produção.¹⁹⁸ Não reprimir a prática de escravos assassinarem os seus proprietários contrariava a lógica social e econômica baseada na apropriação do trabalho escravo e na manutenção da ordem. As autoridades locais, definitivamente, se mobilizaram para resolver essa questão, pois de acordo com Walter Fernando Piazza, que teve acesso às posturas municipais de todas as vilas da Província de Santa Catarina, o Código Municipal de Postura de São Francisco do Sul era o “*mais severo*” com os escravos,

¹⁹⁶ Cf: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

¹⁹⁷ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 13 de fevereiro de 1837.

¹⁹⁸ FRAGOSO, João Luís. *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: _____. LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990. p. 135

prevendo a pena de açoite para quase todas as infrações, inclusive as pequenas, ao contrário dos Códigos das outras vilas.¹⁹⁹

Nesse capítulo foi possível observar que o cargo de Juiz Municipal foi predominantemente ocupado por leigos na vila de São Francisco do Sul e na Província de Santa Catarina. Pelo *déficit* de juízes letrados no Brasil nesse período, possivelmente essa era uma realidade de muitas vilas. Essa maior presença dos leigos, contudo, não deve ser interpretada como produtora de uma justiça desprendida do direito positivo, pois conforme já demonstrado pela historiografia, mesmo os juízes bacharéis com frequência tomavam decisões baseados nos costumes.²⁰⁰ Esse dado apenas reforça que a Província de Santa Catarina não oportunizava muitas carreiras estatais para os bacharéis.

Em São Francisco do Sul verificou-se que tanto fazendeiros como comerciantes ocuparam os postos de Juiz de Paz e Municipal, ao contrário de Curitiba que, como visto no capítulo anterior, assistiu grande quantidade de pedidos de dispensa sugerindo que os cargos da Justiça local não possuíam um apelo tão grande no planalto que era uma região de “*passagem*”. Possivelmente pela necessidade de constantes viagens ou o trato direto com os animais produziam um desestímulo em se assumir esses postos. Em partes, a disposição dos atores francisquenses em aceitarem tais cargos poderia estar ligada ao controle do porto que, sem alfândega, autorizava-lhes a atuarem como fiscais, a controlar o comércio e tirar benefícios em causas próprias.

Foi possível também perceber o caráter administrativo que permeava a relação entre Juízes Municipais e Presidentes de Província. Coube aos juízes uma série de funções, desde convocar reunião dos jurados até proceder ao recrutamento e organizar a Guarda Nacional. As ordens dos Presidentes, com frequência, colocavam as instâncias locais em trabalho colaborativo, exigindo dos ocupantes uma relação de proximidade institucional para agrado dos Presidentes.

¹⁹⁹ PIAZZA, Walter Fernando. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Guarapuvu, 1999. p.70.

²⁰⁰ Lara, Silvia Hunold. *Senhores da régia jurisdição: o particular e o público na vila de São Salvador dos Campos de Goitacases na segunda metade do século XVIII*. In____ LARA, Silvio Hunold&MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.pp. 59-99.

Algumas dessas ordens, sobretudo as relacionadas aos “*recrutamentos forçados*” causavam tensões na comunidade. Era um momento de reafirmação das posições sociais hierárquicas e da aliança entre elite local ocupante de cargos e Estado central que demandava soldados para solucionar seus conflitos internos. Entretanto, ao mesmo tempo em que esses juízes/policiais leigos poderiam representar uma ameaça para alguns setores da comunidade, também poderiam ser a segurança necessária para protegê-la de ataques externos, seja de indígenas ou “*rebeldes*” gaúchos.

Foi possível notar participação que o executivo provincial arbitrava nas querelas envolvendo a posse de terras. Nesse sentido, foi possível verificar um processo de controle do poder provincial que, por meio dos seus colaboradores locais acabava exercendo forte autoridade nesse tipo de disputa.

A Reforma do Código do Processo Criminal estabelecia que os representantes do centro devessem realizar a escolha dos Juízes Municipais, contudo, a lei ao tornar mais robusto o processo de centralização política, não eliminou o poder local, pois os Presidentes consultavam os atuais juízes para obter uma lista de possíveis substitutos. Contudo, essa consulta deve ser lida com cautela, pois ao mesmo tempo em que ela permite entrever o poder local sendo acionado, ela também demonstra que os Presidentes, ao consultar espontaneamente ao juiz, poderia estar aumentando suas possibilidades de barganha e ingerência no nível local.

Ser Juiz Municipal permitia reafirmar socialmente a distinção dos ocupantes, assim como também possibilitava uma aproximação com as autoridades centrais lotadas na Província. Essa relação com os Presidentes - figura mais alta do Estado na Província - revestia os juízes de poder na localidade. Tratava-se de um pacto no qual a autoridade legal concedida por um era retribuída pelo outro com serviços que fortaleciam as instituições no plano local.

Visando qualificar melhor esses juízes e a elite local de São Francisco do Sul, os próximos capítulos buscarão discutir aspectos populacionais da vila e da Província agregados com algumas informações econômicas, assim como fornecer o perfil social dos ocupantes do posto para dimensionar com mais precisão o que representava ser um juiz na localidade.

3. A província de Santa Catarina e sua parte norte: aspectos populacionais na primeira metade do século XIX

Nos dois primeiros capítulos foram analisadas as instituições do judiciário local, com ênfase na sua estrutura, funcionamento e nos atores que ocupavam esses postos. Este e o próximo capítulo buscarão refinar a análise dos ocupantes dos cargos, ou seja, das elites locais que atuavam como colaboradores do poder central na localidade, reforçando suas posições dentro da comunidade e fortificando a legitimidade do Estado.

A noção de elite é pouco precisa e bastante ampla de modo que seu uso encontra-se disseminado nas Ciências Sociais, dado o seu caráter operacional para as pesquisas. Ao contrário das reflexões da primeira metade do século XX, os estudos mais recentes de história das elites possuem um apelo muito mais empírico do que teórico.²⁰¹

Uma das acepções do termo *elite* consiste em ser o designador do grupo social que se encontra na parte superior da hierarquia social com capacidade de controlar e distribuir recursos.²⁰² Nesse sentido, o uso mais recente do termo elite indica uma atenção redobrada para os mecanismos de reiteração, seja pela capacidade de montarem clientelas ou pela pertinência a corporações militares, profissionais ou religiosas.

A continuidade ou ascensão de um indivíduo ou grupo na elite pode ser viabilizada mediante o uso de estratégias que reiteram a posição ou que permitam ganho de status. Elas poderiam ser cotidianas ou de longo prazo, como o treinamento para se tornar padre ou advogado, por exemplo.

Por *estratégia*, entende-se a aquisição de um senso prático, adquirido pela participação no jogo social desde a infância. Essas ações não obedecem a uma racionalidade abstrata, pois as tomadas de posição são sempre desprovidas de um conhecimento global da conjuntura em que os indivíduos estão inseridos. A busca por uma melhor adaptação a um mundo muitas vezes hostil e que se encontrava em

²⁰¹ Sobre um panorama dos estudos de elite no século XX ver: CHARLE, Christophe. *Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea*. In: _____. Por outra história das elites. (Org) HEINZ, Flávio M. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp.19-39.

²⁰² HEINZ, Flávio M. *O historiador e as elites – à guisa de introdução*. In: _____. Por outra história das elites. (Org) HEINZ, Flávio M. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 7-15.

incessante movimento não pode ser captada pelo pesquisador a partir de um viés hiper-racionalizado.²⁰³

A elite que compunha o grupo dos Juízes Municipais conseguia seu acesso ao governo por meio do apoio das clientelas e do seu poder pessoal. Assim, o estudo dessa mesma elite requer que se observem os dados sociais, para além de uma análise dos seus procedimentos nos cargos do Estado. Sendo assim, buscar-se-á expor alguns aspectos econômicos, sociais e demográficos da Província de Santa Catarina, com especial atenção a vila de São Francisco do Sul, pois a observação desses aspectos permite dimensionar o tamanho e o papel daquela elite na vida local, assim como o seu lugar no interior do Império.

Todo o esforço empreendido no trabalho de contextualização econômica, demográfica e social se justifica pelo fato de ele ser uma chave de entrada para o modo como essa elite se representava e era captada pelos outros setores sociais, tanto intra como extra vila. Além do mais, somente os mecanismos endógenos²⁰⁴ de reiteração dessas elites não são suficientes para explicar a sua manutenção naquela posição.

É preciso, portanto, também inserir a localidade e seus grupos dentro do mundo mais amplo das atividades produtivas e sociais tecidas no interior do Império, assim como dimensionar a estrutura social forjada a partir desses elementos.

Os colaboradores locais que ocupavam postos nas instituições não eram funcionários que viviam daquele ofício. Sua reprodução material dependia de outros rendimentos, normalmente relacionados à atividade mercantil e a propriedade de terras e escravos para a produção de alimentos a serem inseridos no mercado de abastecimento. Viu-se no capítulo anterior que os Juízes Municipais estavam ligados a essas atividades.

Sendo assim, seu prestígio social não advinha somente do posto ocupado. E o fato de chegarem a posição de juiz, portanto, era um reflexo da autoridade e status advindo da inserção no tecido social e do poder econômico que possuíam. Desse modo,

²⁰³ BOURDIEU, Pierre. Modos de dominação. Em: BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002. Ver também: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004 pp. 81-82. Ver também: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 27-52.

²⁰⁴ Por mecanismos endógenos entendem-se as relações sociais tecidas no interior da comunidade.

um estudo das instituições locais ocupadas pela elite deve ter em consideração não apenas a dinâmica institucional dos cargos ocupados, mas também os elementos que contribuíram para o acesso a esses cargos. A posição política reforçava o lugar social que, por sua vez, legitimava a ocupação do espaço político.

Em certa medida, pertencer à elite local pressupunha saber caminhar por todas essas esferas (econômica, social e política). Assim, somada aos mecanismos endógenos de reiteração, fazia-se necessária aos membros da elite uma entrada em estruturas mais gerais. Não adiantava apenas usar o compadrio, por exemplo, como um instrumento de reafirmação de alianças e hierarquias locais, desprezando uma inserção no mundo mercantil da produção econômica e da política. A quantidade de convites recebidos para apadrinhar crianças estava ligada ao prestígio dos indivíduos. As estratégias confluíam para um mesmo objetivo: galgar posições e se manter no topo da estrutura social. Para se alcançar essas posições era preciso transitar pelos diversos espaços políticos, sociais e econômicos.

Sendo assim, torna-se necessário dedicar algum espaço para se discutir e expor os aspectos econômicos, sociais e demográficos da vila de São Francisco do Sul e da Província de Santa Catarina, além das atividades políticas relacionadas ao funcionamento dos cargos do judiciário local, como demonstrado nos capítulos anteriores.. Esse esforço tem o objetivo de apresentar os contornos da autoimagem e da percepção que essa elite tinha do seu papel e posição dentro do cenário local e do espaço mais amplo do Império.

3.1 Para além da subsistência: alguns apontamentos sobre a produção de farinha de mandioca na província, seus mercados e a integração mercantil entre as diversas praças no Império

A historiografia tem avançado muito nas últimas décadas nas discussões sobre o mercado de abastecimento em fins do século XVIII e início do XIX. O mercado do Rio de Janeiro tem sido amplamente estudado, no que tange às ações de sua elite mercantil e

as necessidades que aquela área em franco processo de urbanização, sobretudo após a vinda da família real, demandava em termos de mercadorias.²⁰⁵

Desse modo, as investigações caminham na direção de buscar a compreensão sobre como determinados locais se integraram aos mercados, principalmente o fluminense. Nesse sentido, os pesquisadores vêm aprofundando as conexões mercantis entre diferentes capitanias/províncias, as mercadorias que tinham a oferecer ao mercado e como essa relação mercantil permitiu processos de acumulação endógena e arregimentação de elites sociais, com ampla circulação política e econômica nas suas localidades.²⁰⁶

Esse comércio para com o Rio de Janeiro acontecia sobremaneira de duas formas na primeira metade do século XIX: terrestre, por meio das tropas, ou pela via da navegação de cabotagem.²⁰⁷ Assim, o objetivo dessa seção é produzir alguns apontamentos sobre a inserção da Província de Santa Catarina dentro do comércio de cabotagem com a praça do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX e observar aspectos da escravidão na província. Entende-se que esse procedimento permitirá qualificar a elite local de Santa Catarina, sobretudo de São Francisco do Sul, para visualizar de maneira mais clara a posição dos Juízes Municipais.

²⁰⁵ FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.; FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

²⁰⁶ Sobre Minas Gerais ver: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)* São Paulo: Símbolo, 1979.; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Para o Sul ver: GIL, Tiago Luis. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. Tese de doutorado: UFRJ, 2009.; FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins meridionais: família de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)* Tese de doutorado: UFRJ, 2007.

²⁰⁷ Sobre o comércio de cabotagem ver: MARCONDES, Renato Leite. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem* Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE). Sobre o comércio de cabotagem do Rio Grande de São Pedro com o Rio de Janeiro ver: BERUTE, Gabriel Santos. *Vive de seu negócio: o comércio de cabotagem da província do Rio Grande de São Pedro do Sul e seus agentes (1803-1851)*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, vol 10, n. 1 e 2, jan-dez 2008.

Para tanto, serão tomados como base dados populacionais encontrados em mapas de habitantes e registros de batismos além de informações sobre a produção e comercialização dos gêneros produzidos no *país*, principalmente a farinha de mandioca.

No Brasil do século XIX, nos anos de 1819 e 1872, a população livre era de 69% e 84% respectivamente. Esses dados demonstram que por mais que a estrutura produtiva fosse dependente da escravidão, havia grande contingente de trabalhadores livres não-assalariados que constituíam outras formas de mão de obra além da escravista. Ou seja, a produção era pautada por diferentes arranjos de trabalho, de modo que o modelo da *plantation* escravista e exportadora não é suficiente para explicar a economia do Brasil do século XIX. A Província com o maior contingente escravo – Minas Gerais – estava fundamentalmente ligada ao mercado de abastecimento. Do mesmo modo, no Sudeste cultivador de café, 60% da população escrava estava localizada em áreas que não eram ligadas a exportação, mas sim a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno.²⁰⁸

Sendo assim, adotando a quantidade de escravos como um elemento capaz de apontar para processos de acumulação, percebe-se que o peso do mercado de consumo interno não pode ser desprezado. O Brasil não pode ser simplificado pela *plantation*, ainda mais que no século XIX o crescimento das receitas da produção ligada ao comércio de abastecimento foi superior as receitas da exportação, apontando para as possibilidades de acumulação dos produtores e comerciantes ligados ao mercado interno.²⁰⁹

Dessa maneira, ao passo que a região Sudeste dedicava parte da sua estrutura produtiva para a exportação e assistia um razoável crescimento populacional, outras regiões se integravam àquele mercado. O Sul, principalmente o Rio Grande de São Pedro, era importante produtor de gado e em fins do século XVIII começou a produzir o

²⁰⁸ Para se ter um panorama economia brasileira no século XIX, sobretudo no que diz respeito ao mercado interno, ver: FRAGOSO, João Luís. *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: _____. LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990. pp. 131-176. Os dados desse parágrafo também foram retirados desse texto.

²⁰⁹ FRAGOSO, João Luís. *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: _____. LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990. pp. 131-176.

charque, importante elemento da dieta dos escravos.²¹⁰ Por sua vez, a Província de Santa Catarina, sobretudo na sua faixa litorânea, extraía madeira, produzia arroz e farinha de mandioca. Essa última, além de ser a mercadoria de maior volume em exportações, era também o principal alimento da dieta americana.²¹¹

A elite de que trata esse trabalho se dedicava principalmente à produção e negociação da farinha de mandioca. Nesse sentido, nas próximas páginas serão esboçados alguns dados concernentes a esse mercado e a inserção dessa elite no mesmo com o objetivo de estabelecer o seu perfil, tamanho, a percepção que tinha de si mesma, seu lugar na localidade e na conjuntura mais geral do Império.

3.1.1 Farinha de mandioca: o pão da terra.

As grandes fazendas brasileiras com produção voltada para a exportação “se alimentavam do próprio espaço colonial” em uma dinâmica na qual “a reiteração da agroexportação gera(va) complexos mercantis ligados ao abastecimento”.²¹² Desse modo, o aumento na oferta de víveres possibilitou a aceleração e ampliação da produção voltada para a exportação. Portanto, é difícil, ou melhor, frágil, pensar esses dois mercados como não concatenados.

O fato é que as atividades agroexportadoras do Brasil tiveram como resultado não só o surgimento de uma elite mercantil-senhorial exportadora, mas também a ascensão de potentados locais que, no mercado de abastecimento, encontraram a possibilidade de ficar com uma fatia considerável dos dividendos, fortalecendo o mercado interno e permitindo processos de acumulação endógena.²¹³

²¹⁰ GIL, Tiago Luis. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. Tese de doutorado: UFRJ, 2009. Ver também: FRAGOSO, João Luís. *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: _____. LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990. pp. 131-176.

²¹¹ Para uma visão geral do papel da farinha de mandioca no Brasil dos séculos XVIII e XIX ver: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001. Especialmente capítulo 3.

²¹² FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 109.

²¹³ FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. pp. 119-151. Ver também: FRAGOSO, João Luís. *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*.

Para a realidade da Província de Santa Catarina na primeira metade do século XIX, a farinha de mandioca foi a mercadoria mais disseminada na faixa praiana. De uma maneira geral, o plantio da mandioca foi uma realidade de muitas áreas litorâneas, já que a terra mais arenosa se mostrou propícia para o cultivo. Além disso, seu plantio oferecia algumas facilidades se comparado com outras culturas. As plantações de mandioca “(...) *não demandavam grandes cuidados, eram de fácil trato a todo e qualquer lavrador que encontrasse um quinhão de terra para com ela trabalhar*”.²¹⁴

Hebe Mattos chama a atenção para o tempo necessário no amadurecimento da mandioca, que varia de oito a dezoito meses, sendo que após esse processo de maturação ela pode ficar armazenada no solo, sem se danificar, por até dois anos. Essas características garantem ao produtor certa flexibilidade na escolha da época das colheitas de acordo com as necessidades momentâneas.²¹⁵

Bert Barickman argumenta que os produtores de farinha de mandioca do litoral baiano dificilmente devem ser vistos como agricultores escravistas, mas também não podem ser qualificados como trabalhadores de uma lavoura camponesa. Todo e qualquer indivíduo poderia cultivar mandioca e, normalmente contaria com um número reduzido de escravos e uma propriedade pequena.²¹⁶ Desse modo, qualquer tentativa de classificar um cenário tão complexo pode incorrer em falha na interpretação de uma realidade muito mais ampla do que a simples dicotomia escravistas/camponeses.

Com acesso a uma parcela pequena de escravos – se comparado com os setores exportadores -, os arranjos de trabalho foram múltiplos e variados criando um grande *mosaico de formas não-capitalistas de produção*.²¹⁷ O menor acesso a escravos pode ter criado condições peculiares naquelas localidades: o acesso à mão de obra poderia reforçar a demanda de estabelecimento de clientelas, ou seja, aos proprietários de terras, sejam essas pequenas ou grandes porções, cabia diversificar suas estratégias locais com

In: _____. LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990. pp. 131-176.

²¹⁴ LEANDRO, José Augusto. “A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007. p. 264

²¹⁵ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo; Brasiliense, 1987. p. 84.

²¹⁶ BARICKMAN, B. T. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 248-252.

²¹⁷ FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. pp. 144-147.

o objetivo de criar mecanismos de apropriação do sobretrabalho de pobres livres, conjugando-o com a mão-de-obra de pequenas escravarias e da sua própria família.

Ao nos depararmos com a realidade da Província de Santa Catarina, é possível perceber diferenças fundamentais em relação à Bahia estudada por Bert Barickman. Um primeiro ponto que merece atenção reside no fato de que o Recôncavo possuía um complexo exportador que se apresentava como mercado potencial para a produção local de farinha de mandioca. Nesse sentido, o escoamento, o transporte da produção e sua chegada ao mercado eram muito dinâmicos e não necessariamente necessitavam de barcos de grande porte para o seu transporte. Já Santa Catarina, apesar de ter uma relativa comunicação comercial intraprovincial, essa se dava de maneira bem mais tímida se comparada com a Bahia. Desse modo, o grosso da farinha produzida na província mais ao sul era dirigido para as outras províncias ou para o comércio internacional. Essa dinâmica pode ser observada no Quadro IV abaixo:

QUADRO IV

Quantidade (em alqueires) de farinha embarcada nos principais portos que negociavam a mercadoria por ano financeiro - 1845-1849. (Legendas: 1- venda de farinha para o exterior; 2- venda de farinha para outras Províncias do Brasil)

		1845-1846	1846-1847	1847-1848	1848-1849
Rio de Janeiro	1	25 202	37 347	49 147	61 043
	2	32 953	113 359	12 429	5 592
Santa Catarina	1	27 701	31 663	33 411	21 088
	2	13 397	48 119	-	6 135
Pernambuco	1	412	1 331	747	375
	2	90 760	38 670	13 229	103
Maranhão	1	258	3 806	2 176	6 513
	2	49 818	58 124	-	3
Ceara *	1	-	-	-	-
	2	175 572	-	-	-
São Paulo**	1	4 879	3 203	3 619	7 610
	2	12 296	6 417	-	2 081
Bahia	1	1 211	1 984	2 726	9 299
	2	7 007	-	04	98

Fonte: *Documentos estatísticos sobre o comércio do Império do Brasil nos anos de 1845 a 1849*. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1853. (disponível em www.memoria.nemesis.org.br)

*: Soma das movimentações dos portos de Fortaleza e Aracaty.

** : Soma das movimentações dos portos de Santos e Paranaguá.

Pelo Quadro IV é possível observar que as comercializações de farinha por parte do porto da Bahia com outras províncias e países ficavam bastante restritas. Esse

cenário pode ser interpretado como a configuração de um mercado provincial aquecido para a mercadoria, sendo este um forte consumidor da farinha de mandioca produzida localmente. Barickman afirma que *“muitas vezes, nem toda a produção [baiana] era capaz de suprir a demanda, e a Bahia precisava importar farinha do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santa Catarina”*.²¹⁸

Vale a pena chamar a atenção para os grandes volumes apresentados pelos portos do Nordeste, principalmente o do Ceará e Maranhão. Contudo, os dados apresentam muitas lacunas. Dentro do Centro-Sul, o porto do Rio de Janeiro era o que mais negociava farinha – como era de se esperar pelo seu caráter de redistribuidor de mercadorias. Todavia, Santa Catarina também registrava o controle de uma fatia considerável do mercado. Aqui se deve chamar a atenção para um dado importante: o porto de Santa Catarina nada mais é do que o porto da capital Desterro. Além desse, a província possuía outros dois portos: Laguna, localizada mais ao sul próximo ao Rio Grande de São Pedro, e São Francisco do Sul mais ao norte, vizinho de São Paulo. Esses dois portos não possuíam alfândega, apenas ‘Mesas de Rendas’. Os dados do Quadro IV para Santa Catarina, portanto, não agregam os volumes exportados por São Francisco do Sul e Laguna.

Dessa maneira, também é interessante, apenas em caráter especulativo, fazer uma sugestão sobre o comércio da farinha apresentado pelo Quadro IV. É possível que uma parte da farinha enviada para fora do Império pudesse estar envolvida com o tráfico de escravos. Segundo Bairoch,²¹⁹ como os gêneros básicos têm baixo valor por unidade de volume, teriam que esperar por uma redução muito grande nos custos de transporte transoceânico, o que, segundo ele, só foi uma realidade por volta das décadas de 1870-80. Essa percepção vai ao encontro da síntese de North sobre a questão dos fretes e do aumento do tamanho dos navios em virtude da necessidade de uma maior segurança. Isso também teria acontecido vagarosamente durante o século XIX, mostrando efeitos alargados apenas na segunda metade do século.²²⁰ Havia, é verdade, casos de transporte transoceânico de alimentos básicos, sobretudo grãos, mas estes respondiam,

²¹⁸ BARICKMAN, B. T. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 132.

²¹⁹ BAIROCH, Paul. “Agriculture and the Industrial Revolution, 1700-1914.” In: _____. CIPOLLA, Carlo M. (ed.). The Fontana Economic History of Europe. The Industrial Revolution. Londres: Fontana Books, 1973, p. 479.

²²⁰ NORTH, Douglass C. Ocean Freight Rates and Economic Development, 1750-1913. In: The Journal of Economic History, 18, 4, 1958, 537-555

essencialmente, à demanda americana e às recorrentes crises agrárias na Península Ibérica, ou então à movimentação de soldados em conflitos armados.²²¹

De acordo com as estimativas de Eltis,²²² pouco mais de 70 mil escravos desembarcaram por ano na década de 1840, o que permite estabelecer uma razão de pouco mais de um alqueire de farinha exportado para cada cativo importado. Essa era a quantia mais ou menos necessária para alimentá-los durante a travessia. Contudo, tudo isso é puro exercício detetivesco, pois o material aqui utilizado não estabelece uma conexão nítida no caminho de associar a farinha vendida para fora do Brasil com a farinha utilizada para alimentar os cativos na travessia.

Na mesma direção, o Quadro IV aponta para um aspecto pouco abordado pela historiografia: o do mercado consumidor de farinha fora do Brasil. Esse consumo do exterior era de porte razoável, porém, muito menor do que os volumes comercializados entre as províncias, entretanto, este merece alguma atenção, principalmente porque era majoritariamente atendido pelos portos do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Com base nisso, temos que o Quadro V contribui para dimensionar o tamanho dessa exportação e os locais fora do Brasil que a consumiam.

QUADRO V

Principais compradores da Farinha de mandioca brasileira (ano financeiro de 1841-1842)

País	Quantidade em alqueires
Estados do Rio da Prata	61 796
Portugal	30 808
Portos do Pacífico	2 190

Fonte: *Collecção dos mappas estatísticos do commercio e navegação do império do Brasil exercido por meio d'importação, exportação, reexportação e baldeação, sob a inspecção e fiscalisação das alfândegas e mesas de consulado do ano financeiro de 1841-1842*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848. (disponível em www.memoria.nemesis.org.br)

²²¹ LISS, Peggy K. Los imperiostransatlanticos. Las redes del comercio y de las revoluciones de Independencia. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 303

²²² Dados disponíveis em: www.slavevoyages.org

Desse total exportado para os Estados do Rio da Prata, o Rio de Janeiro foi responsável por 34 494 alqueires e o porto de Desterro exportou 23 704 alqueires. Portanto, juntos, os dois portos foram responsáveis por mais de 90% da farinha vendida para os Estados do Rio da Prata. Em relação a Portugal e os portos do pacífico, Desterro não participa com nenhum alqueire cabendo ao Rio de Janeiro enviar para o primeiro 22550 alqueires e, para o segundo, um total de 1 059 alqueires.

Outros países como Grã-Bretanha, Bélgica, Estados Unidos, Espanha e até a China consumiam farinha brasileira, entretanto os volumes negociados com esses locais eram bastante reduzidos. É possível que o consumo desses países esteja vinculado ao reabastecimento de gêneros básicos para alimentar a tripulação das embarcações que passavam pelos portos brasileiros. A julgar pelo Quadro V, os Estados do Rio da Prata e as possessões portuguesas foram os maiores consumidores da mercadoria fora do Brasil. No entanto, como sugerido no parágrafo anterior, partes desse consumo podem estar relacionados ao tráfico de escravos.

Assim sendo, pelo tamanho dos volumes encontrados nos Quadros IV e V, é possível caracterizar a província de Santa Catarina como uma das principais fornecedoras da mercadoria na primeira metade do século XIX.

Assim, olhando um pouco mais de perto a Província sulina, encontram-se indícios que permitem especificar com mais segurança a dinâmica comercial intraprovincial da farinha. É necessário, porém, cautela ao se pensar os três portos da área, pois existem elementos que os diferenciavam. Em primeiro lugar, a situação de *ausência/existência* de Alfândegas, que pelo menos até a década de 1850, parece ter sido exclusividade da capital Desterro, cabendo a Laguna e São Francisco do Sul a existência de Mesas de Rendas a partir de fins da década de 1830. A sugestão que fica tanto para Desterro e sua alfândega, como para Laguna e São Francisco do Sul com suas respectivas Mesas é a de que o descaminho e o contrabando foram elementos constantes nessa prática comercial.

Desterro, por características naturais do seu porto, possuía na ilha pelo menos três trapiches devido à baixa profundidade de áreas próximas ao porto – no local chamado Tabuleiro²²³ – o que forçava embarcações maiores a carregar e descarregar

²²³ CESCO, Susana. Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na ilha de Santa Catarina no século XIX. Tese de Doutorado, UFRJ, 2009.

fora do porto. As manobras forçadas pela geografia local podem ter permitido uma movimentação de mercadorias sem a cobrança dos devidos impostos, dada a distância física da sede e dos funcionários da Alfândega.

Em São Francisco do Sul, os indícios de descaminho são ainda mais fortes. Em vereação do mês de junho de 1833, os edis discutiram as constantes entradas na vila de mercadorias molhadas pela Barra do Araquari, sem pagar os devidos *direitos*.²²⁴ A Barra do Araquari era a entrada mais ao sul para a Baía da Babitonga. A entrada para a área do porto acontecia pela barra mais ao norte por ser mais larga. Todavia, como nos indiciam os vereadores Antônio Carvalho Bueno, Antônio de Oliveira Cercal, Ignácio José de Sousa e Joaquim Fermiano de Oliveira, mercadorias entravam na década de 1830 sem necessariamente desembarcar pelo porto e sem pagar os impostos da câmara.

Outro indício sobre o descaminho em São Francisco do Sul pode ser localizado no relatório do Presidente da Província no ano de 1840. Dizia o Presidente Francisco José de Souza Soares D'Andrea:

*“No Rio de São Francisco está em uso deixarem-se entrar pelos rios as embarcações costeiras a comprarem dos lavradores os gêneros que pretendem carregar e voltando carregadas á Vila, dão ao Manifesto o que lhes parece e é disto que pagam os direitos estabelecidos. Para meu desengano escolhi um gênero, em que fizesse os meus exames, e foi a farinha de mandioca, por ser o principal produto da terra. Segundo a conta que ali me deu a Coletoria, dos três últimos anos financeiros, exportaram-se em cada ano, termo médio, 33:487 alqueires de farinha; mas, fazendo a conta aos navios despachados em cada ano, e supondo a sua tonelagem muito inferior ao que de ordinário tem tais embarcações, deviam elas ter carregado em cada ano 74:000 alqueires; donde se pode concluir sem muito erro que mais da metade da farinha não paga direitos e que o mesmo deve acontecer com todos os outros gêneros. Convém por termo a este abuso, proibindo muito expressamente que os gêneros de lavoura sejam procurados no interior do município pelas mesmas embarcações que hão de conduzir barra fora.”*²²⁵

Esse depoimento permite perceber em partes os mecanismos utilizados para burlar as tributações. A sugestão caminha na direção de indicar que a documentação sobre o comércio da farinha, em termos de volume, produz um sub-registro, pois os

²²⁴ Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Atas da Câmara Municipal de São Francisco do Sul (1821-1836)*. Ata de vereação da 5ª Sessão Ordinária de 8 de junho de 1833.

²²⁵ Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinaria do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1840. p. 40. disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/927/index.html>

mecanismos para lograr as cobranças dos *direitos* eram acessíveis a produtores e comerciantes. Não se pode deixar de mencionar que, conforme observado no capítulo anterior, o controle sobre o porto cabia ao Juiz Municipal. Desse modo, entende-se que havia pressão do governo provincial para um maior controle e arrecadação dos impostos, no entanto, possivelmente os interesses privados acabavam se sobrepondo as demandas do Estado.

Esses dados, somados às observações de José Augusto Leandro de que os Juízes Municipais de Paranaguá usavam seu posto para facilitar o tráfico ilegal de escravos e a análise empreendida no capítulo anterior, permitem observar evidências de que o cargo atendia às demandas estatais, sendo um instrumento de centralização política a partir do governo provincial. Entretanto, também permite observar que os cargos eram um caminho para atitudes patrimoniais, ou seja, seus ocupantes não estavam apenas preocupados com as demandas do Estado, pois eles também utilizavam os recursos disponíveis para atender aos seus próprios anseios.

Outro ponto a se destacar no excerto encontra-se na insinuação de que as Mesas de Rendas e seus Coletores possuíam mecanismos pouco eficientes para controlar o comércio e cobrar tributos. Além disso, a maioria dos funcionários das Mesas, os chamados Coletores, eram indivíduos da própria vila que possivelmente estavam inseridos em redes sociais acionadas nos momentos de pagar ou burlar os mecanismos tributários frágeis da primeira metade do século XIX. Algo característico de um Estado em formação que ainda estava em busca de uma maior racionalidade tributária e não possuía um quadro de funcionários devidamente recrutado e remunerado, dando margem para que esses colaboradores atendessem seus interesses pessoais.

Sendo assim, a fala do Presidente permite discutir outro fator, que está relacionado ao tamanho da produção de farinha de mandioca da vila de São Francisco do Sul. Pelos dados oficiais, a vila atingiu uma média anual superior aos 33 mil alqueires de farinha exportados no triênio de 1837 a 1839, podendo, de acordo com o Presidente, chegar a uma média anual de 74 mil alqueires. São volumes expressivos quando comparados com os Quadros IV e V, principalmente por se tratar de uma vila de dimensões modestas. Esse dado permite concluir que, em termos regionais, a produção de São Francisco do Sul não poderia ser desprezada. Por mais que se trate de uma mercadoria de baixo valor por unidade, ela seria capaz de gerar tributos para o Estado Provincial. Por essa razão percebe-se a pressão do Presidente que, ao comunicar o

legislativo provincial, esperava melhorar a fiscalização sobre a atividade mercantil da vila.

De acordo com a historiadora Laura Hübener que trabalhou com os dados da segunda metade do século XIX, a vila de São Francisco do Sul, por estar mais ao norte da Província, estabeleceu uma comunicação mais direta com a praça mercantil do Rio de Janeiro. De acordo com as informações levantadas pela pesquisadora, chega-se ao seguinte quadro, no que tange aos principais destinos das mercadorias exportadas por São Francisco do Sul:

QUADRO VI

Principais destinos das mercadorias exportadas por São Francisco do Sul (1849-1850)

Portos	Porcentagem
Rio de Janeiro	84,35
Rio Grande do Sul	6,33
Pernambuco	4,37
Santos	2,00
Paranaguá	1,35
São Sebastião	0,22
Portos da Província	1,38

Fonte: HÜBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora UFSC, 1981. p. 32.

Esses dados corroboram a ligação da elite mercantil de São Francisco do Sul com o porto do Rio de Janeiro e, conforme visto no capítulo anterior, uma parcela dos indivíduos que atuaram como Juízes Municipais eram comerciantes ou possuíam ligações com os grupos mercantis. Desse modo, se por um lado houve esforços do governo provincial para subordinar a elite de São Francisco do Sul no seu conjunto via Juízes Municipais, por outro, se percebe que economicamente a vila pouco dependia da capital Desterro, ou seja, ao passo que a ligação com Desterro garantia o mando político, a ligação com o Rio de Janeiro permitia os processos de acumulação, mesmo que limitados pelo tipo de mercadoria que ofereciam.

Já o porto de Desterro possuía mercados consumidores mais diluídos. Para o quinquênio de 1850 a 1854, Desterro tinha quatro grandes compradores da sua farinha: O Rio Grande do Sul comprou aproximadamente 28% do volume exportado, o Rio de Janeiro veio na sequência com 25%, seguido de perto pelos Estados do Rio da Prata com 22%. Por último a província de Pernambuco comprou cerca de 14% da mercadoria negociada pelo porto de Desterro. Os outros 11% ficaram dissolvidos pela venda a vários outros portos.²²⁶

A julgar pelos dados levantados por Hübener para a segunda metade do século XIX, o contato comercial intraprovincial entre os portos de Laguna e Desterro eram bastante intensos, ao contrário de São Francisco do Sul que, como se pode observar no Quadro VI, praticou um intercâmbio comercial mais tímido com Desterro e mais robusto com o Rio de Janeiro. Ao menos é isso que os dados oficiais permitem entrever, pois como demonstrado, as práticas comerciais não eram restritas ao espaço físico dos portos. Possivelmente os percentuais apresentados no Quadro VI, no que tange ao comércio com os portos da província e até mesmo com Paranaguá e Santos, não dão conta de uma realidade bem mais intrincada, na qual pequenas embarcações iam e vinham sem o menor controle dos meios estatais.

A partir desses dados que demonstram o alto grau de conexão entre a farinha de São Francisco do Sul e o porto do Rio de Janeiro cabe algumas questões: que tipo de conexões mercantis foram estabelecidas entre os produtores e comerciantes de São Francisco do Sul e os comerciantes do Rio de Janeiro? Houve mecanismos de redistribuição da farinha produzida em São Francisco do Sul via reexportação pelo porto do Rio de Janeiro? A relação entre Rio de Janeiro e São Francisco do Sul foi pautada na lógica *Adiantamento/Endividamento*?²²⁷ Como funcionavam os mecanismos de crédito? Em uma área que parece ter se especializado em produzir farinha de mandioca para atender ao mercado consumidor das outras províncias – leia-se Rio de Janeiro –, como foram as relações de trabalho? Com que peças foi montado o mosaico francisquense e

²²⁶ HÜBENER, Laura Machado. O comércio da cidade de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora UFSC, 1981. p. 29.

²²⁷ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 203-219.

catarinense, amplamente inseridos em um mercado de produção extensiva de gêneros básicos para a dieta alimentar da América?

É possível enxergar ainda mais diferenças entre a dinâmica da produção da farinha no litoral catarinense com o modo como se processou na Bahia estudada por Barickman. O mosaico baiano de produção de farinha de mandioca, no que diz respeito ao uso da mão de obra escrava, é pouco elucidado por Barickman, devido às dificuldades encontradas nas suas fontes. Contudo, alguns dados que o autor traz permitem traçar novas comparações entre Santa Catarina e Bahia, no que aludem aos modos de utilização desse tipo de mão de obra. Ao olhar para os municípios de Taperoá, Nazaré e Maragogipe (a partir de um censo de 1788 e inventários das décadas de 1840 e 1850), Barickman chegou a taxas de razão de sexo escrava de 118 para Taperoá e 108 para Nazaré e Maragogipe. Desse modo, o autor confirma que nessas áreas produtoras, quase que exclusivamente de farinha de mandioca, o desequilíbrio sexual não era tão acentuado. Além disso, o percentual de escravos africanos nesse mesmo período ficava na casa dos 22%, ou seja, relativamente baixo se comparado aos municípios mais dedicados as culturas de exportação. O autor levanta a hipótese de que talvez os produtores de farinha, quando recorriam ao tráfico, buscavam mais as mulheres africanas devido aos preços serem mais acessíveis.²²⁸ Além disso, o trabalho feminino dentro dos engenhos de farinha era bastante requisitado nas etapas de descascar a mandioca e separar os farelos após o processo de torra.

Entretanto, o equilíbrio sexual encontrado por Barickman para a Bahia, especificamente nos municípios dedicados a produção de farinha de mandioca, não é verificada em São Francisco do Sul e na faixa litorânea da Província de Santa Catarina, como indica o quadro a seguir:

²²⁸ BARICKMAN, B. T. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 254-255.

QUADRO VII

Razão de sexo e números absolutos da população escrava por município da capitania/província de Santa Catarina e mapa da população livre e escrava em porcentagem

Município	População escrava					
	1796	1805	1810	1840	1855	1857
Desterro	2271	3201	3700	4336	3692	3978
São José	412	485	566	2252	2442	2831
São Miguel	788	897	927	1371	1404	1506
Laguna	953	1262	1377	2299	2997	3365
São Francisco	767	872	623*	1244	1344**	2736
Lages	-	-	-	290	1077	1195
Total	5191	6717	7193	11792	12956	15611
Razão de sexo escrava						
	1796	1805	1810	1840	1855	1857
Desterro	190	199	182	142	112	109
São José	212	267	179	152	152	170
São Miguel	375	283	208	174	163	161
Laguna	176	144	181	122	130	133
São Francisco	125	130	147	131	134	133
Lages	-	-	-	79	89	104
Média da Província	194	188	181	140	128	132

Mapa da população livre em números absolutos

	1796	1805	1810	1840	1855
Desterro*	7 980	8 777	10 300	15 032	18 547
São José	1 679	2 111	2 231	8 194	10 420

São Miguel	1 970	2 601	2 634	5 829	10 772
Laguna	3 359	4 422	5 006	10 502	19 918
São Francisco	3 686	4 421	4 165**	6 896	13 523***
Lages	-	-	-	2 423	4 756
Porto Belo	-	-	-	4 825	9 428
Total	18 674	22 332	24 336	53701	87 364

Mapa da população livre e escrava por vila em porcentagem

Município	População livre em %					
	1796	1805	1810	1840	1855	
Desterro	78	73	74	78	83	
São José	80	81	80	78	81	
São Miguel	71	74	74	81	88	
Laguna	78	78	78	82	87	
São Francisco	83	84	87*	85	91	
	População escrava em %					
	1796	1805	1810	1840	1855	
Desterro	22	27	26	22	17	
São José	20	19	20	22	19	
São Miguel	29	26	26	19	12	
Laguna	22	22	22	18	13	
São Francisco	17	16	13*	15	09	

Fontes: Resumo Geral de toda a população pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catharina, formado pelos mapas que derão os officios de cada um dos Distritos do mesmo Governo. Em 1º de janeiro de 1796. Acervo Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, conjunto documental 3,3,17. (Apud CESCO, Susana. *Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na ilha de Santa Catarina no século XIX*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2009); Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Luís Maurício da Silveira, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, enviando mapas das vilas, freguesias, tropas e engenhos e o desenho do aquartelamento das Tropas de Linha. AHU – Santa Catarina, cx. 11. doc. 37, 28,23, 18,15. (Projeto Resgate); BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina escrita em 1816*. Lisboa; Academia Real das Sciencias, 1829. PP 40-45; Relatórios dos Presidentes de Província dos anos de 1841, 1855 e 1857.

*: Não foram contabilizados os dados populacionais do Distrito de Itapocoroy.

**: Não foram contabilizados os dados populacionais do Distrito de Paraty.

OBS: A vila de Lages foi desmembrada da Província de São Paulo em 1820, passando só a partir de então a pertencer a Santa Catarina. Além disso, São Miguel e São José, pelo menos até 1810, eram freguesias da capital Desterro. Contudo, por seus dados serem apresentados sempre separadamente, foram consideradas na análise de maneira isolada, mesmo antes da elevação de ambas as localidades a categoria de vila. A freguesia da Enseada de Brito, mesmo sendo na terra firme, teve seus números agregados ao município de Desterro.

O quadro anterior demonstra que a população livre era muito superior aos escravizados. Desse modo, pode-se seguramente concluir que o grosso da farinha de mandioca era produzido por indivíduos livres, seja como agregados de grandes proprietários de terras ou como pequenos produtores independentes que recorriam à mão de obra familiar e, algumas vezes, poderiam contar com poucos escravos.

Vale a pena retomar que a importância desses dados para essa pesquisa consiste no fato de que parte dos Juízes Municipais eram proprietários de escravos e estavam inseridos na produção de farinha de mandioca. Desse modo, discutir aspectos da escravidão na vila permite dimensionar o tamanho daquela elite local.

Desse modo, levando-se em conta que o tráfico descarregava mais homens africanos do que mulheres, o Quadro VII mostra que o apelo dos produtores de farinha de mandioca de Santa Catarina por cativos africanos foi mais intenso, em termos proporcionais, do que o dos baianos dedicados a produção da mesma mercadoria. Ao mesmo tempo, essa constatação reforça a postura comercial do litoral catarinense de estar envolvido com o mercado de abastecimento. A virada do século XVIII para o XIX mostra a voracidade dos envolvidos com a expansão do mercado da farinha lidada ao chamado renascimento agrícola,²²⁹ pois por mais que os números absolutos de escravos sejam singelos se comparados com o Sudeste, a atitude de busca de inserção em um modelo de produção escravista demonstra a disposição das elites locais catarinenses em atender a demanda e acumular capitais econômicos, sociais e políticos. Do mesmo modo, a aquisição de escravos no mercado atlântico sinaliza as possibilidades de acumulação e crédito encontradas na produção da farinha de mandioca.

²²⁹ PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, s/d. cap. 10 pp. 79-93. Prado Junior argumenta que a queda na mineração, o aumento do consumo europeu e a alta dos preços em consequência das guerras, somados a crise das Antilhas produziram um contexto favorável ao fortalecimento da produção brasileira, sobretudo àquela ligada a exportação. Como sugere João Fragoso, a aceleração da produção de exportação gerava uma demanda por gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca.

O apetite dos produtores locais por escravos era tão acentuado que o *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brazil*, publicado no ano de 1845, traz o seguinte trecho sobre a Província de Santa Catarina:

*“Os habitantes desta província são em geral robustos, hospitaleiros e econômicos, porém eram pobres porque gastavam o quanto ajuntavam em comprar escravos para os trabalhos rurais, e por isso que alguns eram inclinados a tratarem de demandas que geram entre as famílias inimizades que nunca se acabam.”*²³⁰

A percepção de Saint-Adolphe sobre Santa Catarina expõe um projeto social pautado no uso de mão-de-obra escrava para a produção de gêneros de abastecimento. Aponta também que, para além dos grandes plantéis, a escravidão pode ter adquirido uma forma pulverizada no interior daquele sistema de produção.

Conforme o Quadro VII, com exceção da vila de Lages, todas as demais eram intensamente envolvidas com a produção de farinha de mandioca. Seria isso uma explicação para uma razão de sexo inferior a 100 verificada no município de Lages? Evidentemente sim, mas não só, pois Lages foi intensamente afetada pela Revolta dos Farrapos nas décadas de 1830 e 1840. Sendo assim, esse fato pode ter interferido no ritmo de aquisição de escravos na referida localidade.

As vilas que apresentam o desequilíbrio sexual mais acentuado – São José e São Miguel - ficavam no entorno da capital Desterro e a produção negociada de forma lícita era, possivelmente, comercializada via porto de Desterro. Essa característica geoeconômica ajuda a perceber a centralidade do porto de Desterro dentro do cenário provincial, mesmo com suas dificuldades técnicas de baixa profundidade em algumas áreas próximas ao porto.

Outro ponto a se ressaltar é que Desterro, nos 61 anos que o Quadro VII cobre, passa de uma taxa de razão de sexo de 190 para 109, ou seja, de quase dois escravos para cada escrava, assim atravessando para um patamar de relativo equilíbrio. Esses dados vão ao encontro das observações de Beatriz Gallotti Mamigonian de que Desterro, a partir da década de 1830, passa por um processo de transição da composição da sua população escrava que ainda era fortemente africana, mas gradualmente

²³⁰ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brazil*. Paris: J.P. Aillaud, 1845. Vol. II. p. 478. (disponível em www.memoria.nemesis.org.br).

avançava o número de crioulos.²³¹ Desse modo, a reprodução endógena da escravidão tendia ao equilíbrio sexual. Essas observações permitem também aventar que, se comparada com as outras vilas litorâneas da província, a capital Desterro foi a que proporcionalmente mais pode ter reduzido seu apelo ao tráfico como modo de obter mão-de-obra.

São Francisco do Sul manteve uma relativa constância na relação entre os números de homens e mulheres, quase sempre por volta dos 130 homens para cada 100 mulheres cativas. Essas informações evidenciam o acesso da vila ao tráfico de africanos, porém, existem algumas peculiaridades que merecem ser mencionadas. Uma delas está relacionada aos índices de escravos classificados como pretos e pardos e a outra particularidade encontra-se nos dados sobre a família escrava. Possivelmente estas duas características sejam relacionais.

No arrolamento dos índices de pretos e pardos, no mapa de 1796, Desterro aparece com 11,5% da sua população escrava como parda; Laguna com 12,2%; São Miguel com 5,5%; São José com 5,8% e São Francisco do Sul, bastante à frente com 30,1% de pardos na sua população livre²³². O Quadro VIII traz os números absolutos:

QUADRO VIII

Distribuição entre pretos e pardos na composição da população escrava da capitania de Santa Catarina (1796)

	<i>Pardos</i>	<i>Pardas</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pretas</i>
Desterro	154	108	1333	676
São Miguel	24	19	598	147
São José	12	12	268	120
Laguna	50	66	558	279
São Francisco	116	115	310	226

Fonte: Rezumo Geral de toda a população pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catharina, formado pelos mapas que deram os officios de cada um dos Distritos do mesmo Governo. Em 1º de janeiro de

²³¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica* (1750-1850). In: _____. *Nas rotas do império*. (Orgs) FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana. *Ilha da Vitória*: EDUFES, 2006. p. 614.

²³² Os mesmos cálculos para 1805 podem ser consultados em: LIMA, Carlos A. M. e CUNHA, Rogério Pereira da. *Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento* (1805-1862) Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).

1796. Acervo Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, conjunto documental 3,3,17.(**Apud** CESCO, Susana. *Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na ilha de Santa Catarina no século XIX*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2009)

Pelos dados, percebe-se visualmente o maior número, em termos proporcionais, de pardos na vila de São Francisco do Sul. Ao mesmo tempo, São Miguel e Desterro parecem ter adotado uma leve tendência em conceder manumissões para parte das pardas, dado o relativo desequilíbrio, quando comparadas a São Francisco do Sul e São José. Essa alta taxa de pardo conjugada com o baixo índice de ilegitimidade entre os livres - conforme se observará mais adiante - indica a antiguidade do povoamento de São Francisco do Sul, assim como a antiguidade do uso de mão-de-obra escrava africana na vila.

Ao olhar o mapa de 1840²³³, percebe-se uma orientação análoga por parte de São Francisco do Sul e São José, no que concerne às taxas de casamentos entre cativos. Esta última vila, no ano de 1840 apresentava uma população escrava de 2 252 cativos e uma razão de sexo de 152 homens para cada 100 mulheres escravas. Contudo, existiam na vila aproximadamente 35 casais de escravos sacramentados. Em Desterro nesse mesmo ano, em um universo de 4336 escravos e uma razão de sexo de 142, havia apenas uma dezena de casais. De certo modo, as observações de Mamigonian de que os crioulos avançavam em termos numéricos – algo que as constantes reduções da razão de sexo também apontam –, juntamente com o baixo número de casamentos sacramentados, nos permitem levantar uma questão: ou existem problemas nos dados arrolados pelo presidente de província no mapa de 1840 ou Desterro presenciou uma grande variedade de arranjos matrimoniais entre escravos.

O mesmo comedimento pode ser observado para Laguna com pouco menos de uma dezena de casais. A vila de Lages, mais no interior, no caminho das tropas, fugiu um pouco a esse modelo. Com uma população escrava de 290 cativos, a vila possuía cerca de 30 casais. Os dados apontam para 30 cativos casados e 39 cativas casadas. Essa configuração social ajuda a explicar o processo gradual de equilíbrio sexual que a escravaria da vila de Lages assistiu a partir da década de 1840.

²³³ Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1840. disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/927/index.htm>

Com relação a São Francisco do Sul havia, de acordo com os dados do Presidente, 190 casais escravos na vila em um universo de 1 244 escravos. Desse modo, é possível caracterizar, em termos proporcionais, as vilas de Lages, São Francisco do Sul e até mesmo São José como os locais que mais presenciaram as uniões cativas. Sendo assim, Lages parece ter tido suas especificidades devido aos efeitos da guerra.

As altas taxas de casamentos não se tratavam necessariamente de uma estratégia senhorial, contudo, a historiografia já demonstrou que as escravas casadas tinham mais filhos que as solteiras, incorrendo em aumento do plantel do proprietário.²³⁴

Em São Francisco do Sul, verificou-se na década de 1840, a ausência de casais escravos em que os cônjuges pertencessem a diferentes proprietários²³⁵. Em um intervalo de sete anos (1844-1850) foram batizados 54 rebentos escravos legítimos na vila de São Francisco do Sul. Destes, nenhum foi filho de casal escravo formado por cativos de diferentes proprietários. Esse dado mostra que os arranjos matrimoniais legitimados pela igreja eram restritos ao interior da própria escravaria, todavia, as escolhas para padrinhos eram mais direcionadas para fora, tendo como padrinhos escravos de outros senhores.

Os casamentos entre cativos só foram verificados nas senzalas de uma parcela reduzida dos proprietários francisquenses, pois das 369 crianças escravas, nascidas no intervalo de 1844-1850 e levadas à pia batismal, apenas 54 eram fruto de relações sacramentadas pela igreja. Esses dados nos fornecem uma taxa de aproximadamente 85% de ilegitimidade entre os nascimentos escravos. Entretanto, as escravarias de alguns proprietários nos chamam a atenção. Uma delas é a de Francisco de Oliveira Camacho²³⁶ - um dos Juízes Municipais da vila estudados no capítulo anterior - que foi o proprietário que mais levou crianças escravas a pia batismal no intervalo de 1844 a 1850. Do total de 369 crianças, 27 pertenciam ao seu plantel, ou seja, cerca de 7% do total. O segundo proprietário que mais batizou foi Antônio João Vieira com 10 rebentos,

²³⁴ Cf. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

²³⁵ Cf. Atas de batismo da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Livro X. Arquivo da Cúria Diocesana de Joinville.

²³⁶ Para mais informações sobre a trajetória de Francisco de Oliveira Camacho ver: CUNHA, Rogério Pereira da. *Francisco de Oliveira Camacho: a trajetória de um grande proprietário em uma região de abastecimento*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/RogérioCunha.pdf>. Ver também: LIMA, Carlos A. M. e CUNHA, Rogério Pereira da. Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento (1805-1862) Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).

perfazendo 2,7% (conforme visto no capítulo anterior, esse proprietário era chefe da Guarda Nacional e estava presente na lista de dezoito nomes feita pelo Juiz Dutra para ocupar o posto de Juiz Municipal).

Esses dois proprietários foram ocupantes de patentes militares, contudo, existiu uma diferença fundamental entre as suas escravarias, pois todas as 10 crianças de propriedade de Antônio João Vieira foram fruto de relações ilegítimas, já a escravaria de Camacho apresentou uma taxa de apenas um terço de ilegitimidade. Um dado significativo é que ambos os proprietários estiveram envolvidos em processos de migração de europeus para a região. Francisco de Oliveira Camacho foi localmente o grande incentivador da experiência da Colônia Industrial do Saí, conduzida por franceses fourieristas. Já Antônio João Vieira foi o procurador do Príncipe de Joinville junto à Corte para a fundação da Colônia Dona Francisca.²³⁷

No caso da Colônia Industrial do Saí, chefiada pelo francês Benoit Mure, o terreno para a instalação do falanstério foi doado pelo Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho no início da década de 1840.²³⁸ Alguns anos antes, o Tenente havia sido Juiz Municipal e naquele momento ocupava o posto de Comandante Militar, quando foi encarregado pelo poder provincial de construir uma estrada que ligasse São Francisco do Sul a Curitiba e formar uma linha de defesa contra o ataque de grupos indígenas.

Camacho, portanto, mantinha sua posição quanto à escravidão, sendo o maior proprietário da vila, mas também se conectava aos projetos do Estado que via na chegada de europeus um elemento de civilização. Sua ligação com a política provincial o colocava na dianteira política da vila, mesmo sendo um indivíduo com relações nem sempre harmoniosas com o conjunto da elite local, conforme se verá no próximo capítulo.

Quanto aos nascimentos escravos na vila, sabe-se que foram bastante diluídos e todo esse cenário só nos permite perceber a complexidade que o sistema extensivo de

²³⁷ Cf: Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco do Sul para o Presidente da Província. Ofício datado de 14 de setembro de 1846. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²³⁸ Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, VolVIII : Florianópolis, tipografia da escola artífices, 1916. pp. 13-16. Carta de Benoit Mure ao Presidente da Província. 27 fev. 1841. O documento original se encontra no AHJ fundo Carlos Ficker.

atendimento ao mercado interno produziu localmente.²³⁹ É realmente um grande mosaico que combinou trabalho livre – de forma camponesa e por meio de agregação – e trabalho escravo. Assim como produziu diferentes níveis de acumulação, se for adotada a posse de escravos como um mecanismo de medição.

A historiografia já chamou a atenção para os altos volumes do comércio praticado entre a capitania/província de Santa Catarina com o Rio de Janeiro.²⁴⁰ O objetivo dessa seção foi formular questões sobre a produção e comercialização da farinha de mandioca, a partir de um conjunto documental fragmentário, assim como produzir uma quantificação sobre os ditos volumes e a dinâmica escrava em que tal produção estava imersa.

Nesse sentido, buscou-se avançar nas discussões sobre o abastecimento da farinha de mandioca dentro de um intercâmbio interprovincial, assim como sugerir que essa atividade produtiva - com o apelo mercantil que possuía – necessitou do tráfico de escravos e foi capaz de produzir acumulação endógena, garantindo no interior da vila acesso a recursos econômicos que fortaleciam as posições daqueles que estavam inseridos nessa dinâmica produtiva e mercantil. Do mesmo modo, buscou-se dimensionar o tamanho e o papel da província e da vila dentro do cenário mais amplo do Império.

O Juízo Municipal investigado no capítulo anterior era ocupado por indivíduos envolvidos na produção da farinha como o juiz Camacho²⁴¹ e possivelmente os juizes Silveira e Cercal, todos proprietários de terra. Já a comercialização da farinha fazia parte dos negócios da família Dutra e seus aliados.

3.2 Uma aproximação do panorama social da vila de São Francisco do Sul nas décadas de 1830 e 1840

²³⁹ Na próxima seção, será discutido com mais profundidade questões relacionadas à ilegitimidade escrava e a posse de mulheres e crianças cativas.

²⁴⁰ SANTOS, Corcino Medeiros. *O Rio de Janeiro e a conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. ; MARCONDES, Renato Leite. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem*. Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

²⁴¹ Cf: Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Inventário de Francisco de Oliveira Camacho de 1862.

Essa seção pretende discutir aspectos sociais do município de São Francisco do Sul na primeira metade do século XIX, com ênfase nas décadas de 1830 e 1840. Utilizar-se-á, para tanto, 2 585 atas de batismo que cobrem o período de 1838 a 1839 e de 1844 a 1850.²⁴² Desse modo, a seção enfatizará o compadrio, observando a dinâmica demográfica da área, assim como as estratégias que a escolha dos padrinhos mobilizava no interior da comunidade.

Trabalhar com registros paroquiais permite uma aproximação do pesquisador com um conjunto de interlocutores daquela sociedade, como pais, padrinhos e vigários. As escolhas, ações e estratégias desses atores sociais podem denunciar elementos relevantes do período e da área objeto de análise.

A vila de São Francisco do Sul é de fundação antiga, datando de meados do século XVII. Possuía um porto tecnicamente e geograficamente bem servido o que permitiu uma relativa atividade mercantil. Ao mesmo tempo, podia ser considerada como uma área fortemente apegada à produção agrária e tinha como principal produto de exportação a farinha de mandioca, conforme trabalhado no item anterior.

Os índices de razão de sexo na escravaria no decorrer do século XIX corroboram a ligação de São Francisco do Sul e da Província de Santa Catarina em sua faixa litorânea com o mercado de abastecimento, como ficou evidenciado no Quadro VII.

A partir dos dados do referido quadro, observou-se que São Francisco do Sul chegou a um pico de 147 cativos para cada 100 cativas em 1810 e na década de 1850 ainda contava com mais de 130 homens para cada 100 mulheres escravas. Esses dados permitem entrever que o tráfico de escravos descarregou peças naquela área na década de 1840, e talvez até mesmo após 1850, dada a pouca alteração nos índices de razão de sexo nos anos de 1855 e 1857. Infelizmente, o Quadro VII tem uma lacuna de três décadas, de 1810 a 1840.

Os levantamentos feitos por Walter Fernando Piazza apontam que o começo da década de 1820 foi o momento em que a população escrava atingiu a maior proporção, cerca de 33%²⁴³, ou seja, aparentemente, no período em que a população escrava foi

²⁴² Aqui aproveito para fazer um agradecimento ao prof. Dr. Carlos A. M. Lima que me auxiliou na leitura e transcrição de parte do material.

²⁴³ PIAZZA, Walter Fernando. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Guarapuvu, 1999. p. 12.

mais numerosa na Província, não foi possível estabelecer a razão de sexo entre os cativos, o que sugere que possivelmente os índices de razão de sexo da década de 1820 eram superiores aos demais períodos contemplados no quadro.

Pelos registros batismais de São Francisco do Sul, chega-se ao índice de 87% de ilegitimidade nos nascimentos de crianças escravas. No período de 1850 a 1888, posterior à baliza temporal desse trabalho, a ilegitimidade escrava era ainda mais acentuada na vila. Na década de 1850 atingiu 89,4% e no recorte de 1860 a 1871 o índice chegava a 95,8%. Os números dos últimos anos da escravidão na vila foram ainda mais altos: de 1872 a 1888, a ilegitimidade alcançou a cifra de 99,5% em São Francisco do Sul.²⁴⁴ Esses dados arrolados sugerem que somente o desequilíbrio sexual é insuficiente para explicar os índices de ilegitimidade, pois na medida em que o século XIX avançou e o tráfico cessou, a tendência foi estabilizar a distribuição sexual da escravaria. Esse equilíbrio sexual não foi acompanhado da redução dos casos de nascimentos de crianças escravas ilegítimas.

Índices tão altos, na primeira metade do século XIX, podem ser interpretados como indício da formação de pequenos plantéis, pois a produção de farinha de mandioca não permitia ou não demandava a disseminação de grandes plantéis. Desse modo, parece ter sido mais comum no município a posse de pequenas escravarias, tornando a propriedade escrava bastante pulverizada no interior da comunidade. Desse modo, a estrutura de posse de escravos da segunda metade do século XIX, a julgar pelos dados levantados por Denize Aparecida da Silva, foi composta por escravarias ainda menores se comparadas às da primeira metade do século. Dos 81 inventários levantados pela autora para a década de 1870, apenas nove deles possuíam uma escravaria superior a dez cativos. Já na década de 1850, de um conjunto de 86 inventários, 19 possuíam mais de dez cativos.²⁴⁵ Portanto, com o avanço do século XIX, após o fim do tráfico, a vila assistiu a um processo de diluição da propriedade escrava.

²⁴⁴ SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. PPHIS – UFPR: 2004, p. 49.

²⁴⁵ SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. PPHIS – UFPR: 2004, p. 117 (tabela 08).

A historiografia já apontou que há uma intensa relação entre pequenos plantéis e ilegitimidade escrava. Na região de Campinas, o índice de ilegitimidade chegava a 71% nas escravarias compostas de 1 a 9 cativos. Já os plantéis maiores, acima dos 10 escravos, tinham uma média de apenas 20%.²⁴⁶ Desse modo, dado o gradativo aumento da ilegitimidade entre os escravos, pode-se supor que tal dinâmica esteve relacionada com a diminuição do número de escravos por proprietário.

Este trabalho não observou os inventários da localidade. O quadro a seguir, porém, pode apontar os níveis de concentração dos escravos no município, a partir dos registros de batismo:

QUADRO IX

Distribuição da propriedade das crianças escravas da vila de São Francisco do Sul, a partir dos registros de batismo* (1838-1839 e 1844-1850).

Número de crianças batizadas no plantel	Quantidade de proprietários	Batismos N. Abs.	%crianças batizadas escravos	% proprietários
01	99	99	23,55	50,00
02	53	106	25,20	26,65
03	23	69	16,45	11,60
04	08	32	7,55	4,10
05	05	25	5,90	2,50
06	07	42	9,90	3,50
08	01	08	1,95	0,55
12	01	12	2,85	0,55
28	01	28	6,65	0,55
TOTAIS				

²⁴⁶ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 102.

198	421	100%	100%
-----	-----	------	------

Fonte: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X.

* das 427 crianças filhas de mães escrava no município, 5 foram alforriadas na pia batismal e 1 na Praça.

Como se pode observar são 198 proprietários para 421 crianças batizadas, perfazendo uma média de pouco mais de duas crianças para cada proprietário. Contudo, é necessário ressaltar que a distribuição de crianças por seus proprietários não é uma forma segura de traçar a estrutura de posse de escravos para a vila, dado o desequilíbrio entre os sexos, pois a maioria da população escrava, que era masculina, pouco aparece nessa documentação em virtude do alto índice de ilegitimidade. Além disso, os registros de batismos tendem a subestimar o tamanho das posses de escravos, pois uma mesma mãe pode mudar de dono em decorrência de transações corriqueiras e principalmente passar a pertencer nominalmente a viúvas ou filhos herdeiros do proprietário original. Entretanto, esses dados não podem ser desprezados, já que apontam para a existência de um grande abismo entre os pequenos e os grandes proprietários da área, ao menos no que diz respeito à propriedade de crianças nascidas nas escravarias.

Metade dos proprietários levou à pia batismal apenas uma criança, ao passo que 12% deles foram responsáveis por aproximadamente 35% das crianças. Apenas um senhor teve sua escravaria como responsável por quase 7% dos rebentos escravos batizados, sendo ele um dos Juízes Municipais, o Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho. Sobremaneira, o ambiente social daquele mundo rural incitava a vontade de monopolizar recursos, criando um mundo de pobreza, desigualdade e limitação de acesso ao processo de acumulação.

Em relação à posse de mulheres e crianças cativas na área, existiram pequenos e grandes proprietários, levando-se em conta os padrões locais. A posse de escravos era um elemento de visualização de riqueza e poder. Ao assegurar a propriedade escrava, o proprietário não viabilizava apenas mão-de-obra para a produção da sua farinha, mas também status e distinção. Desse modo, além do ganho com a produtividade, a posse de um pequeno plantel também gerava ganhos sociais.

Bert Barickman, em seu estudo sobre a Bahia, expôs alguns dados sobre áreas de abastecimento. No Recôncavo houve um intenso intercâmbio comercial entre áreas

produtoras para a exportação e áreas ligadas ao abastecimento local, sendo que as variações locais na posse de escravos permitiram uma aproximação com a realidade dos produtores de farinha, como visto na seção anterior.

Os dados de Barickman apontam que a área produtora de farinha de mandioca na Bahia possuía níveis de desigualdade inferiores (medidos pelo índice de Gini), se comparados às áreas produtoras de fumo e açúcar. Além disso, para o período de 1816-1817, observou-se uma média de escravos por proprietário ligeiramente superior aos 4,5 cativos. Já para o final do século XVIII, 10% dos proprietários possuíam 36,2% da escravaria. Sendo assim, esse último dado tem uma relação com a distribuição da propriedade dos rebentos escravos em São Francisco do Sul, conforme o Quadro VI.²⁴⁷

Todavia, a forte integração entre os mercados locais do Recôncavo torna-se uma diferença a ser acentuada em qualquer observação comparativa com São Francisco do Sul, pois essa vila pouco participava do mercado intraprovincial, sendo o grosso da sua produção enviado para o Rio de Janeiro.²⁴⁸ Além disso, há de se ressaltar as diferenças na estrutura sexual das escravarias, pois conforme o Quadro IV a escravaria do município de São Francisco do Sul e de toda a faixa litorânea da Província possuía um desequilíbrio sexual bem mais acentuado do que a área baiana dedicada à produção de farinha. Desse modo, a julgar pelos dados, Santa Catarina fazia parte de um complexo produtivo extensivo de farinha que abastecia via comércio de cabotagem não só o Rio de Janeiro, mas também a Bahia, Pernambuco e outras áreas.²⁴⁹

Se o índice de ilegitimidade entre os escravos chegava aos 87%, entre a população livre alcançou apenas a marca de 16%. Em um universo de 2 158 nascimentos de crianças livres, 1 819 foram filhos legítimos, o que representa uma taxa bastante baixa para os padrões litorâneos.

²⁴⁷ BARICKMAN, B. T. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 238-255.

²⁴⁸ HÜBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora UFSC, 1981. pp. 27-35.

²⁴⁹ Cf: SANTOS, Corcino Medeiros. *O Rio de Janeiro e a conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. ; MARCONDES, Renato Leite. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem*. Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979. BARICKMAN, B. T. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.132.

A vila de Ubatuba, no litoral paulista, atingia a marca de 17% de ilegitimidade entre 1785 a 1830, ligeiramente superior a de São Francisco do Sul. De acordo com Maria Luiza Marcílio, esse foi um dos mais baixos índices encontrados no Brasil do século XIX. A autora classificaria São Francisco do Sul como um *Sistema Demográfico das Economias de Subsistência* com dados muito diferentes de outras locais, possuidores de características socioeconômicas distintas, como Ouro Preto, por exemplo, que entre 1800 a 1820 possuía uma taxa de 58,4% de ilegítimos na população livre. Já em São Paulo, entre 1741 e 1845, a taxa de ilegitimidade alcança os 39%. Ao mesmo tempo, nos núcleos urbanos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, a ilegitimidade entre os livres era superiores aos 60%.²⁵⁰

Em relação a São Francisco do Sul, o fator antiguidade de formação da vila pode ter interferido nesse número tão alto dos legítimos na população livre (84%). Esses dados mostram uma comunidade com laços bastante cerrados, com autoridades já muito solidificadas e com alianças familiares de longa data. Além disso, aponta para a forte característica agrária da localidade, pois como sugere Renato Pinto Venâncio, ao comparar paróquias urbanas e rurais do Rio de Janeiro no século XVIII, o caráter urbano ou rural da localidade produzia impactos nos níveis de ilegitimidade. Portanto, apesar de São Francisco do Sul ter tido um porto, a estrutura social era marcadamente agrária.²⁵¹ A tabela a seguir ajuda a visualizar o caráter agrário de São Francisco do Sul:

²⁵⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Sistemas demográficos no Brasil do século XIX*. IN: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org). *População e Sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. pp. 193-207.

²⁵¹ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Nos limites da sagrada família: Ilegitimidade e casamento no Brasil Colonial*. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Tabela 1:

Estrutura ocupacional de São Francisco do Sul (1805)

Faixas etárias	Religiosos	Escrivães	Mercadores e vendeiros	Artesãos	Lavradores	Total
11 a 15	-	-	-	-	11	11
16 a 20	-	-	-	-	168	168
21 a 25	-	-	1	1	120	122
26 a 30	1	-	2	7	95	105
31 a 35	-	-	2	1	102	105
36 a 40	1	-	3	4	74	82
41 a 45	1	-	5	3	75	84
46 a 50	-	1	1	1	46	49
51 a 55	-	-	-	4	59	63
56 a 60	-	1	1	1	37	40
61 a 65	1	-	-	1	41	43
66 a 70	-	-	-	2	21	23
71 a 75	-	-	1	1	27	29
76 ou +	-	-	-	1	23	24
Total	4	2	16	27	899	948

Fonte: Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Luís Maurício da Silveira, ao Secretário da Marinha e Ultramar [Visconde de Anadia] João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas das vilas, freguesias, tropas e engenhos e o desenho do aquartelamento da tropa de linha. Rolo de microfilme 10. Arquivo Histórico Ultramarino: Projeto de Resgate de Documentação Histórica Brasil/Portugal.

Pelos dados contidos na Tabela 1 nota-se que no começo do século XIX, 95% da população francisqueense era composta por produtores rurais, enquanto somente 2% estavam ligadas à atividade mercantil. Esses números reforçam a ideia de essa se tratar de uma comunidade com fortes raízes agrárias.

Esse caráter agrário influía na vida social, inibindo a ilegitimidade entre os livres como demonstra Venâncio. Os assentos do vigário Gregório José Lopes Nunes também mostram alguns dos mecanismos possíveis que poderiam inibir a ilegitimidade. No mês de maio de 1838 foi batizada uma criança filho de “*pai incógnito e Joaquina Correia, solteira, filha de Florêncio Henrique e Tomazia Rosa (...)*”. Nesse mesmo mês, no dia 20, o pequeno Rivero foi levado à pia batismal “*filho de pai incógnito e de Maria Carvalha, filha de João Carvalho e Maria dos Santos (...)*”. Os padrinhos dessas duas crianças foram respectivamente Antônio Fernandes de Siqueira e Francisco Alves da Costa. Ambos só aparecem no rol dos padrinhos nessa única oportunidade, o que pode sugerir que não recebiam muitos convites por parte dos outros pais, talvez por possuírem recursos limitados e não apresentarem boas garantias de que poderiam desempenhar de maneira satisfatória a função de padrinho, ou pelo fato de terem migrado para outra área e não estarem mais fisicamente presentes na vila de São Francisco do Sul.

Outro indício que aponta a tendência de São Francisco do Sul presenciar uniões muito estáveis e legitimadas pela Igreja pode ser observado nos registros de batismos da década de 1830, que apresentam casos de pais de crianças que são classificados como não sendo brancos. Na década de 1830 houve 33 casos de crianças classificadas como forras ou libertas. Dessas, 14 eram ilegítimas (cerca de 40%).²⁵²

O registro de “*pai incógnito*” e “*solteira*”, para qualificar as mães, sugere que esses eram elementos que o vigário e a sociedade observavam na vida dos fregueses. Além disso, era até relativamente comum em determinadas épocas aparecer o nome dos avós no assento. Porém, eram grafados como “*avós paternos e maternos*”, escolha centrada na relação de parentesco com a criança e não com os pais, no caso, a mãe. Na ilegitimidade dos livres, a centralidade do registro sai da órbita do rebento e passa para a mãe solteira em um tom depreciativo, dentro de uma cadeia que aparentemente poderia manchar também a reputação dos pais da mãe solteira. Desse modo, o padrão foi aparecer o nome dos “*avós paternos e maternos*” nos batismos dos filhos da elite local e o nome dos pais das mães solteiras.

²⁵² Cf: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livro VIII.

Além disso, o fato de aparecer o nome dos pais da mãe solteira demonstra que a ocorrência do nascimento de uma criança ilegítima poderia ser uma novidade dentro daquela família, o que possivelmente aumentava o estigma vivido por aquela mãe solteira. Desse modo, o que se presenciava não eram atos de reincidência geracional, mas sim uma escorregada da linhagem na rota socialmente exigida. Não existia um mundo da legitimidade e das normas, contraposto a um mundo da ilegitimidade e do desregramento, já que ambos se comunicavam, mesmo sendo baixos os índices de ilegitimidade.

O vigário por si só não pode ser encarado como o grande moralizador. Como interlocutor social, suas demandas e ideias estavam inseridas no contexto da localidade (como se vê pelos altos índices de legitimidade e as experiências das mães solteiras Joaquina Correia e Maria Carvalha). Aparentemente, aquela sociedade valorizava uma postura fechada em normas possivelmente de longa data e imbuídas em preceitos religiosos e sociais. Vale reforçar que existiram outros casos como o de Joaquina Correia e Maria Carvalha, que tiveram um tratamento similar por parte do vigário Gregório José Lopes Nunes.

Esse mesmo padre no ano de 1839 tem uma de suas escravas batizada de nome Maurícia “*filha de pai incógnito, e de Jacinta, parda, escrava do Reverendo Vigário Gregório José Lopes Nunes, foram padrinhos Bento Gordiano de Carvalho e Dona Rita Inácia Pinheira*”. Sem entrar no mérito se Maurícia era ou não filha bastarda do vigário Gregório, o fato é que os padrinhos escolhidos são membros da elite franciscana. Bento Gordiano de Carvalho, além de ter sido padrinho de Maurícia, o foi também de Ernesto – igualmente escravo ilegítimo – e de mais oito crianças livres legítimas, a maioria pertencente a importantes famílias da localidade como os Oliveira Camacho, Oliveira Cercal e Miranda Coutinho. Além disso, Bento Gordiano teve uma carreira considerável na Guarda Nacional sendo tenente desde pelo menos 1838 e passando a Tenente Coronel em 1844 ou um pouco antes. Teve também empregos como, por exemplo, coletor da mesa das rendas no município de São Francisco do Sul, cargo de suma importância, pois tinha a prerrogativa de cobrar os *direitos* da movimentação portuária²⁵³. Bento Gordiano também era primo do Coronel e principal proprietário de

²⁵³ Cf: Ofícios do Juiz Municipal ao Presidente de Província 1833-1850. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

escravos da localidade, Francisco de Oliveira Camacho e irmão do vigário Benjamin Carvalho de Oliveira, que foi responsável pela paróquia a partir de 1844²⁵⁴. Além disso, como visto no capítulo anterior, Bento Gordiano também estava presente na lista de dezoito nomes feita pelo Juiz Dutra para ocupar o cargo de Juiz Municipal.

Os dados são mais escassos em relação à madrinha da escravinha Maurícia, Dona Rita Inácia, mas o simples fato de ser referenciada como “*Dona*” já sugere que pertencia a uma família importante da localidade. Desse modo, o vigário Gregório consegue mobilizar padrinhos socialmente refinados para o estabelecimento do parentesco espiritual com Jacinta, parda, solteira e escrava, e Maurícia, filha ilegítima e escrava. Aos padrinhos, possivelmente, o que entrava nos cálculos eram as possibilidades de reforçar as relações com o vigário, além das possibilidades de ampliação de clientela.

Desse modo, ao serem comparados os casos das mães Jacinta com Joaquina Correia e Maria Carvalha, salta aos olhos o papel da parentela para conseguir bons padrinhos, pois aparentemente o cabedal do vigário foi mais profícuo do que o dos pais das duas mães solteiras. Ao mesmo tempo, sugere que as pressões sociais pela legitimidade eram muito mais fortes nos livres que possivelmente viviam em condições de maior equilíbrio na distribuição das pessoas pelos sexos.

Em relação à posse escrava, o quadro a seguir traz um panorama dos maiores proprietários de crianças e mães escravas:

²⁵⁴

NASCIMENTO, Antonio Roberto. *Os Carvalhos Buenos*. Edição do autor, S/D.

QUADRO X

Proprietários que mais tiveram crianças e mães escravas nos registros de batismos no município de São Francisco do Sul. (1838-1839 e 1844-1850)

Proprietário	Crianças	Mães*
Francisco de Oliveira Camacho	28	10
Antônio João Vieira	12	05
Josefa Maria da Conceição	08	02
Salvador Gomes de Oliveira	06	04
Dionísio da Silva Barros	06	04
Vicente Luzarte de Freitas	06	03
Leandro Gonçalves Barros	06	02
Antônio dos Santos de Oliveira	06	02
Manoel Ferreira de Sousa	06	02
Manoel Gomes de Oliveira	06	03
José Antônio de Miranda Coutinho	05	03
Manoel José Vaz	05	02
Joaquim Gonçalves da Luz	05	02
José Vieira Rabelo	05	01
Pedro Celestinos de Oliveira	05	01

Fonte: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X.

* Como se tratava de pequenas escravarias, ignorou-se a possibilidade da existência de mães escravas homônimas dentro dos plantéis. Os dados receberam tratamento individualizado para cada proprietário.

O quadro acima chama a atenção para o Coronel Francisco de Oliveira Camacho. Os nascimentos endógenos na sua escravaria são mais do que o dobro do segundo proprietário o também Coronel Antônio João Vieira. Além disso, a posse de mães escravas é também duas vezes superior.

Se os índices de ilegitimidade escrava alcançavam a taxa dos 87% na vila, a ilegitimidade dentro da escravaria do Coronel Camacho era bem abaixo da média local, em torno de 35%. Sabe-se que no ano de 1862, quando foi aberto o inventário de Camacho, ele possuía em seu espólio 38 escravos, algo considerável para a área e período. Desses, 17 eram homens adultos (acima dos 15 anos), 12 mulheres adultas, das quais 8 se encontravam na faixa etária dos 14 aos 23 anos, com grande potencial de vida reprodutiva e 9 eram crianças com menos de 14 anos.²⁵⁵

De todos os proprietários acima, além de Camacho com 18 crianças legítimas nascidas no interior da sua escravaria, apenas Manoel José Vaz e Manoel Gomes de Oliveira aparecem com 3 crianças escravas legítimas cada um. O restante foi classificado como filhos naturais. Dos 421 nascimentos escravos, apenas 54 foram legítimos, sendo assim, a escravaria de Camacho foi responsável por um terço, cabendo as escravarias dos outros 197 proprietários alcançarem os outros dois terços de crianças legítimas. Vale lembrar que das 54 oportunidades em que uma criança foi levada a pia batismal pelos pais escravos, em nenhuma os cônjuges pertenciam a diferentes proprietários, demonstrando que as possibilidades de arranjos matrimoniais eram restringidas ao interior da escravaria do respectivo proprietário.

Um olhar geral sobre a estrutura dos batismos da vila de São Francisco do Sul permite pensar hierarquias sociais e formação de clientelas. Vejamos o Quadro XI:

QUADRO XI

Padrinhos (homens) em São Francisco do Sul (1838-1839 e 1844-1850)

Famílias e/ou procedências dos batizando	Padrinhos				
	Com títulos ou senhores de escravos	Livres sem títulos e escravos	Libertos	Escravos	Total
Pais casados com títulos ou	124	102	-	-	226

²⁵⁵

Cf: Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Inventário de Francisco de Oliveira Camacho de 1862.

senhores de escravos					
Pais casados sem títulos ou escravos	403	1194	1	-	1 598
Pais sem casamento sacramentado	11	41	-	1	53
Filhos livres de mães solteiras	49	221		8	278
Filhos de libertos	2	7	-	-	9
Filhos de escravos casados	6	13	-	35	54
Filhos de mães solteiras escravas	34	184	3	146	367
Total	629	1762	4	190	2 585
Em percentagens					
Padrinhos					
Famílias e/ou procedências dos batizados	Com títulos ou senhores de escravos	Livres sem títulos e escravos	Libertos	Escravos	Total
Pais casados com títulos ou senhores de escravos	54,8	45,2	-	-	100
Pais casados sem títulos e escravos	25,2	74,7	0,1	-	100
Pais sem casamento sacramentado	20,8	77,4	-	1,8	100
Filhos livres de mães solteiras	17,6	79,5	-	2,9	100
Filhos de libertos	-	-	-	-	-
Filhos de escravos casados	11,1	24,1	-	64,8	100
Filhos de mães solteiras escravas	9,3	50,1	0,8	39,8	100
Total	24,3	68,2	0,2	7,3	100

Fonte: Assentos de batismo da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Livros IX e X. Arquivo da Mitra diocesana de Joinville

Em relação ao quadro anterior, vale a pena chamar a atenção para alguns pontos: o primeiro deles é que os padrinhos titulados apadrinharam mais “para baixo” do que “para dentro”. Isso já seria de se esperar, diante do fato de que precisavam criar cadeias de dependência pessoal. Mas o que é sugestivo é que “sobravam” crianças filhas de famílias tituladas e que acabavam sendo batizadas por gente “de baixo” na cadeia hierárquica.

Desse modo, houve um relativo equilíbrio na troca de filhos entre compadres titulados ou proprietários de escravos com pessoas livres sem títulos ou escravos. Assim sendo, é possível entender as relações de dependência pessoal como ruas de mão dupla, mesmo que com faixas diferenciadas em sua largura. Os intercâmbios, por mais que em essência fossem desiguais, aconteciam. Sua frequência não deve ser lida como vanguarda igualitária, mas sim como um importante instrumento de aproximação entre segmentos diferentes. Essa aproximação funcionava como mecanismo que reafirmava as posições desiguais dentro do cosmos social, ao mesmo tempo em que aproximava famílias de diferentes extratos sociais.

Entretanto, ao fazer um esforço comparativo, é possível sugerir certo traço de fechamento social no topo da cadeia hierárquica, pois o índice de 54,8% de batismos entre a elite – padrinhos titulados ou proprietários que batizam filhos de pais titulados ou proprietários -, quando comparados com Campo Largo e Palmeira, que atingia tão somente a faixa dos 4%, mostra que o acesso da plebe as redes sociais da elite eram muito restringidos, reforçando as posições sociais do estrato superior.²⁵⁶ De fato, isso reforça que o caráter de comunidade agrária de longa fundação acentuava a tendência de monopolização dos recursos e das redes sociais, que poderiam impulsionar processos de acumulação. Esse ponto possibilita elucidar algumas das estratégias endógenas da elite

²⁵⁶ LIMA, Carlos A. M. e CUNHA, Rogério Pereira da. Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento (1805-1862) Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).

para galgar posições, assim como a autoimagem que ela buscava construir no interior da comunidade.

Ao mesmo tempo, é possível verificar a sobreposição de cadeias hierárquicas em um mundo em que sempre se era melhor do que alguém, mas pior do que outrem na carreira social. Esse fato fica corroborado pela observação de que eram os livres sem título e sem propriedade escrava que mais batizavam filhos de mães solteiras livres e escravas.

Em relação aos indivíduos que mais apadrinharam, vejamos o Quadro a seguir:

QUADRO XII

Padrinhos que mais compareceram a pia batismal na vila de São Francisco do Sul (1838-1839 e 1844-1850) – L.L.F.T (criança livre legítima filha de pai titulado ou proprietário de escravos); L.L (criança livre legítima filha de pais sem titulação ou propriedade escrava); L.N (criança livre filha de mãe solteira); E.L (filho legítimo de escravos); E.N (Filho de mãe escrava solteira)

Padrinho	Senhor de escravos	L.L.F.T	L.L	L.N	E.L	E.N	Total
Manoel José de Oliveira	Não	05	19	05*	-	01	30
Francisco da Costa Pereira	Sim	08	15	05	-	-	28
José da Rocha Coutinho	Não	06	15	03	-	02	26
Domingos José de Oliveira	Sim	03	14	-	02	04	23
Benjamin Carvalho Oliveira	Não	09	12	-	-	-	21
Joaquim José Oliveira Cercal	Não	04	07	02	-	05	18
José Antônio Caldeira	Sim	10	08**	-	-	-	18
Antônio Figueira Marques	Sim	02	12	01	-	-	15
Francisco da Cunha Maciel	Sim	-	13	01	-	-	14

Francisco Oliveira Camacho	Sim	05	09	-	-	-	14
Quintino Alves da Maia	Não	01	08	03	01	01	14

Fonte: Assentos de batismo da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Livros IX e X. Arquivo da Mitra diocesana de Joinville.

***Dessas 5 crianças, 2 são de pai incógnito, 1 de pais solteiros e 2 em que um dos pais era casado com um terceira pessoa.**

****Um dos 8 casais era composto por um escravo e uma liberta.**

Chama-se a atenção para os nomes de Benjamin Carvalho Oliveira, José Antônio Caldeira e Francisco de Oliveira Camacho. Esses três padrinhos apenas tiveram relações de compadrio com titulados proprietários ou pais livres de crianças legítimas.

O primeiro deles, Benjamin Carvalho de Oliveira, foi vigário da paróquia por mais de 20 anos, iniciando seus serviços no ano de 1844 até a década de 1860. Como padre, não podia figurar como padrinho, mas o fez várias vezes com crianças legítimas e da elite. Benjamin Carvalho Oliveira era filho de Francisco de Matias Carvalho, irmão do Capitão Mor Antônio de Carvalho Bueno, importante comerciante e liderança da localidade nas primeiras décadas do século XIX. Sua mãe era Maria Úrsula do Rosário, irmã de Francisco de Oliveira Camacho que era o pai do Coronel Camacho. Além de primo do mais importante escravocrata da localidade e sobrinho de importante comerciante, o padre também era irmão do Tenente Coronel Bento Gordiano de Carvalho. Desse modo, o padre, por questões de longa data, anteriores a sua existência, estava fortemente inserido em redes sociais dentro da freguesia, o que evidentemente o colocava no rol dos padrinhos possíveis e desejáveis. Ao mesmo tempo demonstra que as conexões familiares no município eram muito fortes, contudo essa informação não deve ser lida de forma inocente, pois nem sempre a paz reinou dentro dessa parentela.²⁵⁷

Já José Antônio Caldeira e Francisco de Oliveira Camacho foram escravocratas da localidade. No período coberto pelos registros batismais (1838-1839 e 1844-1850), o primeiro deles apresentou-se como proprietário de 4 crianças e 2 mães escravas. Já o

²⁵⁷ Houve alguns conflitos pelo mando militar no início da década de 1820 envolvendo o Tenente-Coronel de Milícias Francisco de Oliveira Camacho Junior com o Capitão Mor Antonio Carvalho Bueno conforme será visto no capítulo 4.

segundo, conforme o Quadro X, era proprietário de 28 crianças e 10 mães escravas. Desse modo, havia uma tendência dos maiores proprietários de escravos batizarem pouco “para baixo”. É possível somar aos dois casos anteriores o de Antônio João Vieira, que não consta nesse último quadro, mas figura no Quadro X como o segundo proprietário mais abastado. Dos 8 afilhados desse último, 3 eram filhos de outros proprietários de escravos, 4 eram filhos legítimos de família não titulada e sem propriedade escrava e apenas 1 era filho de mãe livre solteira.

Até mesmo os pequenos proprietários como Francisco da Costa Pereira, Antonio Figueira Marques e Francisco da Cunha Maciel, que apareceram como senhores de uma criança e de uma mãe escrava, não batizam outros escravos, se restringindo a no máximo apadrinharem crianças livres filhas de mães solteiras.

O único caso foi o de Domingos José de Oliveira que, mesmo sendo proprietário de 1 criança e uma mãe escrava, batizou 6 rebentos escravos, pouco mais de um quarto dos seus afilhados. Desse modo, de acordo com Cacilda Machado, o batismo, mesmo sendo em muitos casos incompatível com a escravidão, como afirmam Schwartz e Gudeman, também poderia ser uma ferramenta ao dispor das relações paternas, pois o compadrio poderia funcionar também como um recurso de controle social mobilizado pelos proprietários, dado o seu caráter de uma aliança hierárquica.²⁵⁸ Contudo, a situação mais observada no interior das relações de compadrio da vila de São Francisco do Sul sugere que proprietários de escravos, fossem grandes ou pequenos, tendiam a não figurarem como padrinhos de escravos. Assim, ao se tratar dos mecanismos societários da elite local, pode-se perceber que o ordenamento hierárquico e as posições sociais ocupadas eram relevantes no momento do estabelecimento do parentesco espiritual. Nessa situação de hierarquia, vale a pena relembrar o caso em que o Juiz Municipal Silveira escrevia ao Presidente reclamando da falta de deferência dos escravos para com ele, que nem tiravam o chapéu em sinal de reverência.

Além disso, não se pode deixar de notar que dos cinco Juízes Municipais estudados no capítulo anterior, apenas Francisco de Oliveira Camacho e Joaquim José

²⁵⁸ MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 50. 2006.

de Oliveira Cercal figuram entre os indivíduos mais convidados para apadrinharem crianças da comunidade. Ambos ligados a produção agrária.

Contudo, seguramente os dois indivíduos que mais apadrinharam crianças estavam ligados a atividade mercantil. Manoel José de Oliveira vivia “de seu negócio”.²⁵⁹ Já Francisco da Costa Pereira possuía uma loja²⁶⁰ e o inventário de sua esposa, dona Antônia Maria do Carmo, aberto em 1850 foi analisado pela historiadora Denize Aparecida da Silva. Nele foi encontrado menção a posse de dois escravos marinheiros, a propriedade de um patacho ancorado no porto carregado com 2 960 alqueires de farinha que seriam enviados para o Rio de Janeiro.²⁶¹ Além dos dois escravos marinheiros, o casal também possuía outros onze escravos que trabalhavam na produção agrícola e nos serviços domésticos. Nesse sentido, nota-se que havia uma diversificação das atividades, ou seja, produtores nem sempre eram só produtores e comerciantes nem sempre eram só comerciantes.

O Quadro XII também revela alguns dados sobre o compadrio escravo. Observa-se que havia uma tendência maior dos casais escravos em chamar outros escravos como padrinhos, ao contrário das mães escravas solteiras que, em boa parcela dos casos, acabavam tendo homens livres como seus compadres.

Quadro XIII

Distribuição dos padrinhos e madrinhas das crianças escravas

Ilegítimas

Padrinho Livre	Padrinho Escravo	Madrinha Livre	Madrinha Escrava
221	146	230	137

²⁵⁹ *Sumário pela queixa de Antonio Francisco Nóbrega contra Antônio José da Cunha*. Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Processos do Juízo do Delegado (1842-1843).

²⁶⁰ *Sumário pela queixa dada por Antônio Carlos Machado de Oliveira contra o preto Aleixandro escravo de Francisco da Costa Pereira*. Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Processos do Juízo do Delegado (1842-1843).

²⁶¹ SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. PPHIS – UFPR: 2004, p. 36.

Legítimas

Padrinho Livre	Padrinho Escravo	Madrinha Livre	Madrinha Escrava
19	35	21*	32

Fonte: Assentos de batismo da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Livros IX e X. Arquivo da Mitra diocesana de Joinville.

* em um assento não constava a madrinha, sendo grafada ao lado do padrinho a invocação de São José do Patrocínio.

Aparentemente quem “conseguia privilégios” dentro do cativeiro como casar-se formalmente, também “conseguia” padrinhos escravos, de modo que estes parecem ter sido realmente valorizados pelos cativos, não aparentando ter resultado da falta de oportunidade de ter padrinhos livres. Além disso, os índices de mães escravas solteiras não devem ser vistos como produto de promiscuidade escrava, mas antes da interação dessas mulheres com os homens livres, não necessariamente seus proprietários, em um processo estimulado pelo tamanho reduzido das escravarias. A maior interação com o mundo dos livres pode ter sido uma das razões para o maior número de compadres livres, quando comparados com os casais escravos. Contudo, evidente que não se pode desprezar que as relações entre escravas e escravos, do mesmo proprietário ou não, sem o sacramento da igreja, também podem ter sido responsáveis pelos altos índices de ilegitimidade.

Já em relação aos libertos, os números do Quadro XII são singelos, mas o são pela questão metodológica de ter-se adotado a percepção dos vigários como principal elemento de classificação social. Muitos que apareciam como forros ou libertos em uma oportunidade, nas seguintes não recebiam a mesma classificação. É o caso, por exemplo, de Maximiano Pereira Lima e sua esposa Joaquina Correa Nunes, que em 1844 são padrinhos de Maria, filha legítima de Estácio de Sousa e sua mulher Maria Inácia. O casal de padrinhos foi grafado como forro pelo vigário Benjamin Carvalho de Oliveira. Porém, nos registros do vigário Benjamin, nos anos de 1846, 1848 e 1850, novamente eles aparecem como padrinhos de três crianças escravas e a classificação de forro desaparece. Um dos escravos afilhados pertencia a Francisco Pereira Lima, possivelmente antigo proprietário de Maximiano, que permitiu que seu ex-escravo usasse o seu sobrenome. Desse modo, mesmo com o fim do estigma de forro nos

registros, Maximiano parecia manter relações sociais com os antigos companheiros de senzala e, talvez, relações de dependência com seu antigo senhor.

As relações de dependência com os antigos proprietários podem ser também indicadas pelos registros dos vigários em pequenos detalhes. É o caso, por exemplo, de Benedita e Joana. A primeira foi madrinha do escravinho Francisco e a segunda foi mãe solteira de José. Ambas aparecem qualificadas pelo vigário Benjamin como “*Escrava forra*”, apontando que em algumas situações o peso do passado cativo permanecia, gerando classificações híbridas que podem assinalar o fio da navalha de se ficar entre a escravidão e a liberdade. Talvez esse tipo de classificação resultasse de um passado familiar cativo, sendo classificado como “*escravo forro*” os filhos e netos de forros.

Novamente remonta-se ao caso do Juiz Silveira que ao reclamar a ausência de deferência, buscava demarcar sua posição de que deseja ficar próximo fisicamente dos mais pobres, contudo mantendo as distâncias sociais. No caso das relações de compadrio se percebe um movimento similar a interação que ocorria entre livres e pobres, porém as distâncias sociais continuavam a ser demarcadas em um processo de incorporação hierárquica.²⁶²

Nesse capítulo tratou-se de aspectos da vida social em São Francisco do Sul através de dados sobre a população local e sobre o seu porto. O objetivo foi, vista a movimentação política das elites locais nos capítulos anteriores, obter informação sobre a posição dessas elites no interior da sociedade local. No próximo e último capítulo, será discutida a trajetória de um dos juízes – Francisco de Oliveira Camacho – com a finalidade de analisar as razões que o fizeram ocupar o posto, seu papel dentro da comunidade e suas relações com as autoridades supralocais.

²⁶² Sobre as discussões das relações de proximidade física com ritos de deferência no Brasil do século XIX ver: GRAHAM, Richard. *Op. Cit.* Sobre a noção de incorporação hierárquica ver: DUMONT, Louis. *O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.

4. Francisco de Oliveira Camacho: a trajetória de uma autoridade local

O objetivo deste capítulo consiste em analisar a trajetória do Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho nas décadas de 1810 a 1840. Observá-lo, afinal, permite compreender algumas das possibilidades que se apresentavam aos membros das elites locais no contexto de transições entre a independência, o período regencial e o segundo reinado. Para esta empreitada, serão utilizados conjuntos documentais diversos como fontes camarárias, correspondências oficiais, artigos de jornal e registros de batismo.

Optou-se, assim, por analisar a trajetória de Camacho em função de ele ter sido um dos cinco juízes municipais investigados no capítulo anterior e também da constatação da sua importância política, dada a quantidade de referências que existem a ele na documentação.

As alianças e os conflitos em que se envolveu permitem adentrar no Brasil do início da formação do Estado, pois suas estratégias podem ser lidas como possibilidades encontradas por setores das elites locais para participar desse processo, já que tinha a certeza de que partes dos seus interesses seriam atendidos naquele contexto de mudanças e incertezas. Ao mesmo tempo, essas estratégias demonstram as maneiras encontradas para a construção e reafirmação da autoridade dos potentados nas suas localidades. E na via oposta, elas também permitem avaliar as escolhas feitas pelo poder central e provincial, visando centralizar o poder e reduzir a autonomia local.

4.1 Mando militar e violência: a turbulenta década de 1820

O sul da América portuguesa foi palco de intensos conflitos entre luso-brasileiros e castelhanos. Essas hostilidades entre o governo luso e o espanhol em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX produziram impactos em São Francisco do Sul.²⁶³ A tomada da ilha de Desterro pelos espanhóis em 1777 corroborou a fragilidade da posse lusa no sul²⁶⁴ e as vilas do litoral meridional foram constrangidas

²⁶³ Cf: CUNHA, Rogério Pereira da. *Tem esta povoação sofrido “veixames”: A câmara de São Francisco do Sul na década de 1820*. Monografia de Conclusão de Curso: Mimeo DEHIS, 2007.

²⁶⁴ MIRANDA, Antônio Luiz. *Os espanhóis na ilha de Santa Catarina em 1777*. In:____ BRANCHER, Ana e AREND, Silvia Maria Fávero (orgs). *História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: UFSC, 2004. pp. 93-109.

a ceder recrutas, obtidos de forma coercitiva, para compor as fileiras das Tropas de Primeira Linha.

São Francisco do Sul também foi afetada pelos conflitos no Sul no período de 1825 a 1828, quando algumas embarcações de comerciantes locais foram tomadas por corsários da região do Prata. Entre os comerciantes que tiveram suas naveas roubadas encontra-se Antônio Carvalho Bueno, que foi a principal liderança da vila nas primeiras décadas do século XIX. Cita-se também João Vicente Nóbrega que era pai do Juiz Municipal Dutra e que teve sua sumaca apresada em frente à barra do Rio de Janeiro.²⁶⁵ Esses dois indivíduos eram ligados pelo casamento de seus filhos, pois o filho de Dutra (João Vicente Nóbrega Dutra) casou-se com a filha de Carvalho Bueno (dona Úrsula Maria de Jesus).²⁶⁶ A união de João Vicente com Úrsula pode ser lida como uma aproximação entre famílias inseridas na atividade mercantil de venda de farinha de mandioca para o Rio de Janeiro.

As tensões da guerra da Cisplatina certamente produziram impactos negativos na atividade comercial do Centro-Sul, pois foram frequentes os anúncios de editais no *jornal do commercio*, que divulgavam a partida de comboios militares do Rio de Janeiro, os quais acompanhariam as embarcações comerciais em direção ao Sul.²⁶⁷

Entretanto, não foi somente cedendo homens e tendo embarcações apresadas que essas vilas foram afetadas. Nesse contexto de tensão militar no Sul houve também um recrudescimento dos treinamentos e manobras das Tropas de Segunda Linha (Milícias e Ordenanças) que ficavam sitiadas nas vilas. Além disso, o aumento dos efetivos das tropas pagas onerou as diversas localidades que constantemente foram obrigadas a pagar *fintas de farinha* para alimentar os soldados. No caso de São Francisco do Sul, não só esse tipo de imposto sobrecarregava os produtores, mas também os constantes calotes por parte do governo da Capitania/Província, que comprava farinha, mas não efetuava os pagamentos com regularidade.

²⁶⁵ *Relação das embarcações apresadas pelos corsários argentinos pertencentes acatharinenses (1825-1828)*. Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, VolIII : Florianópolis, typografia da escola artífices, 1914. p. 102.

²⁶⁶ **Cf:** NASCIMENTO, Antonio Roberto e CALDEIRA, Joaquim Augusto Bravo. *Os Carvalhos Buenos*. Edição dos autores: s/d.

²⁶⁷ **Cf:** Jornal do Commercio. 3 de novembro de 1827. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia. Microfilme sob a guarda da Biblioteca Pública do Paraná.

Ao mesmo tempo, o aumento das obrigações com as tropas não pagas também afastava produtores de suas lavouras, gerando muitas reclamações e prejuízos.²⁶⁸ Foram, portanto, tempos difíceis para os pequenos produtores que, ou eram afastados das suas lavouras em função do serviço militar ou não eram devidamente pagos pela farinha que produziam e vendiam para o governo e sofriam com a cobrança de impostos.

Nessa conjuntura, o ano de 1822 foi de grande conflito na vila de São Francisco do Sul, principalmente em decorrência do motim dos milicianos contra o seu comandante, o Tenente Coronel Francisco de Oliveira Camacho que na década seguinte se tornaria Juiz Municipal do Termo, conforme visto no capítulo 2.

Camacho nasceu em São Francisco do Sul no ano de 1784. Seu pai era lavrador que migrou de Laguna e se casou com a francisqueira Dona Isabel Maria de Jesus. Camacho, quando jovem, passou um período em Desterro tomando aulas de latim com o objetivo de seguir carreira eclesiástica, contudo, sem dar prosseguimento, regressou para São Francisco do Sul. Foi nomeado Alferes da Ordenança, sendo em 1814 colocado no posto de Tenente. Em 1817 se tornou Comandante Interino do distrito, unificando o mando da Ordenança e da Milícia. Em 1818 construiu “*as suas custas*” para atender um pedido do governador, uma estrada que ligava o centro da vila à barra do Araquari (mais ao sul da ilha), e, finalmente, em 1819 foi promovido a Comandante do Batalhão de Caçadores Milicianos de São Francisco do Sul.²⁶⁹

Sua ascensão dentro das patentes militares foi impulsionada pelas suas boas relações com o governador da capitania – João Vieira Tovar e Albuquerque – que ocupou o cargo de 1817 a 1821 (período em que se verificou a maioria das promoções de Camacho). Cabia ao governador o comando militar da capitania, competindo a ele conceder ou retirar patentes militares.

A relação entre Camacho e o governador era bastante estreita, pois eram compadres tendo Camacho batizado uma filha ilegítima de Tovar e Albuquerque (Dona Carolina Rosa Tovar e Albuquerque). Quando do retorno do governador para Portugal,

²⁶⁸ Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)*. Representação da Câmara de São Francisco do Sul enviada as Cortes Gerais em 1821. Livro com folhas não numeradas.

²⁶⁹ PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. pp. 154-155.

em 1821, Carolina foi deixada aos cuidados do padrinho, por quem foi criada.²⁷⁰ A moça se casou com Crispim Gomes de Oliveira (também afilhado de Camacho) e o primeiro filho do casal também teve o Tenente Coronel como padrinho.²⁷¹ Os Gomes de Oliveira eram proprietários de terras e escravos, sendo essa parentela a principal família aliada de Camacho. Possivelmente por razões biológicas, Camacho e sua esposa – dona Rosa Inácia – não tiveram filhos, assim, a jovem Carolina foi tratada como rebenta pelo casal. Vale ressaltar que Crispim e Carolina foram os principais herdeiros do inventário do Tenente Coronel.²⁷²

O pai de Crispim, o capitão Salvador Gomes de Oliveira, ocupou diversos cargos na Câmara Municipal como vereador e Juiz Ordinário.²⁷³, tendo falecido em 1850. Em seu inventário, segundo a pesquisadora Denize Aparecida da Silva, constava uma escravaria composta por 23 cativos, sendo 12 mulheres e 11 homens, e seu patrimônio, avaliada em 18 contos, quantia alta para os padrões locais, contudo bastante modesta se comparada com as fortunas das áreas exportadoras. Seu patrimônio basicamente estava empatado em terras e escravos.²⁷⁴

Silva percebeu também que as escravarias de Francisco de Oliveira Camacho e Crispim Gomes de Oliveira possuíam relações bastante estreitas por meio do compadrio.²⁷⁵ Foi possível verificar que Crispim tinha negócios juntamente com Camacho no Distrito de Nossa Senhora da Penha de Itapocoroi. Crispim, com o auxílio de dois casais escravos pertencentes ao Tenente Coronel explorava madeira que, possivelmente, era vendida para o Rio de Janeiro, conforme indícios encontrados nos

²⁷⁰ PIAZZA, Walter Fernando. *Idem*.

²⁷¹ Assentos de batismo da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Livros IX e X. Arquivo da Mitra diocesana de Joinville. Assentos do dia 21 de janeiro de 1846.

²⁷² Cf: Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Inventário de Francisco de Oliveira Camacho de 1862.

²⁷³ Cf: Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)*.

²⁷⁴ SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. PPHIS – UFPR: 2004, pp. 45-49.

²⁷⁵ SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. PPHIS – UFPR: 2004, pp. 74-75.

ofícios dos Juízes Municipais.²⁷⁶ De acordo com o historiador José Augusto Leandro, optava-se por utilizar casais escravos na extração de madeira em virtude de a união estável vivida minimizar os desejos de fugas, pois as matas fechadas dificultariam o processo de captura. Desse modo, escravos satisfeitos com as vantagens obtidas no cativeiro seriam mais confiáveis.²⁷⁷

Outro dado que demonstra a forte ligação entre o Coronel Camacho e os Gomes de Oliveira, especialmente o Capitão Crispim, puderam ser verificados nos registros de batismo do dia 30 de março de 1850 quando na mesma ocasião foi batizado Saturnino, filho de Crispim e dona Carolina Tovar e Albuquerque, tendo como padrinho Manoel José Gomes de Oliveira. Significativo é que nesse mesmo dia, três escravos do coronel Camacho também foram batizados. Dentre estes, uma escrava, de nome Florência, filha legítima dos escravos José e Iria, teve como padrinho Joaquim Gomes de Oliveira. Esses batismos foram realizados no Distrito de Penha, demonstrando que os Gomes de Oliveira estavam naquela região e utilizavam escravos do Tenente Coronel Camacho. E mais: o batismo dos escravos foi realizado no mesmo dia em que o do filho do Capitão Crispim, apontando para a possibilidade de uma cena em que o filho do Capitão dividiu a pia batismal com os escravos do Coronel Camacho.²⁷⁸ Esses dados reforçam a ligação dessas duas famílias que, para os padrões locais, eram grandes proprietárias de terras e escravos com indícios de tímida atividade mercantil.

O fidalgo Tovar e Albuquerque – português e veterano da Guerra no Sul - ocupou o cargo de governador após sofrer uma mutilação em combate, perdendo um dos braços. Fez fama na Capitania de Santa Catarina por meio do modo de comandar pautado no uso excessivo da violência. De acordo com memórias da época “*por qualquer falta(mandava) açoitar os milicianos nus da cintura para cima, derramando*

²⁷⁶ Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 27 de março de 1846.

²⁷⁷ Cf: LEANDRO, José Augusto. *Gentes do mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888*. Tese de doutorado. UFSC, 2003.

²⁷⁸ Cf: Assentos de batismo da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Livros X. Arquivo da Mitra diocesana de Joinville. Assentos do dia 30 de março de 1850.

sangue ate os pôr quase a morrer na praça pública, sem haver lágrimas nem rogos que o fizessem flexir (sic)”.²⁷⁹

Pelo mesmo tipo de procedimento, Camacho foi alvo de um motim entre os milicianos em dezembro de 1822. De 1817 a 1822, o Tenente Coronel praticou açoites e violência contra os seus subordinados milicianos. Possivelmente os constrangeu a serviços forçados na construção de estradas e outras benfeitorias na vila. A maioria das reclamações efetuadas pelos milicianos e pela Câmara não surtiu efeito no período de 1817 a 1821, pois possivelmente o governador protegeu o compadre Camacho.

Contudo, após o retorno de Tovar e Albuquerque para Portugal, as reclamações contra o Tenente Coronel Camacho começaram a apresentar resultados. No dia quatro de maio 1822, depois de receber uma representação da Câmara assinada pelos edis e por alguns milicianos, o Príncipe Regente D. Pedro I decidiu destituir Camacho do cargo de Comandante do Batalhão de Caçadores, afastando-o da chefia da Milícia. Foi instaurada uma comissão com o objetivo de apurar as denúncias e o resultado da investigação corroborou as acusações.²⁸⁰

Todavia, Camacho se mobilizou para fazer sua defesa. Dirigiu-se a Desterro e ao Rio de Janeiro, logo após a decisão da comissão, com a finalidade de apresentar duas representações a seu favor: uma delas assinada por trinta e quatro pessoas e a outra por cento e dezoito indivíduos, ambas atestando a sua conduta e boa índole.²⁸¹ Ao que parece, com o fim da proteção de Tovar e Albuquerque, foi necessário mobilizar outros recursos para rebater as acusações e Camacho buscou se defender por meio da declaração de membros da localidade a seu favor. E dessa forma, como era um grande

²⁷⁹ Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, VolVIII : Florianópolis, typografia da escola artífices, 1919. p. 12.

²⁸⁰ *Ofícios do Presidente da Junta Provisória do governo da província de Santa Catarina com o Ministério dos estrangeiros no período de 1822 à 1825.* Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Acervo n. 1 Estante n. 5D. Universidade Federal De Santa Catarina. Núcleo de Estudos Portugueses. Série Filológica. Tomo: XXV – V. 1. Transcrição Paleográfica: CORREA, Ana Rita Chaves; SILVA, Luciana Cristina da; GESSER, Maricélia da Silva. 1997, pp. 65-66. 16 de agosto de 1822.

²⁸¹ *Ofícios do Presidente da Junta Provisória do governo da província de Santa Catarina com o Ministério dos estrangeiros no período de 1822 à 1825.* Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Acervo n. 1 Estante n. 5D. Universidade Federal De Santa Catarina. Núcleo de Estudos Portugueses. Série Filológica. Tomo: XXV – V. 1. Transcrição Paleográfica: CORREA, Ana Rita Chaves; SILVA, Luciana Cristina da; GESSER, Maricélia da Silva. 1997.

proprietário de terras e escravos, aliado de famílias com o mesmo perfil, Camacho conseguiu mobilizar sua clientela e aliados para obter o referido número de assinaturas.

A relação entre Camacho e Tovar e Albuquerque demonstra sua estratégia de estreitar relações com as lideranças da capital Desterro. Nesse sentido, ele caminhava na contramão de uma grande parcela da elite local, sobretudo aqueles ligados a prática mercantil que, com frequência, se dirigiam as autoridades centrais para reclamar das autoridades provinciais. Conforme um documento elaborado pela Câmara pouco antes da independência, que seria dirigido para as cortes portuguesas, Desterro era responsabilizada por membros da elite local por decretar derramas, cobrar os impostos sobre as lojas e tabernas, a décima predial, a meia sisa de compra e venda de canoas, bens de raiz e escravos e os tributos pelo gado de corte abatido. Tudo isso os fazia sofrer “*vexames pela capital hoje província*”, fazendo-os se tornarem “*um povo miserável*”. Esse documento, de 1821, foi assinado pelos quatro eleitores da paróquia que participariam da votação que escolheria o Deputado da Província nas Cortes. Eram eles Antônio Carvalho Bueno, Jacinto Fernandes Dias, Joaquim Gonçalves da Luz e Joaquim José de Oliveira.²⁸² Os dois primeiros seguramente estavam envolvidos em atividades mercantis com o Rio de Janeiro, pois conforme visto, Carvalho Bueno teve uma embarcação sua apresada por castelhanos na década de 1820 e Jacinto Fernandes Dias era proprietário da sumaca *vencedor* que fez pelo menos duas viagens para o Rio de Janeiro no ano de 1812.²⁸³ Quanto a Joaquim Gonçalves da Luz, conforme já observado nos capítulos anteriores, foi Juiz de Paz nas décadas de 1830 e 1840. Já Joaquim José de Oliveira era escrivão da Câmara, porém, no início da década de 1830 mudou-se para a vila de Cananéia onde ocupou os cargos de Juiz Municipal e de Órfãos na década de 1840. Por ter saído da vila, perdeu o direito da serventia vitalícia do cargo de escrivão.²⁸⁴

²⁸² Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)*. Representação da Câmara de São Francisco do Sul enviada as Cortes Gerais.

²⁸³ Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Vol III: Florianópolis, tipografia da escola artífices, 1914. PP. 94-101. Relação dos passaportes reaes que se expedirão pela Secretária do Governo da Ilha de Santa Catarina e dos papeis com que sahirão as embarcações etc.

²⁸⁴ Cf: Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC. Ofício de 15 de julho de 1847.

Enquanto membros da elite mercantil reclamavam das instâncias provinciais, setores mais ligados a produção agrária acabaram se voltando para Desterro. Pode-se levantar a hipótese de que a ascensão nas patentes militares pudesse ser um dos fatores preponderantes que incentivavam os proprietários rurais a se aproximar das lideranças provinciais. Mas certamente não era o único, pois à medida que as instâncias provinciais se fortaleciam, elas passavam a controlar e distribuir mais recursos. Desse modo, parte da elite local pode ter sido cooptada como braços da centralização provincial.

De acordo com o parecer da Junta Governativa Provisória, Camacho “*nunca se serviu do emprego para favorecer seus interesses(...) [e o problema residia] na rigorosa execução que elle Tenente Coronel dera à **arbitrárias** ordens do Governador Tovar, que o encarregou do Comando do Distrito, **fazendo castigos conforme o espírito do tempo.***”²⁸⁵. Ou seja, o governador até então tinha servido como almofada de proteção contra as acusações, contudo, com o seu afastamento, passou a ser responsabilizado pelos atos de violência cometidos por Camacho contra os seus subordinados milicianos. É significativo perceber que no primeiro momento a Junta Governativa Provisória, instância provincial que daria origem posteriormente aos Conselhos Provinciais e depois as Assembleias Legislativas Provinciais, acabou minimizando as responsabilidades de Camacho e colocando tudo na conta do ex-governador.

Sendo assim, pode-se afirmar que em um primeiro momento as andanças de Camacho por Desterro e pela Corte ajudaram na sua defesa, pois em 7 de novembro o jovem imperador ordenou dar cumprimento a uma portaria que lhe devolvia o comando da Milícia. Essa decisão, ao chegar à vila no dia 10 de dezembro, produziu alvoroço entre os milicianos que novamente se dirigiram à Câmara para que ela intercedesse junto ao Imperador e a Junta Provisória para impedir a volta do Tenente Coronel, pois temiam “*a perda das suas pessoas, de suas famílias, e de seus bens*”. A

²⁸⁵ *Ofícios do Presidente da Junta Provisória do governo da província de Santa Catarina com o Ministério dos estrangeiros no período de 1822 à 1825.* Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Acervo n. 1 Estante n. 5D. Universidade Federal De Santa Catarina. Núcleo de Estudos Portugueses. Série Filológica. Tomo: XXV – V. 1. Transcrição Paleográfica: CORREA, Ana Rita Chaves; SILVA, Luciana Cristina da; GESSER, Maricélia da Silva. 1997, pp. 65-66. 16 de agosto de 1822.

representação foi assinada por quarenta e três indivíduos entre edis, milicianos e outros indivíduos.²⁸⁶

A situação convulsionou no dia 22 de dezembro quando o Tenente Coronel

*“acompanhado de seus amigos, parentes e escravos tomou a insana resolução de ir apresentar-se, como em triunfo, na vila, onde é quase geralmente detestado, consentindo que os de sua facção lhe dessem vivas (...)dar-lhe [ao Tenente-Coronel Camacho] qualquer commando, seria desgraçar os moradores, e expôlos a lauses de desesperação; porque a vista do que se tem passado, já se não pode esperar reconciliação(...) [Camacho] mostra estar animado d’espírito de vingança, porque tem feito ameaças(...) e fica comprovado(...) que se não He revoltoso, áo menos não ama a tranqüilidade publica, e He orgulho.”*²⁸⁷

Após essa demonstração pública de triunfo, Camacho foi preso pelos milicianos na cadeia da Câmara e posteriormente conduzido para Desterro, com a finalidade de ser entregue a um Conselho de Guerra que deveria julgar seu caso. Na capital permaneceu preso por alguns dias até ser liberado por apresentar sinais de saúde debilitada, retornando a São Francisco do Sul. O desfecho desses acontecimentos foi a decisão de D. Pedro I, em setembro de 1824, de reformar o Tenente Coronel pelos seus serviços prestados, porém afastando-o do comando militar da vila.²⁸⁸ Ele voltaria, porém, a ser o chefe militar na década seguinte como será visto adiante.

Toda essa narrativa expõe uma das situações em que Camacho apareceu na documentação. Nessa, e em várias outras, duas coisas ficaram evidentes: em primeiro lugar a sua estratégia de se aproximar das lideranças provinciais para construir o seu mando na vila de São Francisco do Sul e em segundo as suas relações tumultuadas com os membros da elite local. Vale lembrar o teor de alguns ofícios que ele, no cargo de Juiz Municipal, dirigia ao Presidente da Província alegando irregularidades nos atos dos

²⁸⁶ Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Vol V: Florianópolis, typografia da escola artífices, 1916. pp.58-62.

²⁸⁷ *Registro das Correspondências da Junta Governativa Provisória com o Ministério da Guerra – 1822 à 1824.* Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Acervo n. 1 Estante n. 5D. Universidade Federal De Santa Catarina. Núcleo de Estudos Portugueses. Série Filológica. Tomo: XXV – V. 1. Transcrição Paleográfica: DOLENGA, Ila; MARTINEZ, Leonil; LISBOA, Patrícia; CONRAT, Vanderléia. pp. 102-104.

²⁸⁸ *Ofícios do Conselho Supremo Militar ao Governador da Capitania/Presidente da Província de Santa Catarina – 1821 à 1827.* Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, caixa 30. Transcrição Paleográfica: MERKLE, Carina; GREGGIO, Saionara e DUARTE, Vera Lucia. Documento Número 122.

foros militares comandados localmente ou declarando a negligência do Juiz de Paz quanto à formação das listas das pessoas aptas a entrarem na Guarda Nacional. Desse modo, ele, por meio do Juízo Municipal, acabou agindo como fiscal da Província na vila.

Com base nisso, é possível observar que as instituições provinciais tiravam muito partido da ação de indivíduos como Camacho. Pois, com o processo de redução da autonomia municipal, sobretudo após o Ato Adicional de 1834,²⁸⁹ o controle provincial foi reforçado pela ação de comissários do governo provincial nas localidades. Assim, ficou evidente uma centralização provincial que, por sua vez, reforçava a centralização da corte. Ambas as instâncias estavam orientadas a minar a autonomia municipal e, para isso, contavam com a ação de indivíduos como Camacho. No caso de São Francisco, observa-se que fizeram isso por meio da concessão de cargos a setores dissidentes da elite local, normalmente grupos mais ligados a produção agrária do que a atividade mercantil.

O cargo de Juiz Municipal também deve ser percebido como um instrumento que produzia centralização provincial, pois, conforme foi visto no capítulo 2, o Juiz Municipal funcionava localmente como um colaborador do Presidente, executando suas ordens administrativas e policiais. Desse modo, a essência do cargo acabava reforçando a autoridade provincial nas vilas.

O período de 1817 a 1824 foi permeado por grande tensão entre setores das elites locais de São Francisco, Lages e Laguna com o governo provincial. Em partes, essa crise na relação estava ligada à cobrança de impostos e as constantes *fintas de farinha* e outros produtos para os esforços de guerra. O direcionamento das mercadorias para as áreas de conflito juntamente com os calotes do governo certamente além de prejudicar os pequenos produtores, também produzia impactos negativos na atividade mercantil afetando os comerciantes.²⁹⁰

²⁸⁹ Sobre a centralização provincial após o Ato Adicional ver: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007. pp. 81-154. COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. pp. 98-147. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 23.

²⁹⁰ Sobre as tensões entre a Câmara de São Francisco do Sul e o governo provincial ver: CUNHA, Rogério Pereira da. *Tem esta povoação sofrido “veixames” pela capital: a câmara de São Francisco do*

Sendo assim, camacho acabou por tirar proveito dessa situação de conflito para estreitar seus laços com as autoridades provinciais. A Junta Governativa, a mando do governo central, lançou um edital em 1823 no qual buscava, por meio de doações, arrecadar fundos para financiar os esforços de guerra. Contudo, nesse mesmo ano, ela enviou para D. Pedro I uma correspondência, na qual reclamava não ter recebido das câmaras, até aquele momento, nenhuma satisfação sobre a arrecadação de São Francisco, Laguna e Lages, de modo que os próprios funcionários da Junta e da Fazenda Pública tiveram que doar para os esforços de guerra um mês dos respectivos ordenados.

291

Em São Francisco do Sul, apenas Francisco de Oliveira Camacho havia doado recursos para os esforços na quantia de 32\$000 réis, a nona maior doação de outras quarenta e oito feitas em espécie em toda a Província. Duas doações foram em artigos de guerra.²⁹² Enquanto Camacho doava recursos, a Câmara Municipal reclamava da situação em que uma grande quantidade de recursos partia para Desterro, via impostos, porém nada retornava em forma de “socorro” a vila.²⁹³

Portanto, menos de um ano após o motim e com o processo ainda em andamento, Camacho percebe no edital da Junta Governativa uma possibilidade de melhorar sua imagem e se aproximar do governo provincial e central. Aparentemente, tomou partido dos problemas que estavam acontecendo entre as elites locais e a província para reforçar sua posição não dentro da vila, mas fora dela.

Os setores mercantis da Província de Santa Catarina reclamavam dos tributos que impunham perda de autonomia local. Além disso, a Câmara de São Francisco do Sul em 1821 também reivindicava que o Comandante Militar fosse escolhido pela Câmara e soldados por meio do voto e que seu comando fosse de somente um ano. É significativo, portanto, notar que a autonomia municipal estava sendo esvaziada antes

Sula na década de 1820 e sua relação com outras esferas administrativas. Monografia: DEHIS/UFPR, 2007.

²⁹¹ *As Juntas Governativas e a Independência.* Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura/Arquivo Nacional, 1973, Vol III. Pp. 1224-1226

²⁹² *As Juntas Governativas.* Op. Cit. p. 1225.

²⁹³ Cf: CUNHA, Rogério Pereira da. *Tem esta povoação sofrido “veixames” pela capital: a câmara de São Francisco do Sula na década de 1820 e sua relação com outras esferas administrativas.* Monografia: DEHIS/UFPR, 2007.

mesmo da independência, ou da Lei de 1828 que transformou as câmaras em corporações meramente administrativas e até mesmo antes do Ato Adicional de 1834.

Camacho acabou participando desse esquema provincial como uma espécie de grupo não preponderante da elite local que foi cooptado pelas práticas do governo provincial. Na medida em que atuava como comissário local da província, era revestido de autoridade que em um primeiro momento vinha de fora, no caso da capital Desterro, porém na medida em que controlava localmente os recursos provinciais, essa autoridade também passava a vir de dentro da própria vila. Dessa forma, Camacho passava a representar uma nova ordem de restrição das autonomias locais e submissão ao poder provincial. Conforme afirma Dolhnikoff, houve um esvaziamento das elites locais em detrimento da elite provincial.²⁹⁴ Seguramente pode-se afirmar que Camacho, durante as décadas de 1830 e 1840 ascendeu à elite provincial e construiu suas próprias posições na localidade.

Maria de Fátima Gouvêa chamou a atenção para o fato de que no contexto de instabilidade do pós-independência, as instituições regionais tiveram papel de destaque na contenção dos riscos que pudessem levar a fragmentação. Nessa brecha, resultante do contexto de formação do novo Estado, é que as províncias adquiriram representatividade política e participaram da construção do império brasileiro.²⁹⁵

Dentro da vila, ao que tudo indica, Camacho continuava apresentando um desligamento frente ao restante da elite local na década de 1820. Suas alianças basicamente se restringiam a duas famílias: os Gomes de Oliveira e os Oliveira Cercal. Um indício que pode corroborar a pouca ligação de Camacho com o grosso da elite local de São Francisco do Sul pode ser verificado na eleição de 1828 para Juiz de Paz. Dos vinte e oito votantes, apenas dois confiaram seus votos a Camacho.²⁹⁶ A maioria dos eleitores da vila, que compunham a elite local, não queria ver Camacho em um

²⁹⁴ Cf: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.

²⁹⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 18.

²⁹⁶ Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)*. Autos de eleição para Juiz de Paz – 1828.

cargo público, sobretudo com atribuições judiciárias e policiais. Pode-se até sugerir que, talvez, Camacho tenha votado em si mesmo, conseguindo apenas um voto entre os eleitores, ou seja, em síntese, suas alianças locais não eram amplas naquele momento.

4.2 Décadas de 1830 e 1840: o retorno de Camacho aos cargos públicos

Como visto nos capítulos anteriores, em 1833 Camacho constou em primeiro lugar na lista elaborada pela câmara municipal para assumir o cargo de Juiz Municipal, demonstrando que naquela legislatura específica, que contava com o vereador de uma família aliada - Antônio de Oliveira Cercal -, ele conseguiu ser indicado para uma função pública. Também foi visto que ao executar as tarefas desse cargo, Camacho utilizava as oportunidades para estreitar suas relações com o poder provincial, criticando os ocupantes dos outros cargos locais como Juizes de Paz ou membros dos conselhos militares para a formação da Guarda Nacional.

Nesse mesmo período, com o Ato Adicional, foram instituídas as Assembleias Legislativas Provinciais, sendo que essas fortaleceram um processo que vinha se solidificando havia algumas décadas: a ascensão de uma elite provincial em detrimento das elites municipais. Dos governadores para os presidentes de província, dos conselhos provinciais para as Assembleias; essas novas instâncias foram cerceando os poderes locais e para isso contaram com a ação de membros do poder local que atuavam como braços provinciais nas localidades. No Ato Adicional ficava estabelecido que as Câmaras Municipais ficassem subordinadas ao legislativo provincial. As *posturas* municipais elaboradas pelas Câmaras só teriam validade se fossem aprovadas pelas Assembleias. Para Dolhnikoff, o resultado foi “a dependência das localidades em relação ao governo provincial, o que fortalecia este último e conferia à elite provincial um grande poder de barganha com os potentados locais.”²⁹⁷

²⁹⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.p. 119

Dolhnikoff também chama a atenção para o modo como se faziam as eleições para deputados provinciais que adotavam o mesmo procedimento para a escolha dos deputados gerais:

*“Cada eleitor deveria votar em tantos nomes quantos deputados provinciais seriam eleitos. A razão para esse procedimento estava na preocupação dos liberais com a formação de uma elite que transpusesse os limites locais. Queriam uma elite provincial livre tanto das pressões dos grupos municipais quanto das disputas entre facções de grandes proprietários. A obrigatoriedade de cada eleitor escolher 36 nomes – ou 28, ou ainda 20, conforme o número de deputados que compunham a Assembleia de sua província – impedia que fazendeiros com influência apenas em uma pequena localidade dominassem o Legislativo. Somente aqueles com capacidade de obter votos nos mais diversos pontos da província, transcendendo o âmbito local, conseguiriam ser eleitos.”*²⁹⁸

Camacho tinha parentes em Laguna, pois seu pai era natural daquela vila. Sua esposa, Dona Rosa Inácia, era natural de São Miguel e o Tenente Coronel, pelo que se viu, sempre foi muito preocupado em ter boas relações com membros da elite provincial sitiados em Desterro. Além disso, conforme já enunciado, também possuía negócios no Distrito de Nossa Senhora da Penha de Itapocoroi. Talvez por essas razões ele tenha sido o único francisqueense a assumir o posto de deputado provincial nas legislaturas das décadas de 1830, 1840 e 1850, conforme o quadro a seguir.

Quadro XIV

Legislaturas nas quais Camacho foi deputado provincial

Legislatura	Período	Observações
1ª Legislatura	1835-1837	Suplente convocado
2ª Legislatura	1838-1839	Não tomou assento
3ª Legislatura	1840-1841	
4ª Legislatura	1842-1843	
7ª Legislatura	1848-1849	Licenciou-se em 1849
8ª Legislatura	1850-1851	
9ª Legislatura	1852-1853	

²⁹⁸

DOLHNIKOFF, Miriam. *Op. Cit.* pp. 97-98.

10ª Legislatura	1854-1855	Suplente convocado
11ª Legislatura	1856-1857	Não compareceu

Fonte: PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. pp. 154-155.

Para conseguir se tornar deputado provincial, Camacho necessitou, além de manter boas relações com membros das elites das outras municipalidades, melhorar sua imagem perante a comunidade de eleitores de São Francisco do Sul.

Nos anos finais da década de 1820 e os iniciais da década de 1830 existem poucos documentos sobre a vila. Na época em que Camacho foi Juiz Municipal, de 1833 a 1836, não foi localizado qualquer referência de reclamações de membros da localidade contra Camacho. Pode-se sugerir que o período em que ocupou o referido cargo foi fundamental para Camacho, pois além de reforçar sua aliança com as lideranças provinciais, pode também ter melhorado sua imagem perante a vila, mesmo que tenha tido alguns enteveros como Juízes de Paz e membros dos conselhos militares locais.

Conforme observado no Diagrama I, Camacho possuía relações de compadrio com os Gomes de Oliveira e com os Oliveira Cercal. Em 1844 Camacho, juntamente com sua esposa, foi convidado por Antônio Francisco Nóbrega para ser padrinho da pequena Emília.²⁹⁹ Antônio Francisco Nóbrega era natural da ilha do Faiol e estava inserido em atividades mercantis, pois “vivía de seu negócio” e era cunhado de Antônio Caldeira que possuía ligações com o Rio de Janeiro.³⁰⁰ Verificam-se também no Diagrama I que Antônio Nóbrega conectava Camacho com o grupo de comerciantes que pelos compadrios se relacionavam com o Juiz Dutra, entre eles os Fernandes Dias, José Nicolau Machado e Antônio Caldeira. Desse modo, percebe-se que os conflitos entre Camacho e os comerciantes verificados na década de 1820, entre eles o pai e o sogro de Dutra, são substituídos por uma maior aproximação entre esses grupos. Pode-se afirmar com segurança que a proximidade de Camacho com os grupos provinciais e a redução

²⁹⁹ Cf: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

³⁰⁰ *Sumário pela queixa de Antonio Francisco Nóbrega contra Antônio José da Cunha*. Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Processos do Juízo do Delegado (1842-1843).

dos casos em que se indispõem com membros da elite local permitiram essa maior aproximação a partir das décadas de 1830 e 1840.

Pode-se perceber também pelos registros de batismo que Camacho se aproximou de outras famílias nas décadas de 1830 e 1840. Foi convidado por Manoel Pereira Lima para batizar seu filho. A mãe de Manoel Pereira Lima pertencia à família Oliveira Cercal e seu sogro era da família Miranda Coutinho. Observou-se também que os escravos de Camacho foram compadres de escravos da família Miranda Coutinho.³⁰¹

Quintino Alves Maia, que consta no Quadro XII como sendo um dos indivíduos que mais apadrinhou crianças na vila, foi padrinho de um escravinho de propriedade de Camacho. Além dele, José Vieira Rabelo e seus escravos tinham um contato muito intenso com a escravaria de Camacho. A irmã do Coronel, Cesarina de Oliveira Camacho, foi comadre de Francisco da Cunha Maciel que também consta no Quadro XII. O seu primo, Salvador de Oliveira Camacho, era compadre de José da Rocha Coutinho que também foi um dos indivíduos que mais apadrinhou crianças. Por fim, sua irmã, Maria de Oliveira Camacho, foi comadre do tenente Manoel José de Oliveira, comerciante que mais compareceu a pia batismal como padrinho.³⁰² Vale retomar também o parentesco de Camacho com os capitão Bento Gordiano e o pároco Benjamin Carvalho, ambos primos do Tenente Coronel. Também o sobrinho de Camacho, Manoel Machado Pereira que era filho da irmã do Coronel, dona Ana Maurícia da Trindade, possuía estreitas relações com Quintino Alves Maia e a família Gomes Rittes.³⁰³

Portanto, nota-se que os níveis de inserção de Camacho e sua parentela no tecido social foram mais amplos nas décadas de 1830 e 1840 quando comparados com os anos de 1820. Estar ligado ao Estado provincial pode ter sido um fator significativo para essa reviravolta. Contudo, conforme verificado no Quadro XII, Camacho ainda estava longe de ser o indivíduo mais inserido no tecido social. Os dados trabalhados acima não devem ser interpretados como indicadores de que Camacho estava inserido no grupo

³⁰¹ Cf: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

³⁰² Cf: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

³⁰³ Cf: Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

principal da vila. Ele ainda pertencia a um grupo secundário ligado a produção agrária. Os comerciantes possuíam as maiores fortunas e o poder de indivíduos como Camacho ainda vinha da propriedade da terra, de escravos e de sua ligação com as esferas provinciais. Além disso, os comerciantes aparecem nos registros de batismo como os que mais apadrinham crianças, ou seja, com maiores inserções no tecido social.

Entretanto, não foi somente a capacidade de Camacho transpor a âmbito local e melhorar sua imagem na localidade que lhe permitiu acesso aos cargos. O desejo da elite provincial de cooptar alguns indivíduos das elites locais também influenciou nesse processo. No relatório de 1836, o presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti chamava a atenção da Assembleia para a possibilidade de criação de um novo cargo: o de *delegado do termo*. Com isso, o presidente pretendia criar uma figura com funções executivas diretamente subordinadas aos presidentes, de modo similar como a Província de São Paulo havia feito ao criar o cargo de *prefeito*.³⁰⁴ Pelo que foi visto no capítulo 2, o juiz municipal em muitas situações acabou executando essa função, porém, por sua nomeação ser mista – através das listas tríplexes elaboradas pelas câmaras- talvez os presidentes desejassem um novo cargo para ser nomeado diretamente por eles, sem a interferência das elites locais.

Dolhnikoff argumenta que a ação de prefeitos e delegados foi imprescindível para a centralização provincial. Podem-se colocar, além de delegados e prefeitos, os Juízes Municipais também que eram escolhidos e subordinados ao poder provincial e atuavam no processo de submissão dos poderes locais. Desse modo, “a autonomia provincial não significava, portanto, reforço do poder das localidades. Ao contrário, foi instrumento de neutralização do poder municipal.”³⁰⁵

Pela documentação foi possível verificar que a criação de um cargo com essas características ainda estava em pauta no início da década de 1840. Conforme uma exposição feita pelo presidente Francisco José de Souza Soares d’Andréa ao seu sucessor Antero José Ferreira de Brito, a província estava dividida em nove “*comandos militares, entregues a oficiais de confiança e [o presidente d’Andréa] tencionava*

³⁰⁴ Cf. Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina José Mariano de Albuquerque Cavalcanti de 5 de abril de 1836. Disponível em www.crl.uchicago.edu.

³⁰⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007. pp. 118-125.

*revestir das atribuições de delegados da Presidência aos Comandantes Militares de Laguna, Lages, São Francisco e Desterro nos casos de ausência do Presidente”*³⁰⁶

Percebe-se, portanto, que o executivo provincial desejava ter nas localidades um representante direto para agir como encarregado de cumprir as ordens provinciais e fazer valer os interesses da presidência. Como o presidente ficava sitiado em Desterro, era necessário, na opinião de Soares d’Andréa, um comissário do executivo provincial nessas localidades. Obviamente esse comissário deveria estar afinado com os interesses provinciais. No caso de São Francisco do Sul, o Comandante Militar que deveria ser esse comissário era Francisco de Oliveira Camacho que, para o presidente Soares d’Andréa, “*havia prestado bons serviços e era homem de confiança*”.³⁰⁷ Conforme visto no capítulo 2, a Reforma do Código do Processo Criminal em 1841 acabou com as listas tríplexes e reduziu a alçada dos Juízes de Paz. Desse modo, foi possível verificar que os Juízes Municipais que passaram a ser escolhidos diretamente pela presidência puderam ser orientados para ser esse comissário do executivo provincial nas localidades. Além deles, o Comandante Militar também acabava tendo essas prerrogativas.

A década de 1830 foi crucial para Camacho que nela alcançou muitos postos de comando: foi juiz municipal, deputado provincial e, no final da década, chegou ao posto de Comandante Militar, recuperando o controle militar da vila. Sua ascensão a esse posto foi resultado das boas relações estabelecidas com as autoridades provinciais e as demandas da vila por proteção acabaram inibindo qualquer reclamação dos franciscenses, que pudessem estar receosos com a volta de Camacho às funções militares. Essa demanda por serviços militares estava relacionada ao receio de um ataque dos farrapos gaúchos e, principalmente, em razão dos recentes ataques de grupos indígenas que a vila havia sofrido.

Percebe-se que Camacho alcançava postos pelas suas boas relações com a Província e essa o escolheu por entender que ele pertencia a um setor não preponderante

³⁰⁶ Exposição feita pelo Marechal de Campo Francisco José de Souza Soares d’Andréa, no acto de entregar a Presidência da Província de Santa Catarina, ao seu sucessor o exc. Sr. Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito. 1840. Disponível em www.crl.uchicago.edu. Páginas não numeradas.

³⁰⁷ Exposição feita pelo Marechal de Campo Francisco José de Souza Soares d’Andréa, no acto de entregar a Presidência da Província de Santa Catarina, ao seu sucessor o exc. Sr. Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito. 1840. Disponível em www.crl.uchicago.edu. Páginas não numeradas.

da elite municipal, dado o seu histórico de querelas e sua pouca inserção no tecido social pelo batismo, conforme verificado no quadro XII. Assim, Camacho atuou como braço da Província na vila, mas não de maneira impessoal, pois fez uso de seus postos para construir suas próprias posições, como se verá mais adiante.

Sua promoção à Comandante Militar esteve relacionada à necessidade de conter os ataques indígenas na vila que se intensificaram no ano de 1839, criando um pânico geral. Nesse contexto, Camacho recebeu a ordem do presidente de construir uma linha de defesa contra os “*botocudos*”.³⁰⁸ Contudo, pode-se levantar que outros homens da vila de São Francisco do Sul, com experiência militar, estavam aptos a assumir esse posto. Homens que, inclusive, não possuíam histórico de reclamações de procedimentos considerados arbitrários. Então, por que o presidente optou por Camacho? Certamente seus recentes préstimos como juiz municipal e suas ações como deputadas provincial são as principais formas de explicar sua nomeação. Porém não são as únicas.

Parece sintomático que a presidência tenha escolhido Camacho para Comandante Militar e para ser *delegado da presidência*. Justamente um indivíduo que não tinha um trânsito tão estável dentro da elite municipal. É possível afirmar, portanto, que os poderes provinciais podem ter estimulado o surgimento de uma elite provincial pouco conectada aos interesses locais, como sugere Dolhnikoff.³⁰⁹

Para Tavares Bastos, o Ato Adicional de 1834, além de assegurar o desenvolvimento do legislativo, permitiu também às províncias formarem uma estrutura administrativa interna, “criando agentes administrativos nas localidades”.³¹⁰ Desse modo, presidência e Assembleia tiveram durante as regências e a transição para o segundo reinado, a possibilidade de reorientar uma centralização política a partir das províncias. Evidente que essa reorientação afetou as localidades, dando margem para que indivíduos como Camacho construíssem uma autoridade sólida mesmo com pouca inserção no tecido social, quando comparado a outros potentados locais.

³⁰⁸ Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinária do ano de 1840 aberta no primeiro dia do mês de março. Disponível em www.crl.uchicago.edu Anexos: Documento N. 3. Páginas não numeradas.

³⁰⁹ Cf: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.

³¹⁰ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional, 1975. p. 65.

Assim, ao se referir às Câmaras Municipais, o Presidente da Província Soares d'Andrea dizia, em 1840, que “estas corporações [Câmaras Municipais] administram geralmente os seus bens com tanta vantagem como são tratadas todas as administrações entregues a mais de uma cabeça: tudo vai mal e ninguém é responsável.”³¹¹ Portanto, fazia-se urgente acabar com o modelo de administração entregue a “mais de uma cabeça”. Nesse sentido, entende-se a busca provincial pela cooptação de membros da elite local para centralizar a administração.

Esse cenário de centralização provincial foi um ponto importante da argumentação do Visconde de Uruguai contra o Ato Adicional de 1834. Para ele, os governos provinciais, sobretudo as Assembleias, cometeram excessos que só cessaram com a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840.³¹²

É nítido que o poder provincial estabeleceu uma aliança com o Tenente Coronel Camacho no processo de esvaziamento dos poderes municipais e fortalecimento da Província. Percebe-se também que as facções locais secundárias, como a de Camacho, se valorizaram no contexto de transição das regências para o segundo reinado tornando-se decisivas para a implantação da centralização pela via provincial. Também se faz evidente o movimento inverso, no qual esses grupos secundários se valorizam regionalmente e localmente no processo de redução do poder local.

Mas como Camacho se inseriu nessa dinâmica? É certo que seu prestígio por participar diretamente do governo provincial estava em alta perante a comunidade. Cabia-lhe gerenciar localmente recursos oriundos da Província, tais como os destinados para a construção da linha de defesa contra os ataques indígenas e da construção de estradas que ligassem São Francisco do Sul a Curitiba, visando ampliar as trocas comerciais entre as duas vilas.

Desse modo, ao ter acesso a esses recursos, Camacho passou a agir como patrono. Não era mais o militar, compadre do governador, que agredia seus milicianos,

³¹¹ Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em www.crl.uchicago.edu p. 35.

³¹² Cf: COSER, Ivo. *Op. Cit.* pp. 98-147. Ver também: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Op. Cit.* pp. 61-79.

mas outro homem, com atitudes muito diferentes, como observava o médico francês Benoit Mure.

“Vi com meus próprios olhos os pobres moradores de São Francisco saírem ao encontro do Coronel Oliveira, que me guiava em minha viagem de exploração, implorarem os seus conselhos, pedirem seus socorros, exporem-lhe suas queixas mútuas, e ele com uma palavra consolava os aflitos, conciliava as desavenças e indicava o partido que melhor aproveitava em cada circunstancia. Conhecia a família de todos os plantadores, entrava nas circunstâncias mais minuciosas a seu respeito, e a noite, depois de haver partilhado suas comidas frugais, estendia-se junto deles na esteira que lhes servia de cama, e dormia com mais segurança no seio dos matos virgens que visitamos, do que os prefeitos nos palácios suntuosos que lhes elevou a centralização. Que poder porém não é o seu! Quanto amor o paga de todos os seus trabalhos! À sua voz tem-se aberto estradas, construído pontes roteado matos. Larga e fácil comunicação se are entre os postos do interior e as ribeiras do mar. [...] Já por diversas vezes há reunido 60, 80, 100 homens pela benéfica influência do Coronel Oliveira, e em algumas horas fertilizam a terra de um cultivador enfermo ou de uma fraca viúva: a santidade do fim animava e vivificava o seu trabalho, os grãos eram confiados a terra, uma choupana se elevava com celeridade mágica, cada qual abençoava aquele que inspirava essas obras filantrópicas, e retirava-se para a sua casa com o prazer de haver feito o bem e a esperança de ser ajudado também em seus dias de penúria.”³¹³.

Camacho, portanto, tomou partido da sua inserção na província. Ele não pode ser visto simplesmente como um comissário provincial agindo impessoalmente no âmbito local, já que ele utilizava suas prerrogativas para construir suas posições de patrono. E mais, ele tinha suas próprias posições e fazia suas escolhas, independente das orientações provinciais. E dessa forma, utilizou-se do fato de ser comissário da província para reverter sua situação em relação aos problemas de relacionamento que enfrentou no início da década de 1820, quando foi preso pelo motim de milicianos.

Sua história demonstra que ele estava inserido em um modo tradicional de vida, pautando seus negócios na posse de terras, escravos e no contrabando de madeira, mas suas relações com o poder provincial também apontam para ligações com projetos ditos civilizatórios defendidos pelo Estado. Sua amizade com o médico Mure nasceu do

³¹³ Jornal do Commercio. 27 de março de 1841. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia. Microfilme sob a guarda da Biblioteca Pública do Paraná.

projeto de implantar em São Francisco do Sul uma colônia de imigrantes franceses para a qual Camacho concedeu o terreno.³¹⁴

O relatório de 1842 do presidente de província demonstra como Camacho não agia de forma impessoal. De acordo com o presidente, o Coronel desobedeceu a uma ordem sua e extrapolou em muito o orçamento para a construção das obras, a qual estava encarregado. Podia contar com quinhentos mil réis e gastou mais de dezessete contos. O problema foi que a maior parte das despesas era para pagar o jornal de trabalhadores. Sem contar com a verba adicional, Camacho passou a expedir vales aos trabalhadores em nome da Província. O presidente tomou conhecimento do caso, pois começaram a chegar a sua mesa uma série de requerimentos de trabalhadores cobrando a dívida que a Província tinha com eles.

Sendo assim, o governador ressaltou as qualidades de Camacho como administrador das obras, porém se negou pagar as dívidas, deixando a Assembleia decidir. Percebe-se pelo quadro XIII que Camacho, após esses eventos, ficou um tempo fora da Assembleia. Ao que consta na documentação, essa dívida com os trabalhadores não foi paga e as propriedades de Camacho sofreram alguns ataques por conta desse episódio³¹⁵, possivelmente por trabalhadores que não estava satisfeitos com o calote.

Esse caso demonstra que as ordens dadas pela Província passavam pelo filtro de Camacho que utilizava da sua posição de porta voz provincial para construir sua autoridade e imagem na vila. Olhar a trajetória de Camacho permite concluir que a contraposição entre Estado e elites locais é insuficiente para analisar a formação do Estado, pois esses dois grupos passaram por processos de negociação, cooptação e construção de posições pessoais e Camacho, por sua vez, era um braço patrimonial do governo da Província que ascendeu à elite provincial.

³¹⁴ Sobre a Colônia Industrial do Saí ver: GUTLLER, Antônio Carlos. *A colonização do Saí (1842-1844): esperança de falansterianos, expectativas de um governo*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, 1994. Ver também: GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *A aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Saí (1839-1850)*. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp (IFCH), 2002. Ver também: THIAGO, Raquel S. *Fourier: esperança e utopia na península do Saí*. Blumenau/Florianópolis: Editora da FURB, 1995.

³¹⁵ Cf: Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar o Código do Processo Criminal e a Reforma do Código do Processo Criminal percebem-se as alterações forjadas na organização da administração da justiça local. Se por um lado o Código do Processo Criminal estimulou uma organização de Estado pautado no federalismo a partir dos municípios, por outra a Reforma, juntamente com o Ato Adicional e a lei de Interpretação, recolheram a autonomia local e centralizaram o poder. Ao mesmo tempo, ambos os códigos apontam para os projetos políticos que estavam em discussão naquele contexto de formação do Estado após a separação política de Portugal.

A organização do judiciário local denuncia ao pesquisador os conflitos, tensões e negociações que vigoraram naquele contexto. Ao se deter especificamente sobre o Juízo Municipal, foi possível compreender parte da dinâmica desse processo. Notou-se que o Juízo Municipal teve papel significativo no processo de centralização, sobretudo ao agir, muitas vezes, como fiscal do executivo provincial e executor das suas ordens. Nesse sentido, a centralização foi reforçada pela estrutura do judiciário local, assim como pelo governo provincial.

Pelo teor dos ofícios, percebe-se que as relações entre Juízes Municipais e Presidentes de Província possuíam um caráter fortemente administrativo. Em São Francisco do Sul coube aos Juízes Municipais organizarem e gerenciarem as instituições locais como a Guarda Nacional e o Júri.

No caso da vila de São Francisco do Sul, observou-se um esquema provincial no qual o executivo utilizando-se de suas prerrogativas de nomear os ocupantes dos cargos, acabou por cooptar setores dissidentes da elite local. Essa estratégia acabou por produzir efeitos expressivos na centralização política, pois o governo provincial, ao referendar pequenos setores secundários da elite, acabava minando a elite como um todo. Desse modo, o governo provincial ao mesmo tempo em que reduz o poder e autonomia das Câmaras, investe de prerrogativas colaboradores diretamente subordinados a eles e com certo desligamento do tecido social da vila, conforme foi verificado no exame das redes sociais a partir do compadrio.

Na análise da trajetória do Tenente Coronel Camacho, pode-se perceber esse esquema provincial de cooptação de setores da elite local que se empenhavam no projeto de centralização. No caso de São Francisco do Sul, notaram-se pelos registros paroquiais que os indivíduos que ocuparam os postos de Juiz Municipal e Comandante Militar eram indivíduos com certo grau de desligamento dos demais membros da vila. Percebe-se, portanto, que o projeto de centralização, pela via provincial, para ser implantado precisava levar em conta a dinâmica das relações internas das elites locais e tomar partido das fissuras. Grupos não preponderantes, muitas vezes ligados a produção agrária, era preferidos pela Província para atuarem localmente como comissários e fiscais da Província. Alguns, como foi o caso de Camacho, acabaram alçados a condição de elite provincial graças aos seus serviços e sua capacidade de transpor o âmbito local.

Contudo, esses grupos não preponderantes cooptados não podem ser encarados como servidores impessoais do governo provincial, pois, como verificado no caso de Camacho, esses indivíduos utilizavam da sua posição de colaborador provincial para construir suas próprias posições locais. O caso de Camacho é significativo, pois sua aproximação da Província lhe permitiu virar o jogo local, uma vez que na década de 1820 era o militar que usava da violência para impor-se aos seus comandados milicianos. Já nas décadas de 1830 e 1840 usava de sua posição para organizar mutirões e experiências de colonização estrangeira, aumentando seu prestígio diante da comunidade. Além disso, foi verificado que as ordens do executivo provincial algumas vezes poderiam receber o filtro do Tenente Coronel, como verificado na obra de sua responsabilidade que deveria ligar São Francisco do Sul a Curitiba. Nesse sentido, percebe-se sua disposição em construir uma posição patrimonial ao mesmo tempo em que estava comprometido com os projetos do Estado centralizado em formação.

Fontes

ARMITAGE, Jonh. *História do Brasil*. São Paulo: Martins, 1972.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional, 1975. p. 65.

BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina escrita em 1816*. Lisboa; Academia Real das Sciencias, 1829.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de Dictionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brazil. Paris: J.P Aillaud, 1845. Vol. II. p. 478. (disponível em www.memoria.nemesis.org.br).

Códigos de leis

FILGUEIRAS JUNIOR, Araujo. *O Código do Processo Criminal do Império do Brasil*, Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874.

Lei de 15 de outubro de 1827. Crea em cada uma das freguezias e das capellas curadas um Juiz de Paz e um suplente. Art. 2. Acessado em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_18.pdf

Decreto de 26 de agosto de 1830 (Atos do Poder Legislativo). *Abole o logar de Juiz Almotacé e dispõe sobre varias attribuições suas*. pp.11-12. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 01 nov. 2010.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Joinville

Livro de Batismos IX e X da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville.

APESC

Ofícios do Juiz Municipal de São Francisco para o Presidente da Província de Santa Catarina, 1833-1850 – APESC.

Ofícios do Presidente da Junta Provisória do governo da província de Santa Catarina com o Ministério dos estrangeiros no período de 1822 à 1825. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Acervo n. 1 Estante n. 5D. Universidade Federal De Santa Catarina. Núcleo de Estudos Portugueses. Série Filológica. Tomo: XXV – V. 1. Transcrição Paleográfica: CORREA, Ana Rita Chaves; SILVA, Luciana Cristina da; GESSER, Maricélia da Silva. 1997.

Registro das Correspondências da Junta Governativa Provisória com o Ministério da Guerra – 1822 à 1824. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Acervo n. 1 Estante n. 5D. Universidade Federal De Santa Catarina. Núcleo de Estudos Portugueses. Série Filológica. Tomo: XXV – V. 1. Transcrição Paleográfica: DOLENGA, Ila; MARTINEZ, Leonil; LISBOA, Patrícia; CONRAT, Vanderléia. pp. 102-104.

Ofícios do Conselho Supremo Militar ao Governador da Capitania/Presidente da Província de Santa Catarina – 1821 à 1827. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, caixa 30. Transcrição Paleográfica: MERKLE, Carina; GREGGIO, Saionara e DUARTE, Vera Lucia. Documento Número 122.

Museu do Judiciário de Santa Catarina

Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Processos do Juízo do Delegado (1842-1843)

Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Inventário de Francisco de Oliveira Camacho de 1862.

Arquivo do Museu da Justiça de Santa Catarina em Florianópolis. Sumário pela queixa de José Zeferino contra o Comandante Militar da Guarda Nacional Antonio João Vieira. Juízo do Delegado (1843)

Relatórios de Presidente de Província

Relatório feito ao Conselho Geral da Província de Santa Catarina, na Sessão de 9 de Dezembro de 1833, pelo Presidente Feliciano Nunes Pires. Publicado por Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo Publico do Estado de Santa Catarina: 1986, p. 12.

Fala do Presidente da Província de Santa Catarina Feliciano Nunes Pires, em 1º de Março de 1835, apresentado à Primeira Assembléia da mesma Província. Publicado por Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo Publico do Estado de Santa Catarina: 1986.

Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina José Mariano de Albuquerque Cavalcanti de 5 de abril de 1836. Disponível em www.crl.uchicago.edu

Fala do Presidente da Província de Santa Catarina José Joaquim Machado de Oliveira de 1º de Março de 1837. Disponível em www.crl.uchicago.edu

Discurso Pronunciado na Abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina na Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura Provincial em 1839 pelo Brigadeiro João Carlos Pardal. Disponível em www.crl.uchicago.edu

Discurso pronunciado pelo presidente da provincia de Santa Catharina, o marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea, na sessão ordinaria do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em www.crl.uchicago.edu

Exposição feita pelo Marechal de Campo Francisco José de Souza Soares d'Andréa, no acto de entregar a Presidência da Província de Santa Catarina, ao seu sucessor o exc. Sr.

Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito. 1840. Disponível em www.crl.uchicago.edu. Páginas não numeradas.

Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigio a Assembléia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Desterro: Typographia província, 1841. Disponível em www.crl.uchicago.edu

Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Marechal de Campo Antero Joze Ferreira de Brito dirigio a Assembléia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1845. Cidade de Desterro: Typographia provincial, 1845. E: Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Marechal de Campo Antero Joze Ferreira de Brito dirigio a Assembléia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1846. Cidade de Desterro: Typographia provincial, 1846. Disponíveis em: Disponível em www.crl.uchicago.edu

AHU

Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Luís Maurício da Silveira, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, enviando mapas das vilas, freguesias, tropas e engenhos e o desenho do aquartelamento das Tropas de Linha. AHU – Santa Catarina, cx. 11. doc. 37, 28,23, 18,15. (Projeto Resgate)

Ofício do Governador da Ilha de Santa Catarina, Luis Maurício da Silveira, ao Secretário da Marinha e Ultramar [Visconde de Anadia] João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas das vilas, freguesias, tropas e engenhos e o desenho do aquartelamento da tropa de linha. Rolo de microfilme 10. Arquivo Histórico Ultramarino: Projeto de Resgate de Documentação Histórica Brasil/Portugal.

Documentas das Câmaras

Boletim do Arquivo Municipal de Curityba. Documentos para a História do Paraná. Publicação Mensal Sob a Direção de Francisco Negrão. Vol XLV, Actas das Sessões da Câmara. Curitiba; Impressora Paranaense, 1929.

Arquivo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. *Livro de atas da Câmara (1821-1836)* Sessão Ordinária de 5 de junho de 1833.

Relação das Embarcações apresadas pelos Corsários argentino, pertencentes a Catharinenses (1825-1828). Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. v. III, 1914, p. 102

AHJ

Documentos sobre a colonização do Saí. AHJ – Fundo Carlos Ficker.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Vol VIII : Florianópolis, typografia da escola artífices, 1919. p. 12.

Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Vol V: Florianópolis, typografia da escola artífices, 1916. pp. 58-62.

Fontes diversas

As Juntas Governativas e a Independência. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura/Arquivo Nacional, 1973, Vol III.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia. Microfilme sob a guarda da Biblioteca Pública do Paraná.

Documentos estatísticos sobre o comércio do Império do Brasil nos anos de 1845 a 1849. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1853. (disponível em www.memoria.nemesis.org.br)

Collecção dos mappas estatísticos do commercio e navegação do império do Brasil exercido por meio d'importação, exportação, reexportação e baldeação, sob a inspecção e fiscalização das alfândegas e mesas de consulado do ano financeiro de 1841-1842. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848. (disponível em www.memoria.nemesis.org.br)

Referências bibliográficas

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BAIROCH, Paul. *Agriculture and the Industrial Revolution, 1700-1914*. In: _____. CIPOLLA, Carlo M. (ed.). *The Fontana Economic History of Europe. The Industrial Revolution*. Londres: Fontana Books, 1973.

BARICKMAN, B. T. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATISTA, Luciana Marinho. *Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais “distintas em qualidade e riqueza” no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX)*. In: _____. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs). *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BERUTE, Gabriel Santos. *Vive de seu negócio: o comércio de cabotagem da província do Rio Grande de São Pedro do Sul e seus agentes (1803-1851)*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, vol 10, n. 1 e 2, jan-dez 2008.

BOURDIEU, Pierre. Modos de dominação. Em: BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império*. In: _____. AZEVEDO, Elciene, CANO, Jefferson, CUNHA, Maria Clementina Pereira e CHALHOUB, Sidney (org.), *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, S.P., Ed. Da UNICAMP, 2009.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *A organização das justiças na colônia e no império história da comarca de Laguna*. Porto Alegre: Santa Teresina, 1955.

CAMPOS, Adriana Pereira e BETZEL, Viviani Dal Piero. *Júri no Brasil Império: polêmicas e desafios*. In: _____. RIBEIRO, Gladys Sabina(org). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo; Brasiliense, 1987.

CESCO, Susana. *Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na ilha de Santa Catarina no século XIX*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2009.

CHARLE, Christophe. *Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea*. In: _____. Por outra história das elites. (Org) HEINZ, Flávio M. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *Federal/federalismo*. In _____. FERES JUNIOR, João (org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CUNHA, Rogério Pereira da. *Tem esta povoação sofrido “veixames”: A câmara de São Francisco do Sul na década de 1820*. Monografia de Conclusão de Curso: Mimeo DEHIS, 2007.

_____. *Francisco de Oliveira Camacho: a trajetória de um grande proprietário em uma região de abastecimento*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/RogerioCunha.pdf>.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.

DUMONT, Louis. *O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confinos meridionais: família de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)* Tese de doutorado: UFRJ, 2007.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____. (org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: _____. LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. *A aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Saí (1839-1850)*. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp (IFCH), 2002.

GIL, Tiago Luis. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)* Tese apresentada ao programa de pós graduação da UFRJ. 2009.

_____. "O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social." In: Iº Colóquio do LAHES - Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social - Textos das Sessões de Comunicações Coordenadas. Universidade Federal de Juiz de Fora: LAHES - UFJF, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUTLLER, Antônio Carlos. *A colonização do Saí (1842-1844): esperança de falansterianos, expectativas de um governo*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, 1994.

HEINZ, Flávio M. *O historiador e as elites – à guisa de introdução*. In: _____. Por outra história das elites. (Org) HEINZ, Flávio M. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – Sé. XVII*. Coimra: Almedina, 1994.

HÜBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora UFSC, 1981.

KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial*. Diálogos, Maringá, 1999.

LARA, Silvia Hunold. *Senhores da régia jurisdição: o particular e o público na vila de São Salvador dos Campos de Goitacases na segunda metade do século XVIII*. In: _____. LARA, Silvio Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

LEANDRO, José Augusto. *Gentes do mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888*. Tese de doutorado. UFSC, 2003.

_____. "A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná." In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)* São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Carlos A. M. e CUNHA, Rogério Pereira da. *Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento (1805-1862)* Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).

LISS, Peggy K. Los imperios transatlánticos. Las redes del comercio y de las revoluciones de Independencia. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1989.

MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 50. 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: _____. Nas rotas do império. (Orgs) FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana. Ilha da Vitória: EDUFES, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Sistemas demográficos no Brasil do século XIX*. In: _____. MARCÍLIO, Maria Luiza (Org). População e Sociedade: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCONDES, Renato Leite. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem* Anais VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE).

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MEIRELLES, Delton R. S. *Os Juízes leigos na experiência regencial “republicana” (1832-1841)*. In: _____. RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi e FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura (Orgs). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: EdUFF, 2009.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do império português no Centro-Sul da América*. Tese de doutorado: UFF, 2002. pp. 35-42.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Os juízes de paz e o mercado de trabalho – Brasil, século XIX*. In: _____. RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi & FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura (orgs). *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: UDUFF, 2009.

MIRANDA, Antônio Luiz. *Os espanhóis na ilha de Santa Catarina em 1777*. In: _____. BRANCHER, Ana e AREND, Silvia Maria Fávero (orgs). *História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: UFSC, 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NASCIMENTO, Antonio Roberto e CALDEIRA, Joaquim Augusto Bravo. *Os Carvalhos Buenos*. Edição dos autores: s/d.

NORTH, Douglass C. Ocean Freight Rates and Economic Development, 1750-1913. In: The Journal of Economic History, 18, 4, 1958.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. “Homens bons” da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Uma “Elite Senhorial” do Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX. Revista do Arquivo Histórico de Joinville. Ano 1, v. 1, n. 1, 2007.

PIAZZA, Walter Fernando. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Guarapuvu, 1999.

PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria; Ed. Ufsm, 2005.

SANTILLI, Daniel. "Representación gráfica de redes sociales. Un método de obtención y un ejemplo historico". In: Mundo Agrario. Revista de Estudios Rurales. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de la Plata. (n. 6). primeiro semestre de 2003.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz e FERREIRA, Bernardo. *Cidadão*. In ____:FERES JUNIOR, João (org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SANTOS, Corcino Medeiros. *O Rio de Janeiro e a conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação de Mestrado. PPHIS – UFPR: 2004.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: HUCITEC, 2009.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava –Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THIAGO, Raquel S. *Fourier: esperança e utopia na península do Saí*. Blumenau/Florianópolis: Editora da FURB, 1995.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduçãoes da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais – século 19. Bauru/São Paulo, Edusc/ANPOCS, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Nos limites da sagrada família: Ilegitimidade e casamento no Brasil Colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.